

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E
CARTOGRÁFICOS – IMESC
DIRETORIA DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS - DEAC

**REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROPOSTA AVANÇADA**

São Luís – MA

2018

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	BREVE HISTÓRICO DA REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE.....	3
3	REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO..	15
3.1	Procedimentos Metodológicos para Criação das Regiões de Desenvolvimento.....	15
3.2	Toponímia das Regiões De Desenvolvimento.....	22
3.2.1	Regiões com Referências ao Relevo.....	22
3.2.2	Regiões com Referências à Hidrografia.....	22
3.2.3	Regiões com Referências à Vegetação.....	22
3.2.4	Regiões com Referências à Etnia.....	23
3.2.5	Regiões com Referências à Área de Influência.....	23
3.3	Definição do Município - Polo das Regiões de Desenvolvimento.....	23
3.4	Perfil das Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão.....	23
3.4.1	Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís.....	23
3.4.2	Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense.....	27
3.4.3	Região de Desenvolvimento do Mearim.....	29
3.4.4	Região de Desenvolvimento de Gerais de Balsas.....	32
3.4.5	Região de Desenvolvimento das Serras.....	35
3.4.6	Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses.....	37
3.4.7	Região de Desenvolvimento dos Timbiras.....	39
3.4.8	Região de Desenvolvimento dos Cocais.....	42
3.4.9	Região de Desenvolvimento do Alpercatas.....	44
3.4.10	Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhense.....	46
3.4.11	Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense.....	49
3.4.12	Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense.....	52
3.4.13	Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru.....	55
3.4.14	Região de Desenvolvimento do Médio Mearim.....	57
3.4.15	Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense.....	61
3.4.16	Região de Desenvolvimento dos Guajajaras.....	63
3.4.17	Região de Desenvolvimento do Pindaré.....	66
3.4.18	Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense.....	69
3.4.19	Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense.....	71
3.4.20	Região de Desenvolvimento do Delta das Américas.....	74
3.4.21	Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos.....	76
3.4.22	Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense.....	79
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
	REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade constitui um dos traços marcantes da história das civilizações. Os diferentes níveis e padrões de desenvolvimento, experimentados por nações, regiões de um país ou bairros de uma cidade, comprovam, também, que a desigualdade possui uma expressão espacial, oferecendo, conforme o local, diferentes condições de oportunidades e opções de vida aos seus cidadãos. Tema presente nas discussões da Economia e da Geografia desde o Século XIX, mas posto no centro do debate com a crise mundial de 1929, o desenvolvimento desigual das regiões produziu teorias e hoje acumula uma vasta bibliografia, comparável com os esforços de intervenções estatais em áreas de estagnação econômica. Colecionando casos emblemáticos, em variados momentos históricos e países de diferentes condições de desenvolvimento, como a Comissão Nacional de Planejamento da União Soviética (atualmente Rússia), a *Cassa del Mezzogiorno* da Itália, o TVA (*Tennessee Vale Authority*) nos Estados Unidos, a SUDENE, no Nordeste brasileiro, e a *Delegation Dámanagement du Territoire*, o DATAR francês, o planejamento regional se consolidou como ação do Estado quando interessados em equalizar o desenvolvimento em sua dimensão territorial.

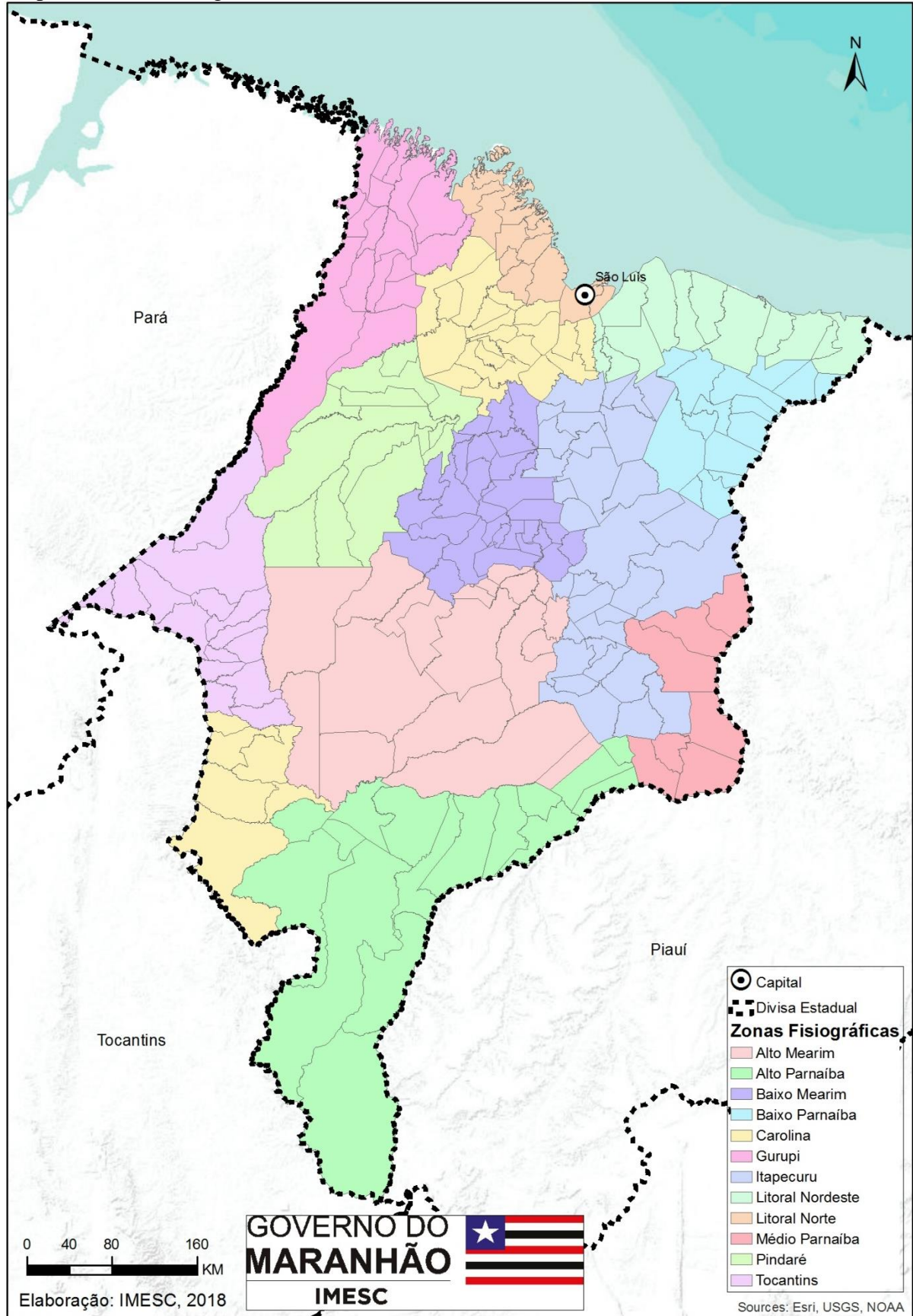
Passando por um declínio a partir dos 1970, quando as políticas neoliberais impuseram o protagonismo e a lógica do mercado sobre muitas das ações do Estado, os programas territoriais retornaram à cena na década de 1990, em razão das políticas implementadas pela Comunidade Europeia, mas também como fruto do potencial aberto pelo desenvolvimento tecnológico e as exigências da nova integração comercial em escala planetária. Com a experiência das décadas de 1960/70, quando se valeu do II PND para integrar regiões periféricas do país, e acompanhando as mudanças no cenário internacional, o Brasil vem retomando, desde o início deste século, a discussão regional. Além do próprio governo federal, que volta a adotar programas desenvolvimentistas em escala nacional, são inúmeros os estados que têm produzido políticas e programas de desenvolvimento regional, em um esforço de superação da tradicional atuação estatal, restrita à escala do município para enfrentamento da desigualdade espacial que acomete vastas regiões do país.

2 BREVE HISTÓRICO DA REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE

Um rápido resumo dos últimos cinquenta anos das ações do Governo do Estado no campo da regionalização das políticas públicas comprova a incapacidade anterior do executivo maranhense de unificar, em torno de uma proposta consensual para ações territoriais, os múltiplos planos e programas de seus diversos órgãos de gestão. Interessante ressaltar que, enquanto a indecisão do Governo Estadual postergava a definição/adoção de uma proposta unificada para o planejamento regional, inúmeros programas do Governo Federal produziam, através da implantação de complexos logísticos, radicais transformações sobre o território do Maranhão. Além do projeto de colonização do Estado, elaborado e coordenado pela SUDENE, cabe lembrar a construção das Rodovias BR 010 - Belém-Brasília -, a BR 316, a Belém-Maceió, a Represa de Boa Esperança, o Porto do Itaqui e da Estrada de Ferro Carajás, principais investimentos federais em infraestrutura que, no período de 1960 a 1980, modificaram as condições socioeconômicas e ambientais maranhenses, sem que uma geopolítica proativa fosse adotada/aplicada pelo executivo estadual. Um relato das iniciativas governamentais ilustra a escassa relevância política dada ao tema desde os anos 1960 ao primeiro decênio do século atual.

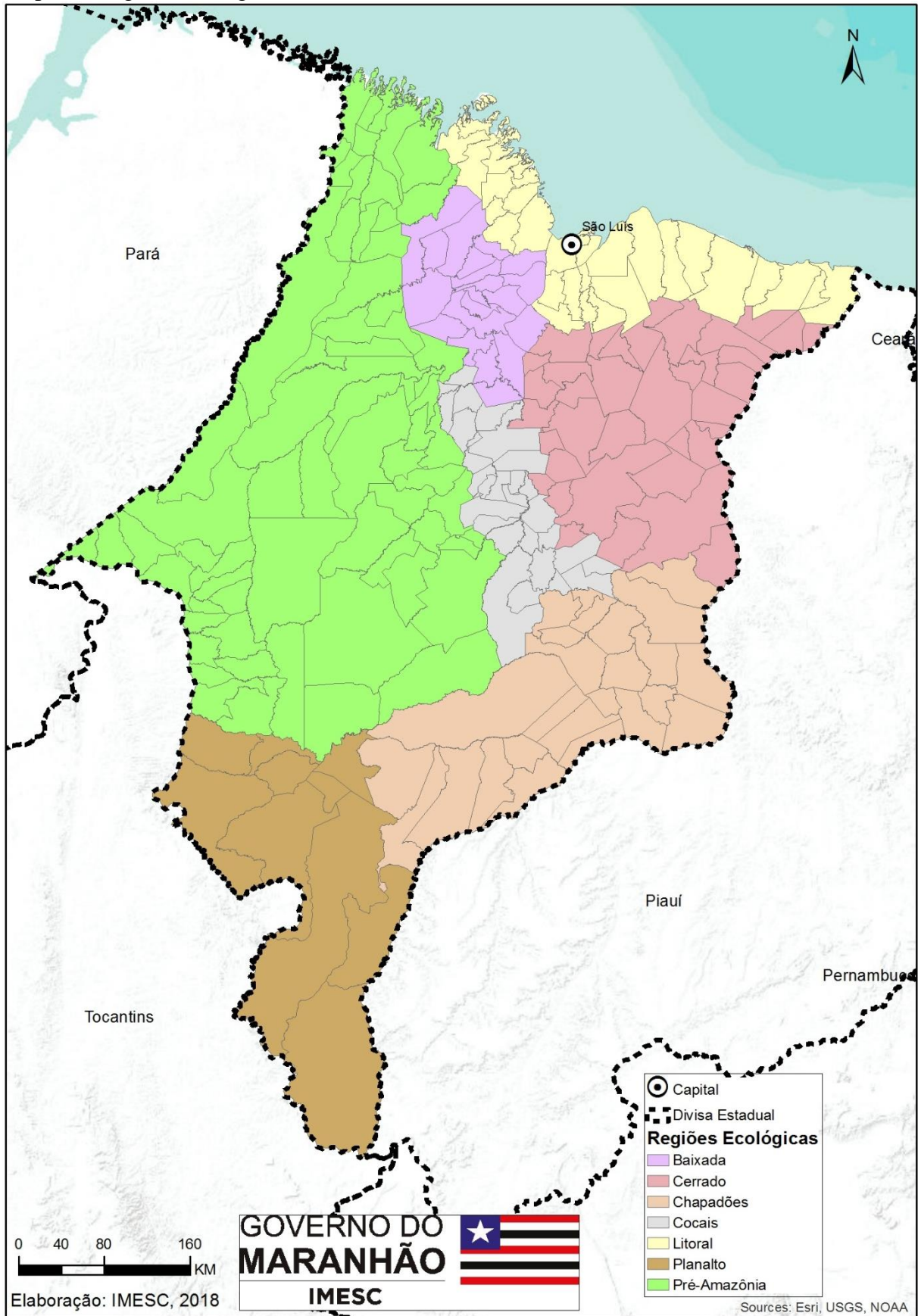
Na década de 1960, época em que a fisiografia era instrumento principal para uma distribuição regional, quando o Estado do Maranhão tinha 129 municípios, foram criadas pelo Departamento de Estatística do Estado do Maranhão treze zonas fisiográficas (Mapa 1); nessa mesma década, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão - SUDEMA apresentou a proposta das Regiões Ecológicas, distribuídas em sete zonas (Mapa 2), enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE adotava a distribuição regional com 16 Microrregiões Homogêneas (Mapa 3).

Mapa 1 - Zonas Fisiográficas



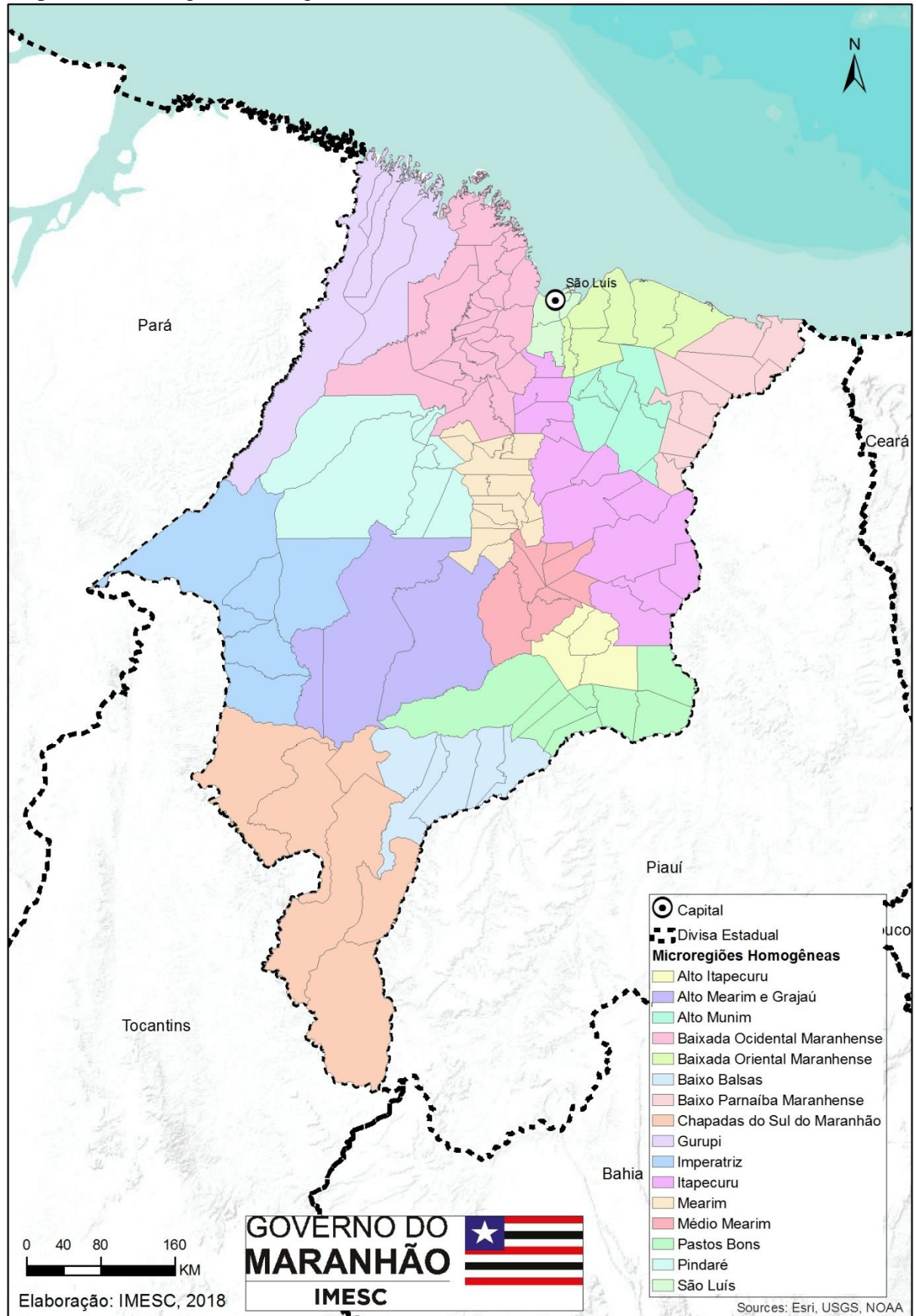
Fonte: IMESC, 2018

Mapa 2 - Regiões Ecológicas



Fonte: IMESC, 2018

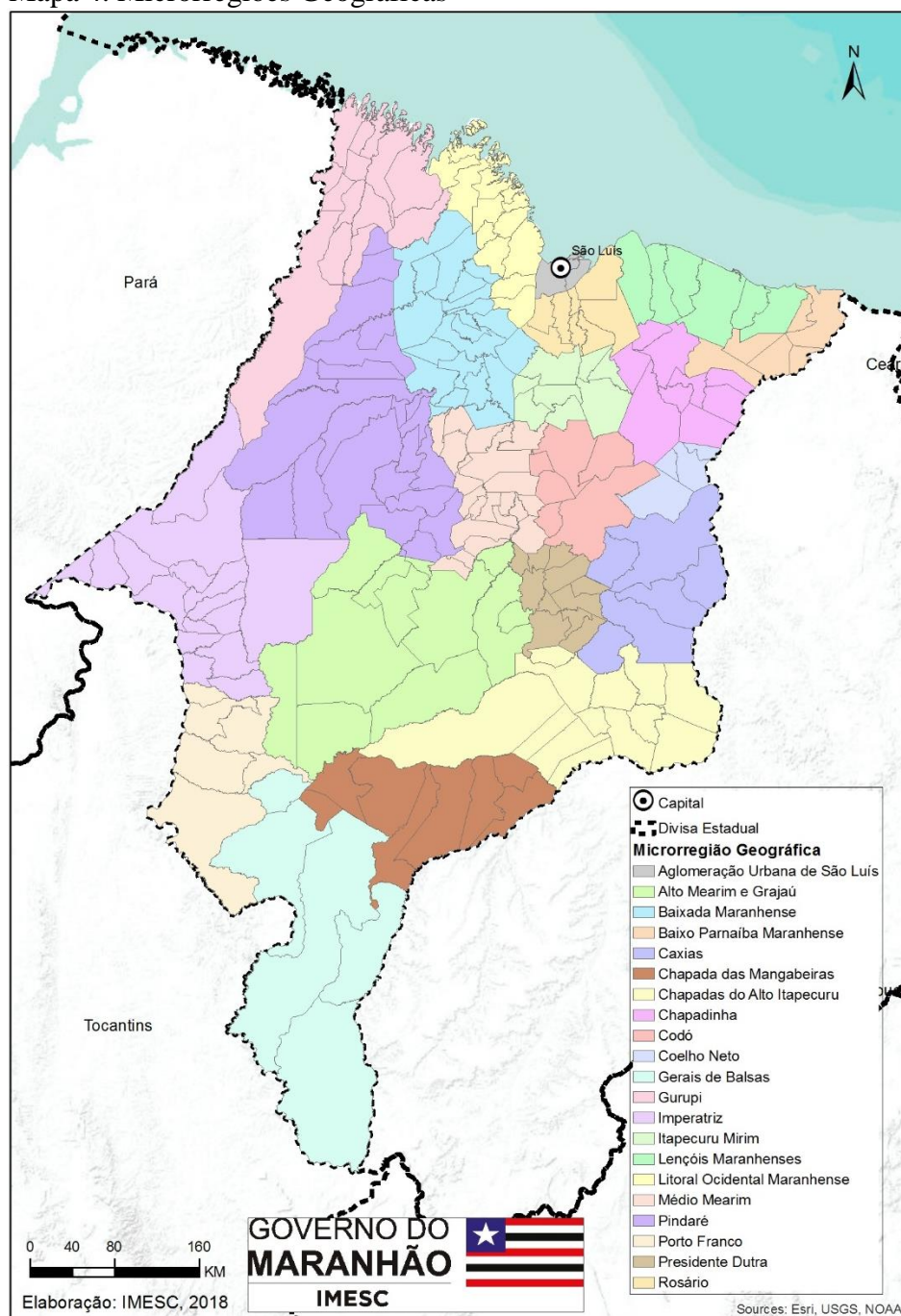
Mapa 3 - Microrregiões Homogêneas



Fonte: IMESC, 2018

Essa tricotomia regional perdurou até 1990, quando o referido Instituto desativou as Microrregiões Homogêneas e as substituiu pelas regiões geográficas, classificadas em cinco mesorregiões, subdivididas em 21 Microrregiões Geográficas (Mapa 4). Enquanto isso, alguns órgãos públicos estaduais utilizavam as Regiões Fisiográficas, outros as Microrregiões Geográficas ou, o que perdura até o momento atual, cada órgão criou e usa a sua própria regionalização.

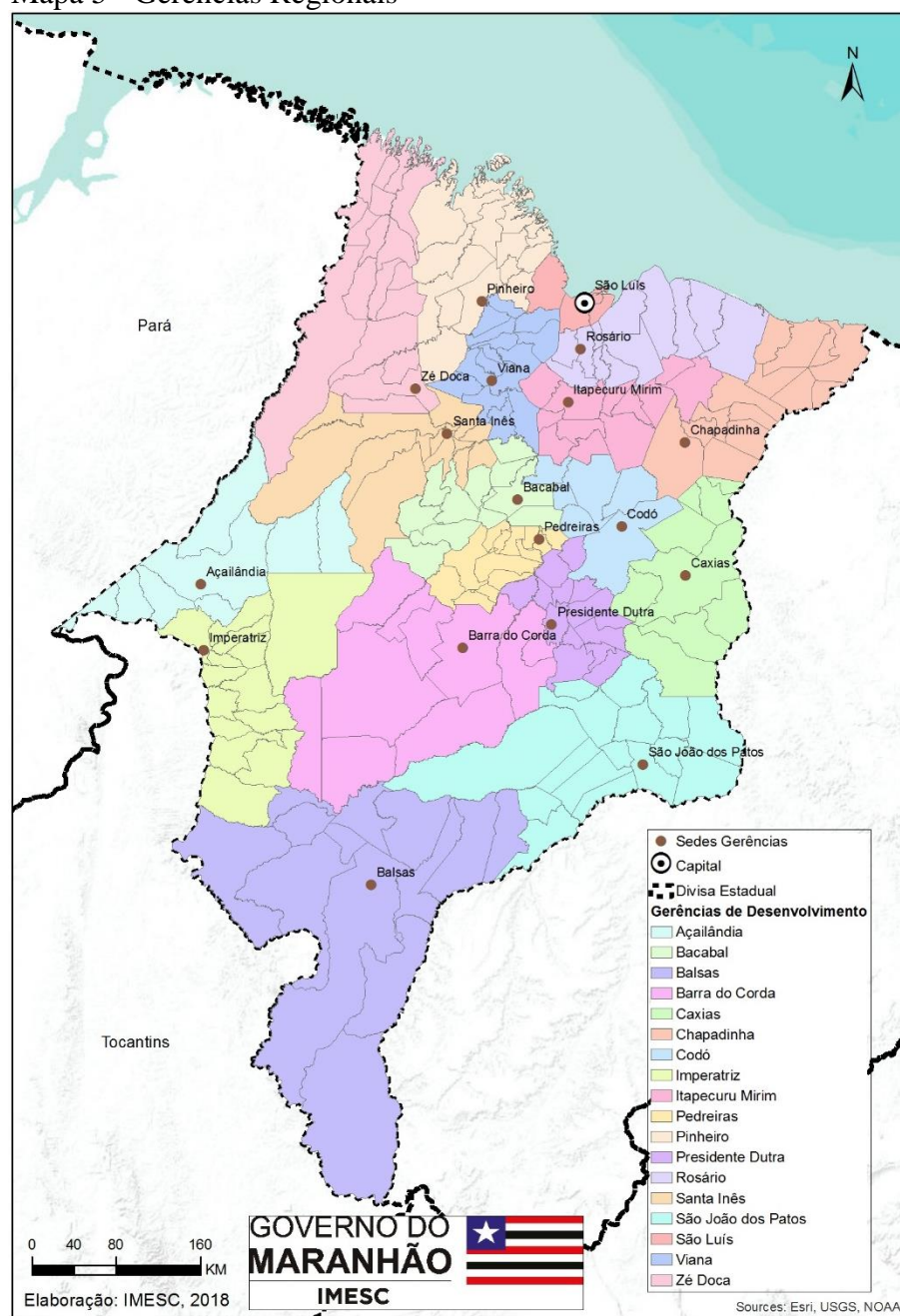
Mapa 4. Microrregiões Geográficas



Fonte: IMESC, 2018

Em 1995, através da Lei Nº 7356, o Governo do Estado criou as Gerências Regionais Administrativas – GRA (Mapa 5), que teve efêmera vigência de quatro anos, sendo logo depois esquecida. Dentre os fatores que colaboraram para que as GRA não dessem o resultado esperado, destacam-se: extensão e distância entre as sedes municipais que compunham cada unidade regional; precariedade do sistema viário existente e concentração direta das decisões de cada região, que dependiam da centralização do poder executivo, além de outras.

Mapa 5 - Gerências Regionais



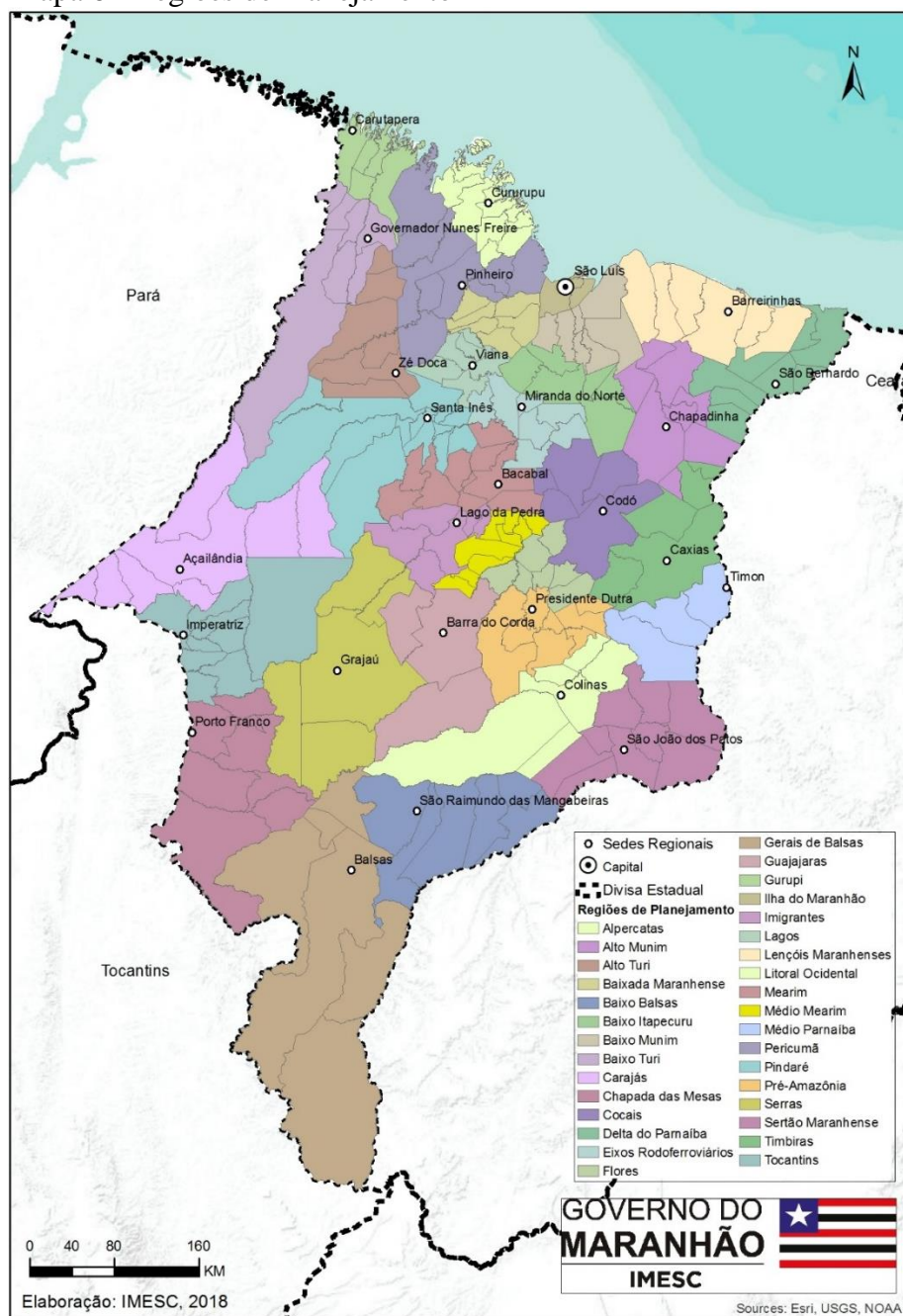
Fonte: IMESC, 2018

Entre 1998 e 2006, o planejamento estadual “navegou” em sucessivas regiões pontuais, conforme a percepção de cada unidade administrativa, sem maiores consequências no que se refere à uma regionalização efetiva. Em 2007, nova proposta foi apresentada, dividida em 32 Regiões de Planejamento (Mapa 6), que embora não tenham sido revogadas, não foram efetivamente utilizadas. Dentre os fatores que colaboraram para sua não execução, cabe destacar o grande número de regiões, elevando o custo administrativo-financeiro para manutenção operacional de cada Unidade Regional e dificultando, aos Órgãos do Estado, o compartilhamento e a transferência de ações dos seus programas em relação à execução do Plano Plurianual (PPA) de forma articulada e, principalmente, regionalizada.

A partir de 2017 o IBGE considerando as modificações econômicas globais das últimas três décadas, a inserção do Brasil nos circuitos mundiais, as novas polarizações globais, o intenso processo de transformação que o território brasileiro vem passando, elaborou uma nova regionalização, baseado nas cidades-polo e dos municípios a elas contíguos espacialmente e/ou por fluxos matérias que os atravessam. Desta forma, buscou identificar elementos concretos para aquela divisão territorial tais como: rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros, com o intuito de elaborar recortes espaciais regionais em escalas adequadas (IBGE, 2017). Criou-se, portanto, as Regiões Geográficas Imediatas e as Regiões Intermediárias.

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões estão estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

Mapa 6 - Regiões de Planejamento

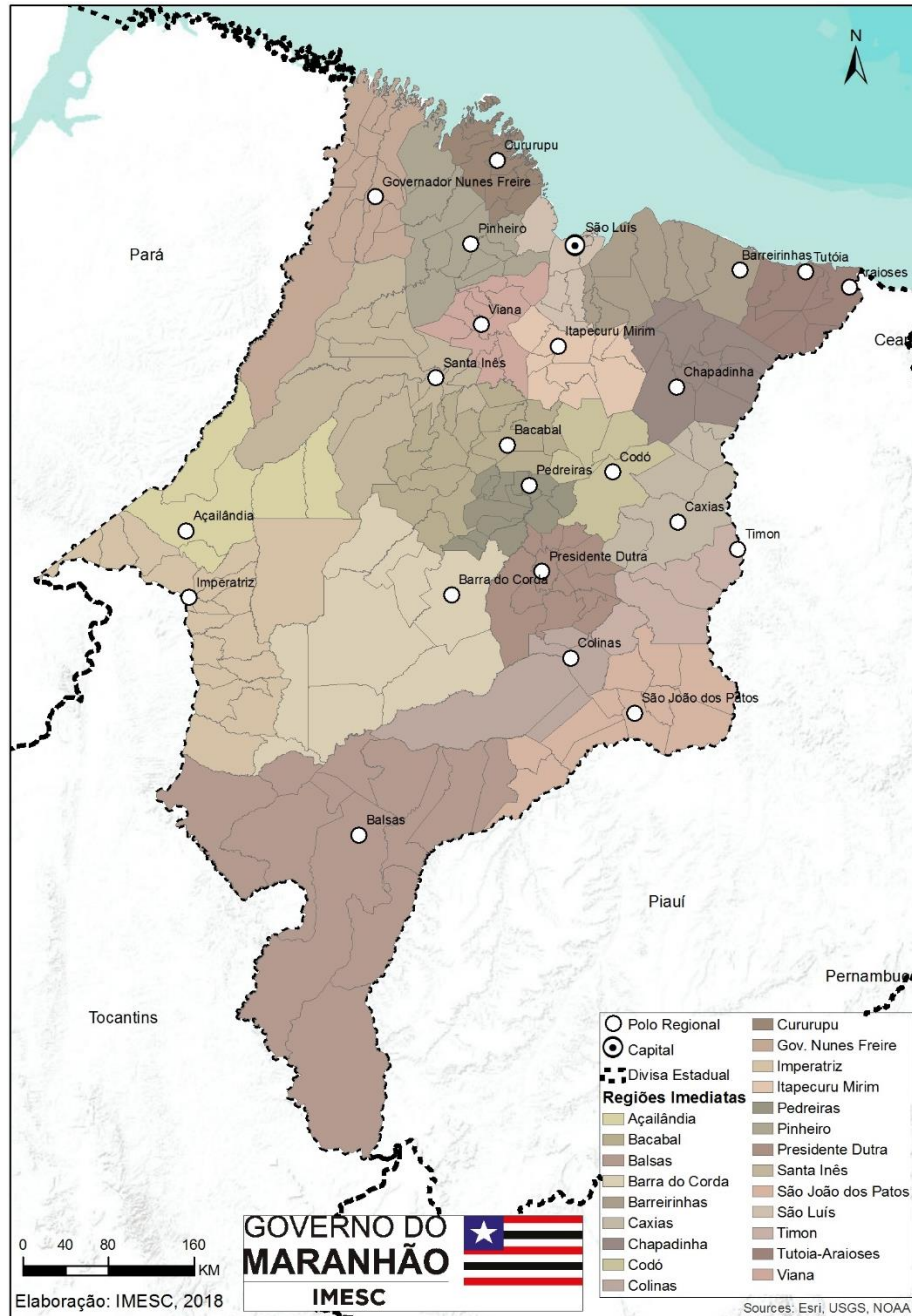


Fonte: IMESC, 2018

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017).

No Estado do Maranhão foram criadas cinco Regiões Intermediárias e 22 Regiões Imediatas (Mapa 7). O IMESC, observando algumas disparidades e equívocos nesta nova regionalização estadual, procurou o IBGE, a fim de montar um diálogo com este instituto para reparar e adequar a nova regionalização dentro do Estado do Maranhão.

Mapa 7 - Regiões Geográficas Imediatas



Fonte: IMESC, 2018

Uma característica da atual política de regionalização do Estado é a variedade de regionalizações operacionais existentes entre os órgãos do Poder Estadual. Observa-se divergências na distribuição, tanto das regiões como do número de municípios das mesmas; às

vezes se aproxima, como as Secretarias de Educação, com dezoito e de Saúde com dezenove regiões; outras vezes divergem, como a Secretaria de Território e Cidadania com quatorze, a Secretaria de Planejamento e Orçamento com trinta e duas regiões e o IBGE com vinte e uma. Portanto, tomou-se como objetivo principal desta proposta evitar as diferenças entre as que têm maior número de regiões e aquelas que têm um número insuficiente, pois isso dificulta uma melhor espacialização. É necessário, portanto, adotar o nivelamento para que as regiões possam caracterizar seus espaços e limites.

Com exceção do breve interregno durante o Governo Jackson Lago (2007-08), quando avançou-se na direção de uma nova regionalização secundada por uma experiência breve e precocemente interrompida de planejamento participativo, as gestões anteriores no Governo do Maranhão mantiveram-se à margem das intervenções efetivas sobre seu território, demonstrando sérias dificuldades em passar dos planos para a ação. Uma situação na qual o discurso do planejamento regional se efetivava de forma fragmentada, pela iniciativa particularizada de alguns órgãos estatais que, premidos por exigências federais, produziam e implementavam, cada um a seu modo, regionalizações próprias e divergentes para políticas específicas de educação, saúde, segurança, entre outras. A disparidade entre as várias regionalizações adotadas e a desarticulação das mesmas em relação ao ciclo do planejamento terminaram por reduzir a capacidade de intervenção do Governo do Estado sobre as disparidades regionais.

Nas últimas décadas, a ausência de políticas estaduais em escala regional contribuiu decisivamente para manter e agravar os obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico do Maranhão. Esse cenário, de reduzida e concentrada distribuição territorial de bens e de oportunidades para acesso a todos maranhenses, muito se explica pelas díspares identidades produtivas regionais, que combinam a prevalência de formas tradicionais com avançados, mas reduzidos e localizados padrões tecnológicos já instalados, todos isolados entre si e submetidos a graves problemas de circulação de pessoas e produtos. Sem dispor de uma rede urbana capaz de oferecer infraestrutura e serviços, suporte necessário às atividades socioeconômicas, e adequada à reprodução ampliada do trabalho e à consolidação de um mercado de consumo local, o futuro do Maranhão tem se debatido nas restritas possibilidades de desenvolvimento. Possibilidades quase sempre oferecidas por descompromissados vínculos exógenos ou frágeis articulações locais, incapazes de reestruturar os sistemas produtivos do Estado, dando-lhes um sentido de verdadeiro desenvolvimento.

A experiência mostra que na ausência de um esforço consistente para identificar as diferentes realidades socioeconômicas e ambientais existentes nos vários rincões do Estado, cada um deles com seus potenciais, oportunidades e entraves ao desenvolvimento e a demandar políticas públicas adequadas, torna-se extremamente difícil atuar espacialmente sobre o território. Neste sentido, somente a função pública do Governo do Estado, a partir de sua capacidade política e econômica e de sua autoridade institucionalizada sobre o território e a sociedade, tem o poder de intervir significativamente sobre os destinos da sociedade, corrigindo desequilíbrios sociais e econômicos, investindo em espaços carentes, disponibilizando infraestrutura e logística, atendendo carências e controlando excessos.

O compromisso do Governo Flávio Dino com o desenvolvimento do mercado interno, a partir das atividades geradoras de emprego, renda e arrecadação de impostos, coloca-se, neste sentido, como uma ruptura com o modelo de intervenção do Estado seguido nas últimas décadas. O Plano de Ações Mais IDH, ao priorizar ações multissetoriais nos municípios de menores indicadores de desenvolvimento humano do Estado mostra a importância do planejamento territorial estatal para superar a estagnação econômica de regiões que permanecem excluídas do circuito mais dinâmico do desenvolvimento. Comprovando o poder do investimento político e econômico do Estado para mudar a realidade, o Plano vem concentrando ações interinstitucionais no campo da educação, saúde e geração de renda, um passo inicial que irá se consolidar com as articulações regionais para a inserção de cada um dos 30 municípios selecionados, na dinâmica socioeconômica do entorno territorial.

O reconhecimento desta nova visão na gestão estadual, que enxerga o potencial do planejamento regional como vetor imprescindível para o desenvolvimento equilibrado do Estado do Maranhão, é o ponto de partida que move o esforço contido neste estudo – o de propor uma regionalização para o desenvolvimento do Estado, que consubstancie em unidades regionais os territórios constituídos a partir da identidade histórica e cultural, da hierarquia das redes urbanas, similaridades e potencialidades identificadas nos estudos do Macro Zoneamento Ecológico Econômico – MACRO ZEE, da articulação da malha de transportes, dos fluxos de pessoas e mercadorias, assim como das identidades econômicas existentes e potenciais.

Como subsídio indispensável, para a criação das Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão, foram observadas determinadas particularidades de dois dos zoneamentos que se aplicavam até recentemente para determinados fins de produção e disseminação de dados (as Microrregiões Geográficas IBGE) e para a elaboração do Processo Formal de Planejamento Orçamentário (Regiões de Planejamento, de 2008) além de orientar políticas de inclusão

socioproductiva (Sistema SAF) e também orientar as ações da Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP).

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC, a partir de 2015, constatou que havia também a necessidade de rever o recorte regional do Estado maranhense, propondo uma regionalização baseada em alguns critérios parecidos com o do IBGE, especialmente as camadas de informações fornecidas pela análise da rede urbana e da articulação dos meios de acesso viários (IMESC, 2015). Assim, como ambos institutos identificaram a necessidades de uma regionalização mais adequada as últimas transformações que os territórios vêm passando e utilizaram em suas metodologias elementos similares e oportunos, evitando criar recortes regionais muitos heterogêneos, uma vez que, as experiências passadas não lograram muito êxito.

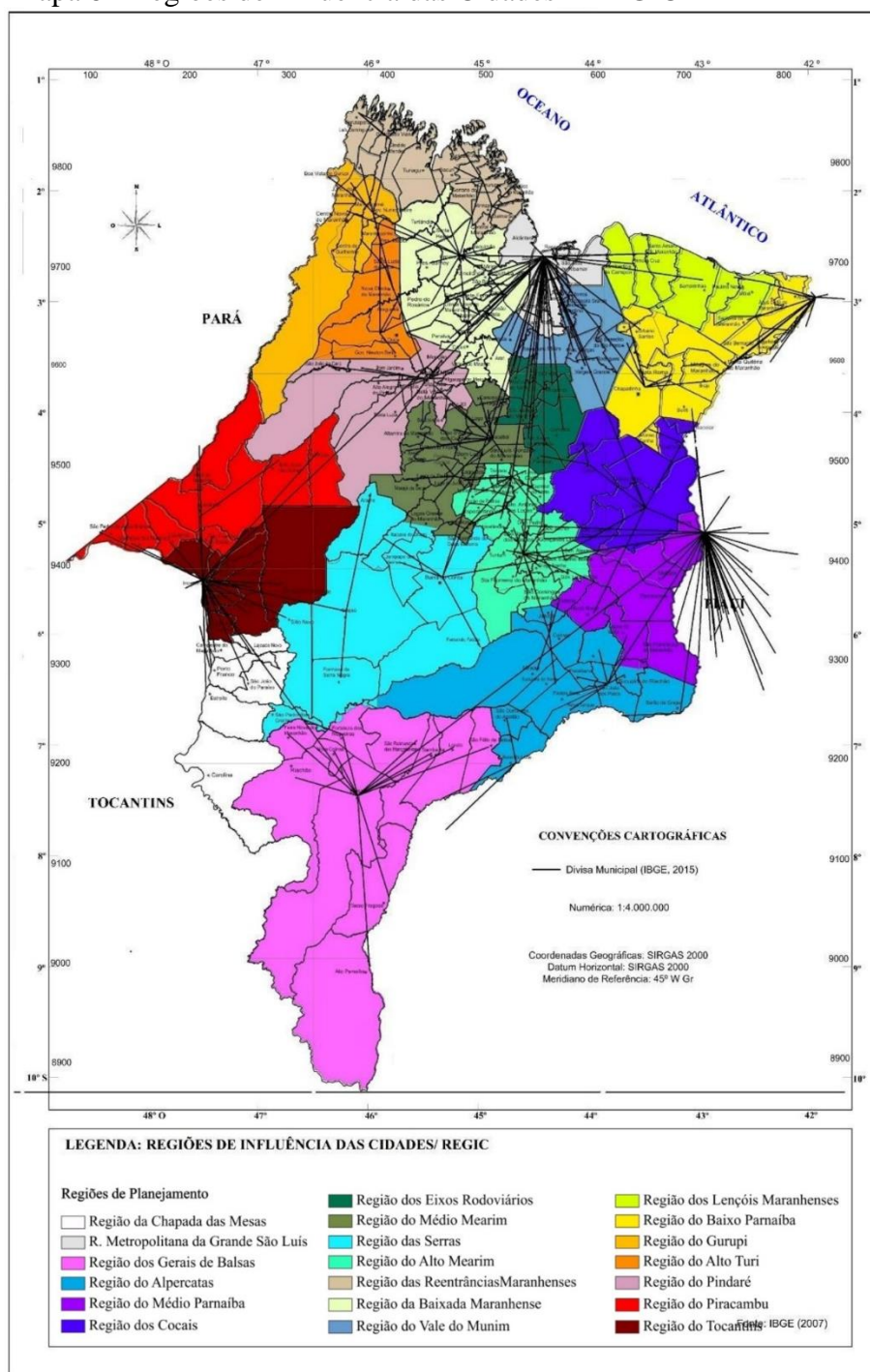
3 REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO

3.1 Procedimentos Metodológicos para Criação das Regiões de Desenvolvimento

A regionalização do território estadual que se propõe como estratégia para seu desenvolvimento, deve ser capaz de articular espacialmente os investimentos do Plano Plurianual – PPA 2020-2023. Nesse mister, torna-se necessário partir de duas premissas, ambas coerentes com a ideia de desenvolvimento adotadas pelo Governo Flávio Dino, que fundamentam sua gestão no enfrentamento das graves desigualdades do estado e dos baixos índices de desenvolvimento humano de mais da metade dos municípios maranhenses. A primeira destas premissas parte da relevância da cidade, como centro polarizador com papel decisivo enquanto núcleo político-administrativo dotado de diversidades de oportunidades e, como segunda proposição, a centralidade das identidades produtivas regionais, cadeias de trabalho e renda capazes de especializações e demandas tecnológicas que unificam lugares. Tomando tais elementos como motores dinâmicos do desenvolvimento, a proposta de regionalização foi buscar, nos limites do espaço maranhense, as relações existentes entre eles, polos de atração e de oferta de oportunidade que articulam espaços e suas atividades a partir de determinadas hierarquias.

Materializadas no mapa de fluxos – circulação de pessoas e de produtos entre lugares -, construído pelo IBGE em 2007, e denominado Regiões de Influência das Cidades – REGIC (Mapa 8), as centralidades maranhenses constituem uma rede urbana de hierarquia desigual e de frágil configuração espacial, traduzindo o padrão centralizado do desenvolvimento estadual, no qual vastas regiões permanecem isoladas das redes de relações socioeconômicas vigentes. Ainda que precária e descontínua, é através dessa trama que atualmente ocorrem as conexões entre as regiões, cabendo considerá-la como ponto de partida para uma proposta de planejamento que tem como prioridade uma ideia de futuro - o desenvolvimento homogêneo do Maranhão -, mas não deve esquecer seu vínculo com a realidade concreta e atual.

Mapa 8 - Regiões de Influência das Cidades – REGIC



Fonte: IMESC, 2018

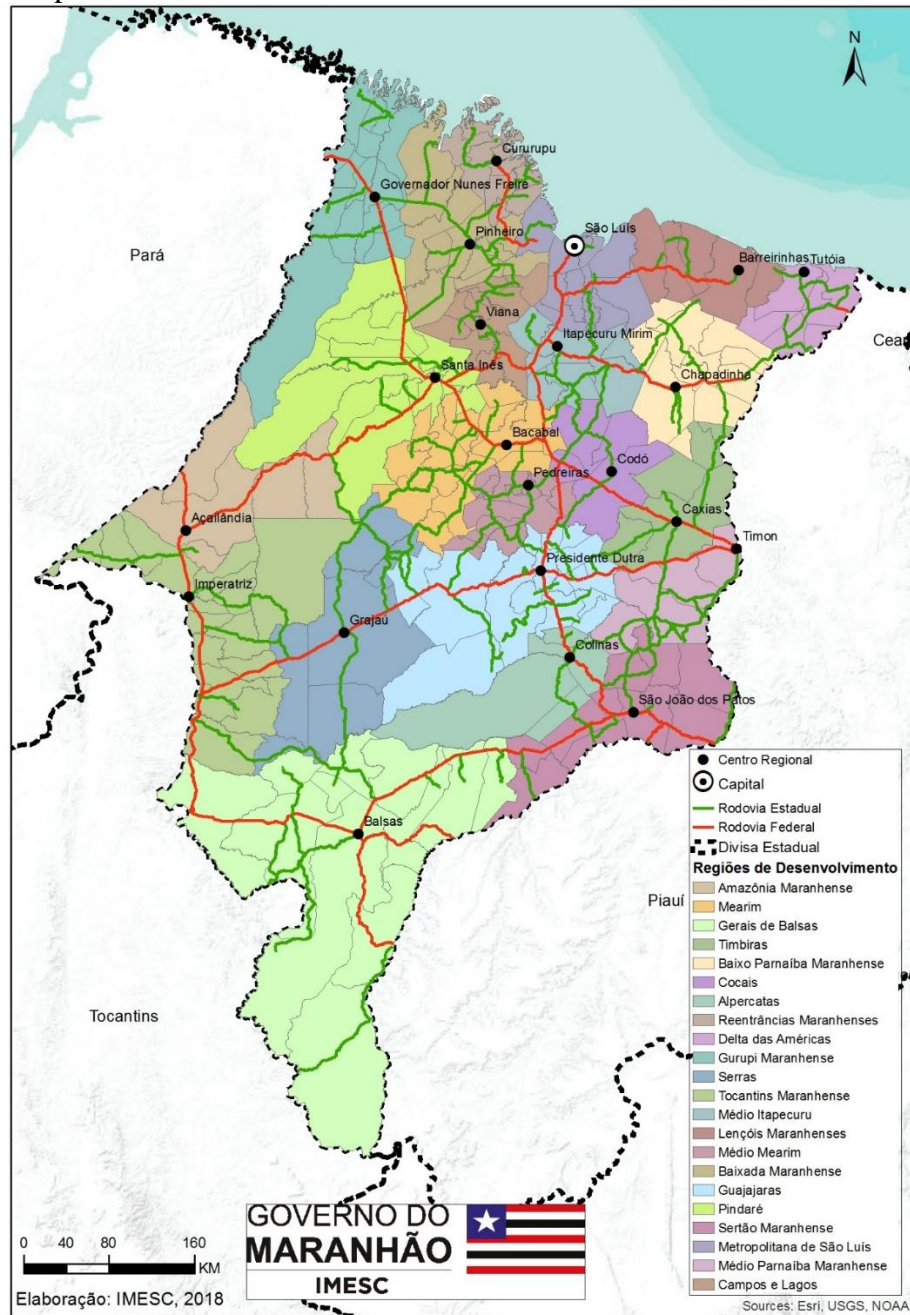
Entretanto, considerando que a base de dados da REGIC foi pensada e elaborada há 11 anos, momento em que se iniciava um ciclo de instalação de um conjunto de projetos de investimentos de grande porte que contribuiriam para transformar de forma significativa determinadas relações intermunicipais, essa matriz inicial da REGIC - sobre a qual foi desenhado o primeiro esboço de regionalização para o Estado - passou a ser submetida a

distintas e simultâneas verificações. Estas comprovações se constituíram, por um lado, no confronto da proposta inicial com a atualidade das realidades socioeconômicas próprias do Maranhão e suas consequências espaciais sobre os espaços do entorno. Concomitantemente, passou-se a incorporar às regiões pré-definidas, os dados fisiográficos e socioculturais, base da proposta das Regiões de Planejamento do Estado, elaborada em 2007, mas nunca efetivada. A atualização de tais informações a partir da análise do Macrozoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão – Macro ZEE, finalizado em 2014, permitiu avançar na reflexão sobre as similaridades e potencialidades ambientais e socioeconômicas.

Finalmente, sobre este conjunto de dados atualizados, de fato já incorporados à realidade estadual, um novo refinamento foi efetivado com a sobreposição da atual infraestrutura rodoviária estadual (Mapa 9) que, tal como o desenvolvimento estadual, é irregular e desigual. Disponibilizando precárias condições de mobilidade para muitas dos municípios maranhenses, em alguns casos inacessíveis em certos períodos do ano, a análise do sistema rodoviário no Maranhão foi subordinada à proposta de desenvolvimento regional, permitindo verificar a viabilidade atual e futura de constituição de relações intermunicipais. Apesar de não tomar estas verificações como determinantes para a proposta de regionalização aqui apresentada, que se mantém focada naqueles eixos citados anteriormente, qual seja, a qualidade das estruturas urbanas e as relações produtivas existentes, a inclusão dessas realidades acessórias foram importantes elementos para comprovar a lógica da proposta.

Os movimentos complementares, objetivando inserir, sobre a proposta inicial, as identidades socioculturais, os dados econômicos e a rede rodoviária, todos devidamente atualizados, resultaram em ajustes e complementações da REGIC do Maranhão, permitindo a necessária reconfiguração da primeira proposta de regionalização, inicialmente pensada com 21 unidades, mas reestruturada e finalizada com 22 Regiões. Um quantitativo que, por aproximação, se assemelha às regionalizações adotadas pelo IBGE, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual da Saúde e Territórios da Cidadania, respectivamente com 21, 19, 18 e 14 unidades, abrindo pela primeira vez a possibilidade efetiva de um acordo interinstitucional para adoção da Regionalização para o Desenvolvimento aqui proposta como matriz das demais classificações territoriais feitas sobre o território estadual.

Mapa 9 – Infraestrutura Rodoviária do Estado do Maranhão



Fonte: IMESC, 2018

Partindo do pressuposto que o processo de descentralização administrativa de um Estado depende de uma regionalização eficiente que possa promover o desenvolvimento equilibrado e equitativo de todos os territórios municipais e, consequentemente, do Estado do Maranhão, a presente proposta define a divisão do território maranhense em 22 unidades, aqui denominadas de Regiões de Desenvolvimento do Maranhão (Tabela 1/Mapa 10).

Como subsídio indispensável a um equilíbrio na delimitação das 22 regiões que ora se propõe, foram observadas, e mesmo adotadas, determinadas particularidades das Regiões de

Planejamento, de 2007, e das Microrregiões Geográficas do IBGE, mantendo, no entanto, como premissa o desenvolvimento integral e equilibrado dos municípios maranhenses. Assim, foram considerados aspectos fisiográficos, cobertura vegetal, clima, hidrografia, hierarquia dos centros urbanos, conforme a Região de Influência das Cidades – REGIC, uniformização dos municípios na distribuição regional, ocupação humana, etnia, inter-relação dos eixos viários, influência de determinados municípios em relação aos seus circunvizinhos, facilidade do fluxo de transporte rodoviário de cargas e de passageiros e serviços públicos de abastecimento de água, esgoto e energia.

Nesta proposta de regionalização foram feitas algumas fusões de regiões de planejamento e/ou transferências de municípios entre elas, além da seleção de municípios polos.

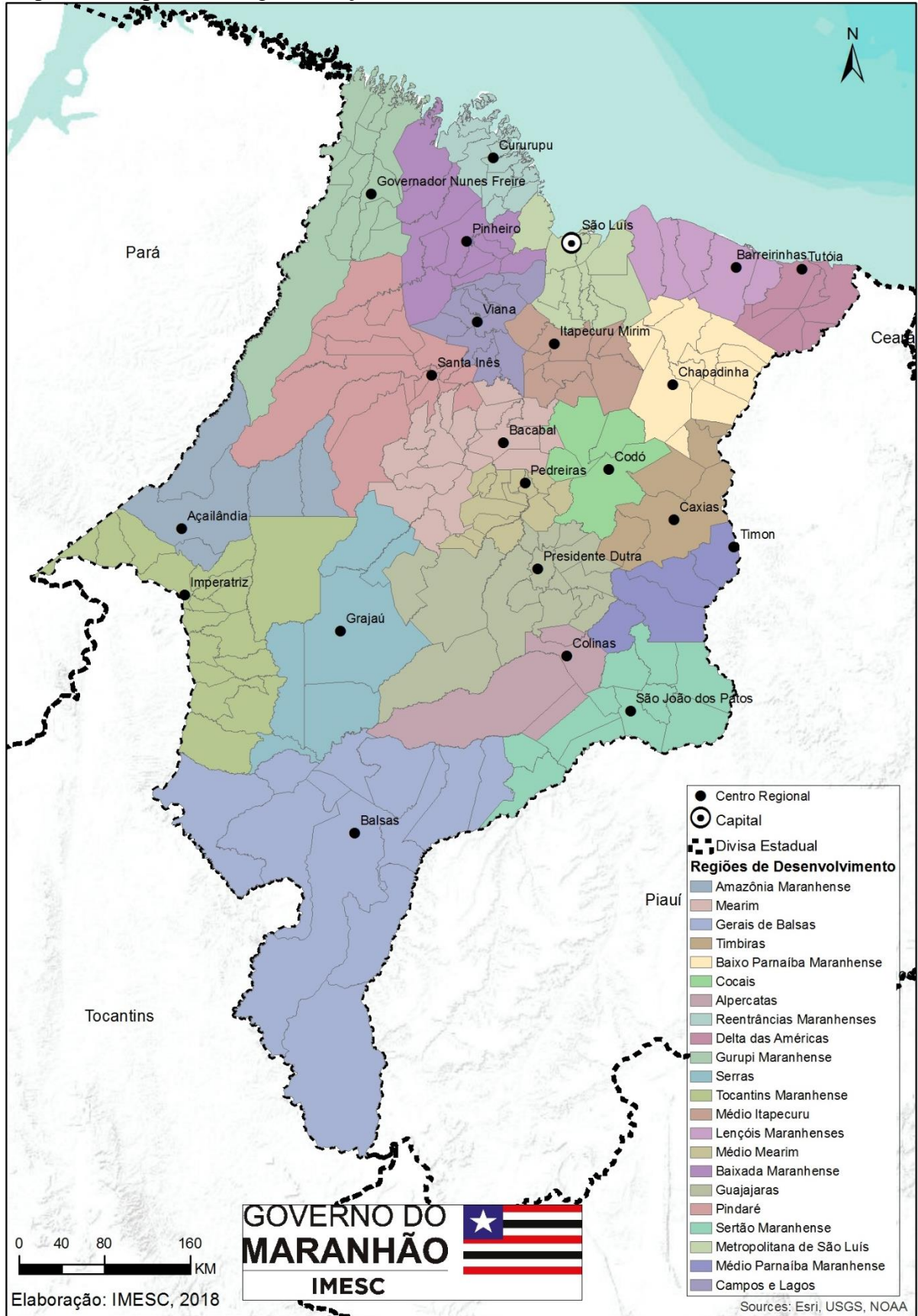
A distribuição dos municípios por região, em que pese as semelhanças fisiográficas, etnia, cultura e cadeias produtivas existentes ou potencialmente dinâmicas, ateve-se principalmente a funcionalidade intermunicipal e inter-regional, ou seja, os fluxos entre todas as cidades que compõem a região e sua interdependência com um município mais desenvolvido e com maior quantidade de serviços e infraestrutura. Para isso, algumas fusões e incorporações em parte de determinadas regiões existentes foram sendo observadas; e a partir daí traçou-se os nossos limites regionais.

Tabela 1 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Regiões de Desenvolvimento do Maranhão

Região /Municípios	Área (Km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Metropolitana de São Luís	9.304,61	1.166.758	325.612	1.492.370	1.619.377	174,04	30.771.746
Amazônia Maranhense	15.358,28	149.933	82.934	232.867	254.993	16,60	3.055.131
Mearim	13956,911	232.881	159.263	392.144	408.104	29,24	2.964.428
Gerais de Balsas	57.171,46	145.402	64.566	209.968	224.574	3,93	5.233.142
Serras	20.863,64	67.379	79.897	168.139,64	158.835	7,61	1.056.608
Lençóis Maranhenses	9.105,82	45.132	78.280	123.412	137.964	15,15	714.275
Timbiras	9.870,42	182.883	70.835	253.718	267.353	27,09	2.156.828
Cocais	8.936,43	149.325	79.636	228.961	236.867	26,51	1.502.781
Alpercatas	12.167,45	43.632	34.922	78.554	81.825	6,72	575.646
Reentrâncias Maranhenses	5675,651	69.179	56.489	125.668	128.951	22,72	680.561
Gurupi Maranhense	18884,883	123.523	70.359	193.882	211.352	11,19	1.346.744
Tocantins Maranhense	25.916,60	388.690	120.553	509.243	534.414	20,62	9.115.956
Médio Itapecuru	8.069,74	125.693	110.351	236.044	263.088	32,60	1.724.023
Médio Mearim	6172,945	113.941	82.069	196.010	194.476	31,50	2.368.959
Baixada Maranhense	13144,22	136.192	176.696	312.888	334.650	25,46	2.073.507
Guajajaras	22.779,92	186.330	158.449	344.779	359.172	15,77	2.425.194
Pindaré	24.386,58	244.662	199.380	444.042	462.077	18,95	3.573.289
Sertão Maranhense	15.591,79	91.491	51.745	143.236	149.365	9,58	1.176.922
Médio Parnaíba Maranhense	8.695,06	179.312	64.648	243.960	258.863	29,77	1.811.610
Delta das Américas	6249,608	56.463	106.135	162.598	178.518	28,56	977.766
Campos e Lagos	7.034,61	109.610	138.638	248.248	260.564	37,04	1.547.162
Baixo Parnaíba Maranhense	12600,342	138.738	116.183	254.921	274.797	21,81	1.622.885

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Mapa 10 - Proposta de Regionalização de Desenvolvimento do Maranhão



Fonte: IMESC, 2018

3.2 Toponímia das Regiões de Desenvolvimento

No que se refere à definição da toponímia adotada para cada uma das Regiões de Desenvolvimento, e com o objetivo de reforçar a identidade conjunta de todos os seus municípios componentes, foram propostos títulos que fazem referências ao relevo, à hidrografia, à vegetação, à importância turística, à herança étnica, à influência socioeconômica, política e cultural, conforme a seguir especificado. Para aquelas regiões em que as bacias hidrográficas são limítrofes e os rios divisas, foi utilizada a expressão maranhense, no caso das Regiões das Reentrâncias Maranhenses, do Gurupi Maranhense, do Tocantins Maranhense e do Baixo Parnaíba Maranhense.

3.2.1 Regiões com Referências ao Relevo

Região de Desenvolvimento do Alpercatas (serra)

Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense (planície)

Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos (planície)

Região de Desenvolvimento do Delta das Américas (delta)

Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas (planalto)

Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses (litoral)

Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhenses (litoral)

Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense (planalto)

Região de Desenvolvimento das Serras (serra)

3.2.2 Regiões com Referências à Hidrografia

Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense (Rio Parnaíba)

Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense (Rio Gurupi)

Região de Desenvolvimento do Mearim (Rio Mearim)

Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru (Rio Itapecuru)

Região de Desenvolvimento do Médio Mearim (Rio Mearim)

Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense (Rio Parnaíba)

Região de Desenvolvimento do Pindaré (Rio Pindaré)

Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (Rio Tocantins)

3.2.3 Regiões com Referências à Vegetação

Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (floresta equatorial)

Região de Desenvolvimento dos Cocais (mata dos cocais)

3.2.4 Regiões com Referências à Etnia

Região de Desenvolvimento dos Guajajaras (Terras indígenas)

Região de Desenvolvimento dos Timbiras (Terras indígenas)

3.2.5 Regiões com Referências à Área de Influência

Região de Desenvolvimento Metropolitana São Luís (Maior influência socioeconômica).

3.3 Definição do Município-Polo das Regiões de Desenvolvimento

As considerações apresentadas anteriormente, embora abrangentes, têm relação direta para definição e seleção do que foi denominado de Município-Polo de cada uma das Regiões de Desenvolvimento, isto é, aquele que reúne as características socioeconômicas e logísticas que, atualmente, o eleva à condição de dinamizador das relações regionais e principal elemento capaz de consolidar e disseminar efeitos de desenvolvimento em escala intermunicipal. Para seleção dos 22 Municípios-Polo, foram considerados os seguintes critérios:

1. Relevância no que diz respeito ao PIB, área, população e densidade demográfica;
2. Eficiente comunicação viária com as demais regiões do Estado, considerando também o fluxo de transportes coletivos e de mercadoria;
3. Sede urbana dotada de estrutura física e de um conjunto diversificado de comércio e de serviços públicos e privados;
4. Significativa concentração de órgãos federais e estaduais, principalmente aqueles relacionados com o financiamento, a assistência e a formação técnica;
5. Posição geográfica na região, facilitando a comunicação e as trocas, considerando a distância e o tempo necessário para o deslocamento dos demais municípios componentes daquela Região.

3.4 PERFIL DAS REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO

3.4.1 Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís

A Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís é composta por municípios localizados na Ilha do Maranhão, Baixo Itapecuru, Baixo Munim e por Alcântara, inseridos no grande complexo estuarino do Golfão Maranhense, maior reentrância da costa

maranhense, onde se destacam as baías de São Marcos e São José. Nessa região estão treze municípios (Mapa 11) com o total de 9.304,61 km² (Tabela 2). Sua população em 2017 era de 1.619.377 habitantes, com densidade demográfica de 174,04 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 30.771.746,00 (IMESC, 2017).

Esta região caracteriza-se por uma população economicamente ativa, com setor secundário e terciário concentrado em São Luís, onde estão as principais indústrias de transformação e comércio. Além do município de São Luís, destaca-se nos outros municípios da ilha a produção da horticultura e avicultura. A atividade pesqueira também é de grande importância, principalmente em Raposa e São José de Ribamar, garantindo parte do consumo ao mercado interno.

A cidade de São Luís é o núcleo a partir do qual se desenvolveu o processo de ocupação do Estado para o Litoral, Baixada e pelos vales úmidos dos rios Itapecuru, Pindaré, Munim e Mearim. São Luís é o centro político-administrativo do estado destacando-se turisticamente pelo conjunto arquitetônico colonial, considerado o maior conjunto contínuo da América do Sul, assim como folcloricamente com os tradicionais grupos de bumba-meu-boi, tambor de crioula e outros, tendo sido agraciado com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

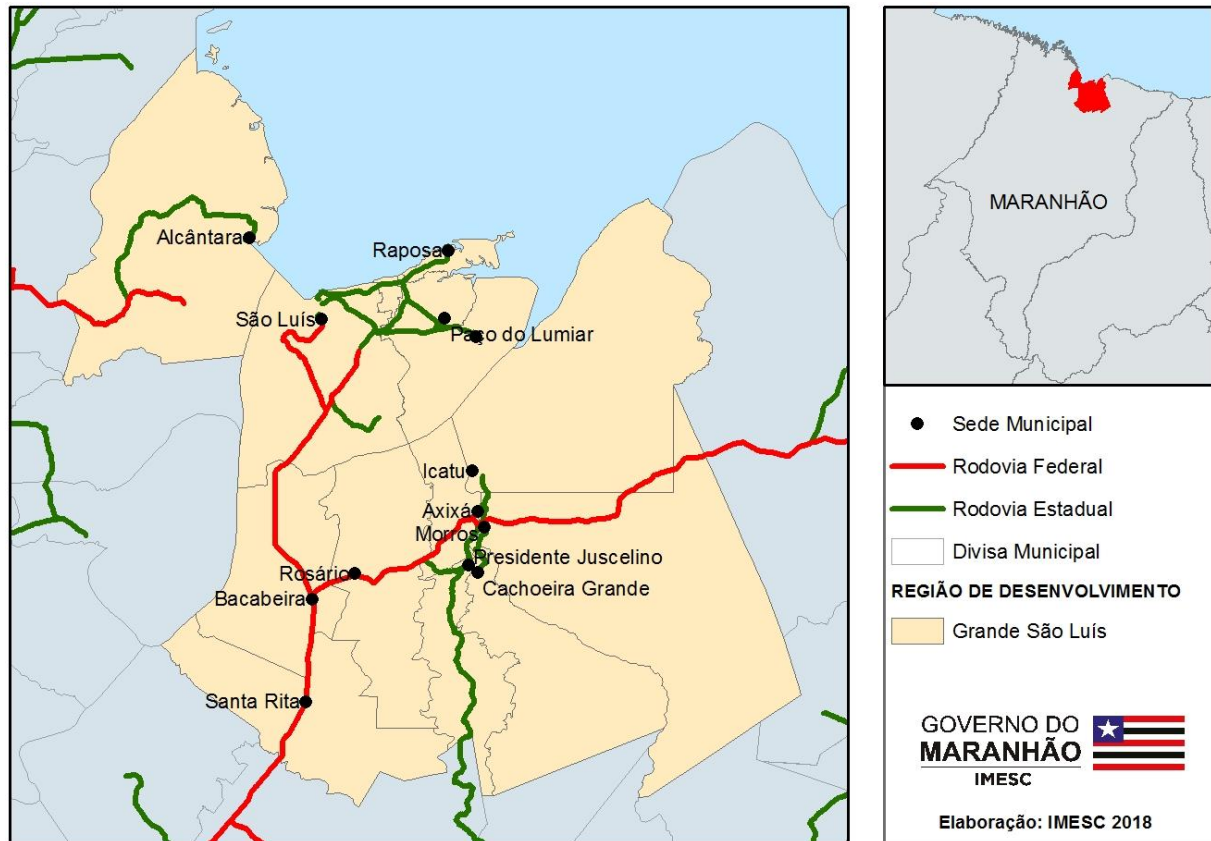
São Luís também se destaca por sua malha viária (BR-135, MA-201, 202, 203), ferroviária (Estrada de Ferro Carajás, Ferrovia Transnordestina) e portuário (portos do Itaqui, ALUMAR, Vale, Grande e da Madeira). Dispõe também do maior distrito industrial do Maranhão, com presença de usinas de transformação, bens de consumo não duráveis, produtos alimentares, bebidas e outros.

O crescimento urbano de São Luís em direção a outros municípios da Ilha do Maranhão, acarretou na conurbação destes municípios, concentrando a maior área urbana e populacional do Estado, o que justifica, portanto, São Luís ser o município-polo da região.

Vale destacar também o crescimento de outras cidades como Rosário e principalmente Bacabeira, com a futura implantação de siderurgias. Também se destaca nos municípios fora da Ilha do Maranhão o setor primário com a produção da horticultura e mandioca, além da produção da brita, cerâmicas e pesca.

A cidade de Alcântara, também, é importante, não só pela arquitetura colonial, mas por estar ali instalado o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

Mapa 11 – Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Nome da região metropolitana dado aos municípios que compõem este conjunto de município.

Localização:

- Golfão Maranhense, entre as baías de São Marcos e São José, além do espaço físico dos baixos vales dos rios Munim e Itapecuru.

Potencialidade:

- Hortifruticultura
- Indústria
- Complexo portuário
- Apicultura
- Comércio
- Turismo
- Avicultura
- Suinocultura
- Artesanato

- Piscicultura
- Pesca
- Extrativismo vegetal e mineral
- Cerâmica
- Educação

Principais Demandas:

- Incentivar a execução de projetos de hortifruticultura e avicultura.
- Atualizar e regulamentar as divisas intermunicipais.
- Implantar e implementar programas de fomento do turismo sustentável.
- Implementar a reforma agrária com distribuição de terra, assessoria técnica e financiamento.
- Dinamizar o sistema de segurança.
- Criar cursos profissionalizantes nível médio.
- Dinamizar a restauração dos prédios históricos e desenvolver um processo de ocupação equilibrado.
- Ampliar e melhorar a matriz de transportes.
- Implantar polo digital.
- Implantar projeto de casa própria.
- Delimitar os bairros.
- Melhorar a infraestrutura (esgoto e canais de drenagem).
- Implantar sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterro sanitário).
- Arborizar e ajardinar, avenidas, praças e ruas.
- Recuperar e proteger as bacias dos rios Munim e Itapecuru.
- Proteger e conservar a mata ciliar, o leito dos rios e os manguezais.
- Reciclar e ampliar o artesanato de cerâmica.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 2 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social Metropolitana de São Luís

Região /Municípios	Área (Km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Metropolitana de São Luís	9.304,61	1.166.758	325.612	1.492.370	1.619.377	174,04	30.771.746
Alcântara	1.457,92	6.399	15.452	21.851	21.673	14,87	108.069
Axixá	203,153	4.703	6.704	11.407	11.975	58,95	61.791
Bacabeira	615,589	3.324	11.601	14.925	17.053	27,70	281.761
Cachoeira Grande	705,625	3.792	4.654	8.446	8.930	12,66	50.440
Icatu	1.448,78	7.816	17.329	25.145	26.835	18,52	118.600
Morros	1.715,17	6.720	11.063	17.783	19.282	11,24	94.555
Paço do Lumiar	125,259	78.811	26.310	105.121	122.420	977,33	716.925
Presidente Juscelino	354,696	4.120	7.421	11.541	12.656	35,68	81.800
Raposa	66,4	16.675	9.652	26.327	30.863	464,80	191.809
Rosário	685,036	23.252	16.324	39.576	42.314	61,77	277.393
Santa Rita	706,38	14.915	17.451	32.366	37.090	52,51	241.208
São José de Ribamar	385,777	37.709	125.336	163.045	176.418	457,31	1.714.914
São Luís	834,827	958.522	56.315	1.014.837	1.091.868	1307,90	26.832.481

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.1 Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense

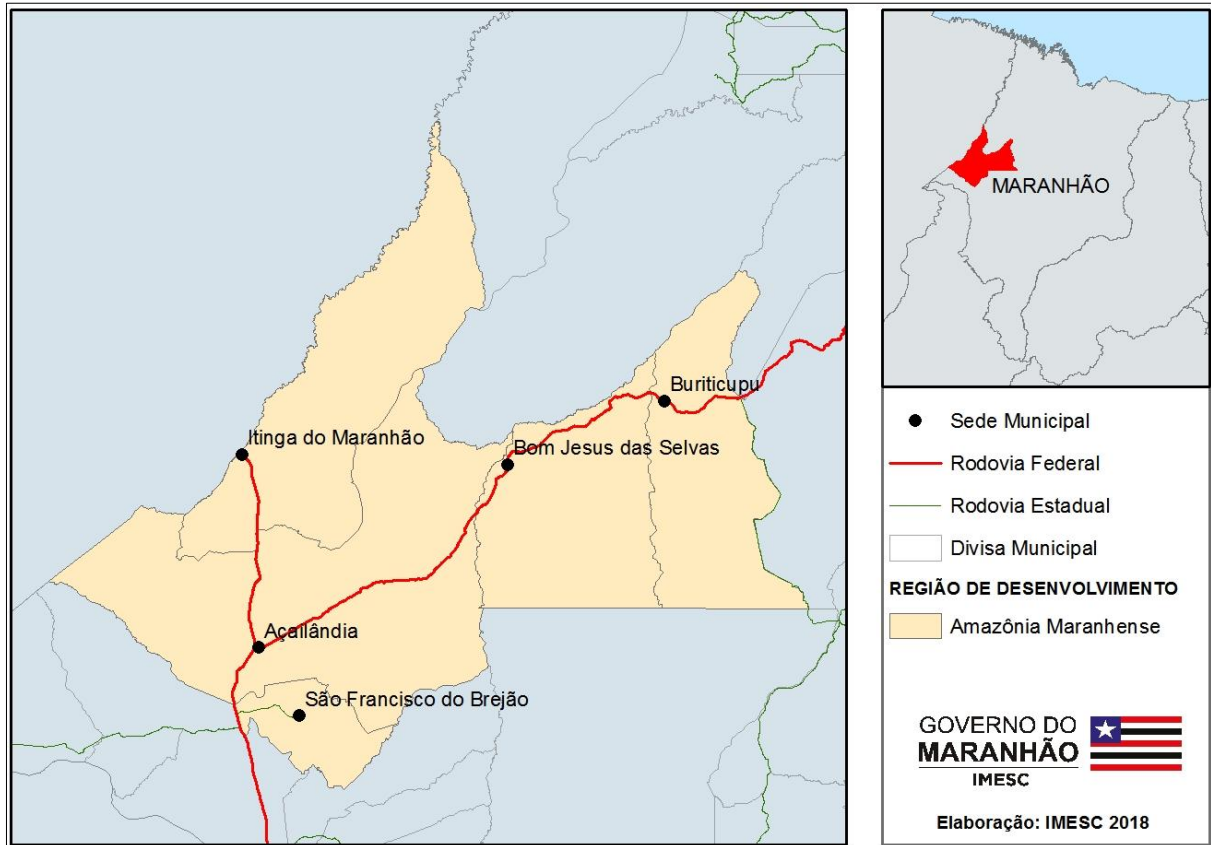
Corresponde à área do Oeste Maranhense, na planície fluvial, drenada pelas bacias hidrográficas dos rios Pindaré e Gurupi, em plena Amazônia Maranhense, que caracteriza esta região. Nela estão cinco municípios (Mapa 12) com o total de 15.358,28 km². Sua população em 2017 era de 254.993 habitantes (IBGE, 2017), com densidade demográfica de 16,60 hab./km² e PIB de R\$ 3.055.131,00 (IMESC, 2017).

Destaca-se como mais importante município regional Açailândia, cujo fluxo de renda está ligado principalmente as metalúrgicas e siderúrgicas, assim como a produção de carvão vegetal, extração de madeira e indústrias diversificadas, favorecido principalmente em função da área fazer parte do projeto Grande Carajás, daí a sua diversificação econômica.

Açailândia, município polo, importante parque industrial da região, por concentrar maior território, maior população, segunda densidade demográfica e maior PIB (Tabela 3), foi escolhido para polo regional.

Como meio de comunicação dispõe das BRs - 010 e 222 e MA - 006, além da Estrada de Ferro Carajás que a comunica diretamente com o Porto do Itaqui, e da Ferrovia Norte/Sul que passa pelo território regional.

Mapa 12 - Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia: área territorial englobada no território da Floresta Amazônia.

Localização: Oeste do Estado num trecho da planície fluvial da Amazônia Maranhense.

Potencialidades:

- Silvicultura
- Agronegócio
- Ferrovia
- Agricultura
- Madeira
- Pecuária
- Turismo
- Indústria
- Pesca

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Controlar a poluição do ar provocada pelas carvoarias e guserias.
- Revitalizar a coleta e o aproveitamento integral do babaçu.
- Proteger as bacias hidrográficas.
- Incentivar a agroindústria.
- Coibir o desmatamento não sustentável.
- Incentivar o turismo rural, religioso e o ecoturismo.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Arborizar e dotar de melhor infraestrutura as áreas urbanas.
- Implementar políticas de inclusão social dos gentios e seus descendentes.
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária.
- Ampliar vagas e cursos universitários e cursos profissionalizantes de nível médio.
- Instalar hospitais de alta complexidade.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.
- Melhorar o sistema de políticas públicas voltadas aos assentamentos rurais.

Tabela 3 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Amazônia Maranhense

Região/Municípios	Área (Km ²) 2017	População 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Amazônia Maranhense	15.358,28	149.933	82.934	232.867	254.993	16,60	3.055.131
Açailândia	5.806,44	78.237	25.810	104.047	111.339	19,18	2.027.416
Bom Jesus das Selvas	2.679,07	13.431	15.028	28.459	34.278	12,79	236.661
Buritcupu	2.545,44	35.789	29.448	65.237	71.979	28,28	474.700
Itinga do Maranhão	3.581,72	17.640	7.223	24.863	25.589	7,14	231.342
São Francisco do Brejão	745,606	4.836	5.425	10.261	11.808	15,84	85.012

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.3 Região de Desenvolvimento do Mearim

Região localizada no Centro Maranhense e drenada pelo curso dos Rios Mearim e Grajaú; nela estão incluídas 16 municípios (Mapa 13) com uma área total de 13.956,911 km². Sua população estimada em 2017 era de 408.104 habitantes (Tabela 4), com densidade demográfica de 29,24 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 2.964.428,00 (IMESC, 2017).

A região tem sua estrutura de produção baseada na agropecuária, especialmente a rizicultura e pecuária semi-intensiva de gado bovino, destacando-se como criatório mais

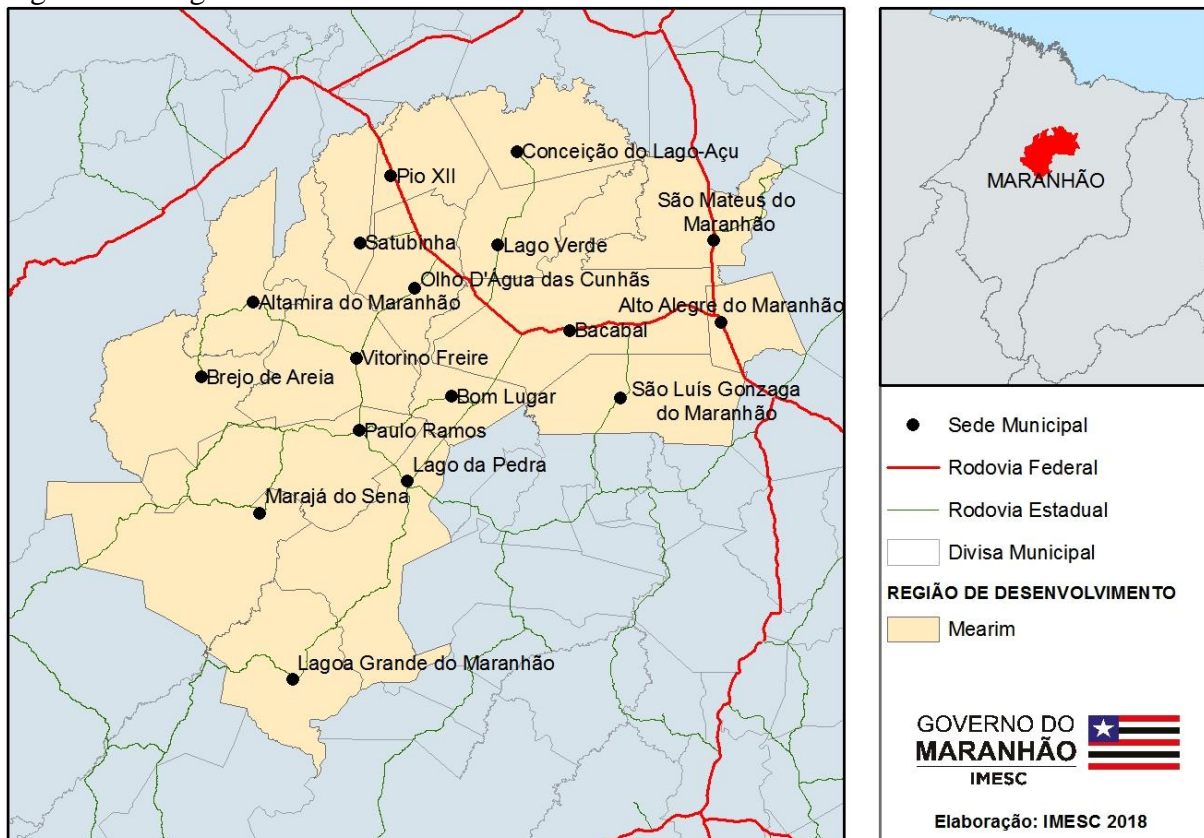
importante do espaço maranhense, com a introdução de rebanho leiteiro em áreas ocupadas com pastos plantados, em detrimento das áreas de lavouras.

A região concentra a bacia leiteira de Bacabal, onde parte do leite é consumida e o excedente é estocado e resfriado e enviado para outros mercados, principalmente para a região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís.

Bacabal se destaca como município-polo, com destaque para seu centro comercial e educacional. Na região é ocupa o primeiro lugar em área, população e PIB, sendo o segundo em densidade demográfica.

Esta região tem como sistema viário a BR 316 e as MA's 012, 020, 119, 122, 259, 336, 352 e 381.

Figura 13 - Região de Desenvolvimento do Mearim



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Influência econômica e ambiental da bacia do Mearim.

Localização:

- Planície fluvial, no centro Norte do Estado.

Potencialidade:

- Agricultura
- Pecuária
- Pesca
- Agroindústria
- Apicultura
- Leite e laticínios
- Agronegócio
- Piscicultura
- Extrativismo vegetal
- Fruticultura
- Horticultura
- Cerâmica
- Turismo

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Incentivar o agronegócio.
- Instalar assentamentos rurais.
- Elaborar e executar projetos para o desenvolvimento do turismo.
- Criar programa de reflorestamento ambiental e de proteção do leito dos rios.
- Expandir polo universitário e criação de cursos técnicos profissionalizantes.
- Proteger a vegetação ciliar e o leito dos rios.
- Arborizar áreas urbanas e dotá-las de melhor infraestrutura.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Implantar políticas de inclusão social dos afrodescendentes.
- Desenvolver o arranjo produtivo do babaçu.
- Criar centro de comercialização de artesanato.
- Incrementar o laticínio.
- Desenvolver políticas públicas às comunidades remanescentes quilombolas.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 4 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Mearim

Região /Municípios	Área (Km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km²) 2017	PIB 2015 R\$ Milhões
		Urbana	Rural	Total			
Mearim	13956,911	232.881	159.263	392.144	408.104	29,24	2.964.428
Altamira do MA	523,789	3.154	7.909	11.063	8.070	15,41	60.292
Alto Alegre do MA	383,308	19.374	5.225	24.599	26.872	70,11	202.695
Bacabal	1.683,07	77.860	22.154	100.014	103.359	61,41	1.019.263
Bom Lugar	445,476	4.181	10.637	14.818	16.214	36,40	80.721
Brejo de Areia	986,036	2.853	2.724	5.577	8.696	8,82	51.925
Conceição do Lago Açu	733,228	6.869	7.567	14.436	16.192	22,08	95.877
Lago da Pedra	1.240,44	30.046	16.037	46.083	49.856	40,19	326.504
Lagoa Grande do Maranhão	744,201	5.499	5.018	10.517	11.286	15,17	71.454
Lago Verde	623,237	5.052	10.360	15.412	16.025	25,71	88.036
Marajá do Sena	1.402,59	1.158	6.893	8.051	7.604	5,42	48.592
Olho D'água das Cunhãs	695,333	9.592	9.009	18.601	19.206	27,62	130.329
Paulo Ramos	1.168,61	10.825	9.254	20.079	20.657	17,68	135.329
São Luís Gonzaga do Maranhão	909,164	7.896	12.257	20.153	18.247	20,07	134.712
São Mateus do Maranhão	783,224	28.712	10.381	39.093	40.992	52,34	264.937
Satubinha	441,811	3.634	8.356	11.990	13.949	31,57	57.858
Vitorino Freire	1.193,39	16.176	15.482	31.658	30.879	25,88	195.904

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.4 Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas

Localizada no Sul do Maranhão e constituída por chapadas revestidas de campos cerrados e ocupação rarefeita. Nesta região estão inseridos 12 municípios (Mapa 14) com uma área total de 57.171,46 km². Sua população estimada em 2017 era de 224.574 habitantes (Tabela 5), com densidade demográfica de 3,93 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 5.233.142,00 (IMESC, 2017).

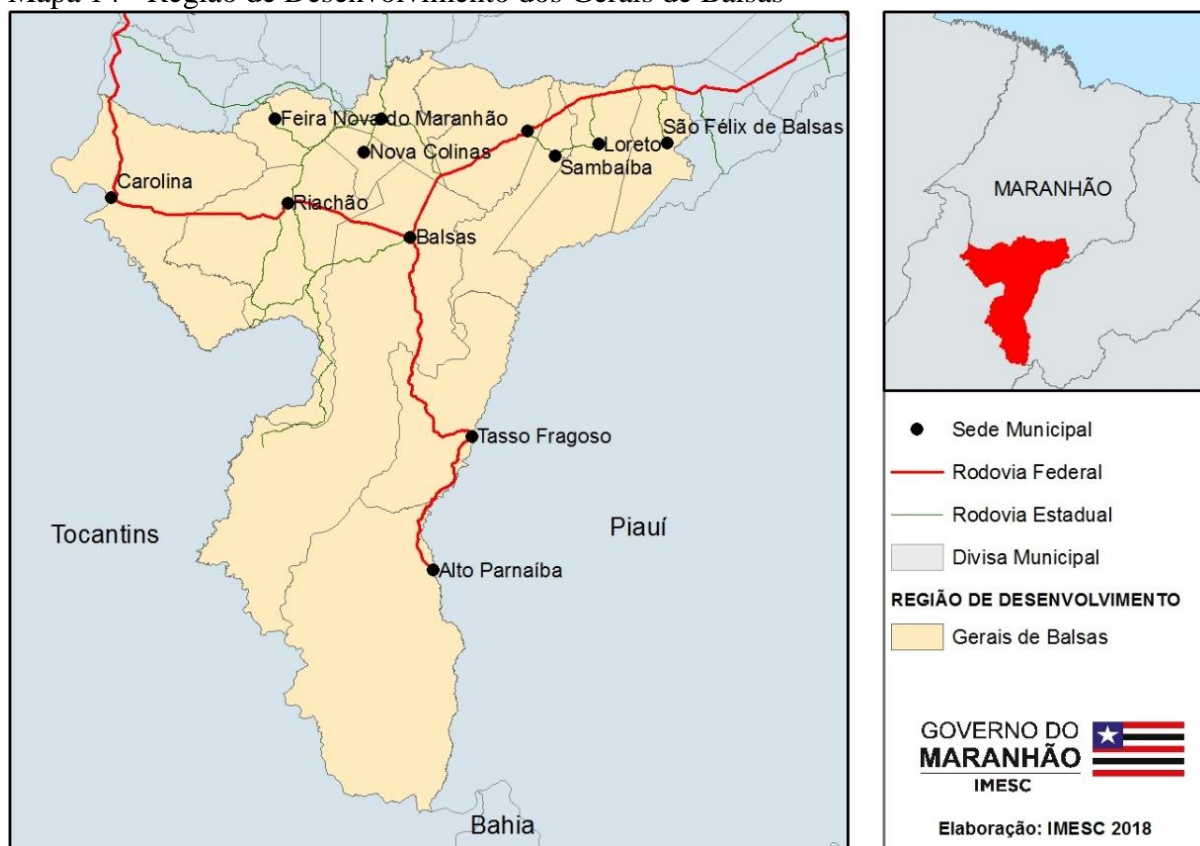
Nas últimas décadas a região vem passando por um processo de dinamização com a modernização e mecanização das lavouras de arroz, milho, sorgo e principalmente soja. Tal processo se verifica pelo fluxo migratório de sulistas, que passaram a ocupar as áreas rurais, às margens dos rios e riachos e nos baixos mais úmidos, com a lavoura de arroz.

O centro dinâmico da região é município polo de Balsas, que nas últimas décadas, se tornou foco de atração populacional mais recente do estado do Maranhão. A atuação regional de Balsas vem se fortalecendo gradativamente, a partir da década de 1980, graças ao desempenho do setor de serviços, como também, em função da implantação de novos estabelecimentos industriais, como as de beneficiamento de arroz e soja.

A pecuária constitui-se numa atividade complementar, praticada em caráter extensivo, com a criação de gado bovino e caprino.

Esta região tem como sistema viário as BRs 230, 324 e 235 e as MAs 006, 007, 132, 140, 334, 373, 374 e 375.

Mapa 14 - Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Prolongamento dos campos gerais do planalto brasileiro denominado na parte meridional do Maranhão de Gerais de Balsas.

Localização:

- Sul do Estado numa região do planalto maranhense.

Potencialidades:

- Agricultura
- Pecuária
- Agroindústria
- Extrativismo vegetal
- Leite
- Agronegócio
- Turismo

Principais Demandas:

- Proteger o meio ambiente.
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Implantar o ramal ferroviário Estreito/Balsas.
- Direcionar políticas para a preservação da identidade cultural.
- Executar programas para a geração de emprego e renda.
- Incentivar o desenvolvimento agroindustrial.
- Implantar programas de inclusão digital.
- Diversificar o agronegócio.
- Montar infraestrutura e dinamizar o ecoturismo.
- Retificar as divisas dos municípios.
- Arborizar e ajardinar a área urbana.
- Expansão do polo universitário e ampliação de vagas universitárias.
- Proteger a vegetação ciliar e evitar o assoreamento e poluição dos rios.
- Implantar hospitais de média complexidade.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 5 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Gerais de Balsas

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Gerais de Balsas	57.171,46	145.402	64.566	209.968	224.574	3,93	5.233.142
Alto Parnaíba	11.132,18	7.028	3.738	10.766	11.001	0,99	311.166
Balsas	13.141,76	72.771	10.757	83.528	94.779	7,21	2.629.706
Carolina	6.441,60	16.237	7.722	23.959	23.803	3,70	285.859
Feira Nova do Maranhão	1.473,41	1.927	6.199	8.126	8.372	5,68	82.394
Fortaleza dos Nogueiras	1.853,99	7.019	4.627	11.646	12.403	6,69	125.816
Loreto	3.596,84	6.360	5.030	11.390	12.009	3,34	154.334
Nova Colinas	743,087	2.210	2.675	4.885	5.350	7,20	49.588
Riachão	6.373,03	10.205	10.004	20.209	19.701	3,09	267.419
Sambaíba	2.478,70	2.836	2.651	5.487	5.568	2,25	217.307
São Félix de Balsas	2.032,36	1.628	3.074	4.702	4.453	2,19	36.430
São Raimundo das Mangabeiras	3.521,52	12.533	4.941	17.474	18.680	5,30	352.906
Tasso Fragoso	4.382,98	4.648	3.148	7.796	8.455	1,93	720.217

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.5 Região de Desenvolvimento das Serras

A região de Desenvolvimento das Serras está ao Oeste do Estado, no planalto maranhense, nos vales dos rios Grajaú e Mearim. O relevo, continuação do planalto central brasileiro, apresenta várias serras em forma de chapadas, cuevas e morros testemunhos.

Nessa região estão seis municípios (Mapa 15), com área total de 20.863,64 km². A população estimada em 2017 foi de 158.835 habitantes (Tabela 6), com densidade demográfica de 7,61 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.056.608,00 (IMESC, 2017).

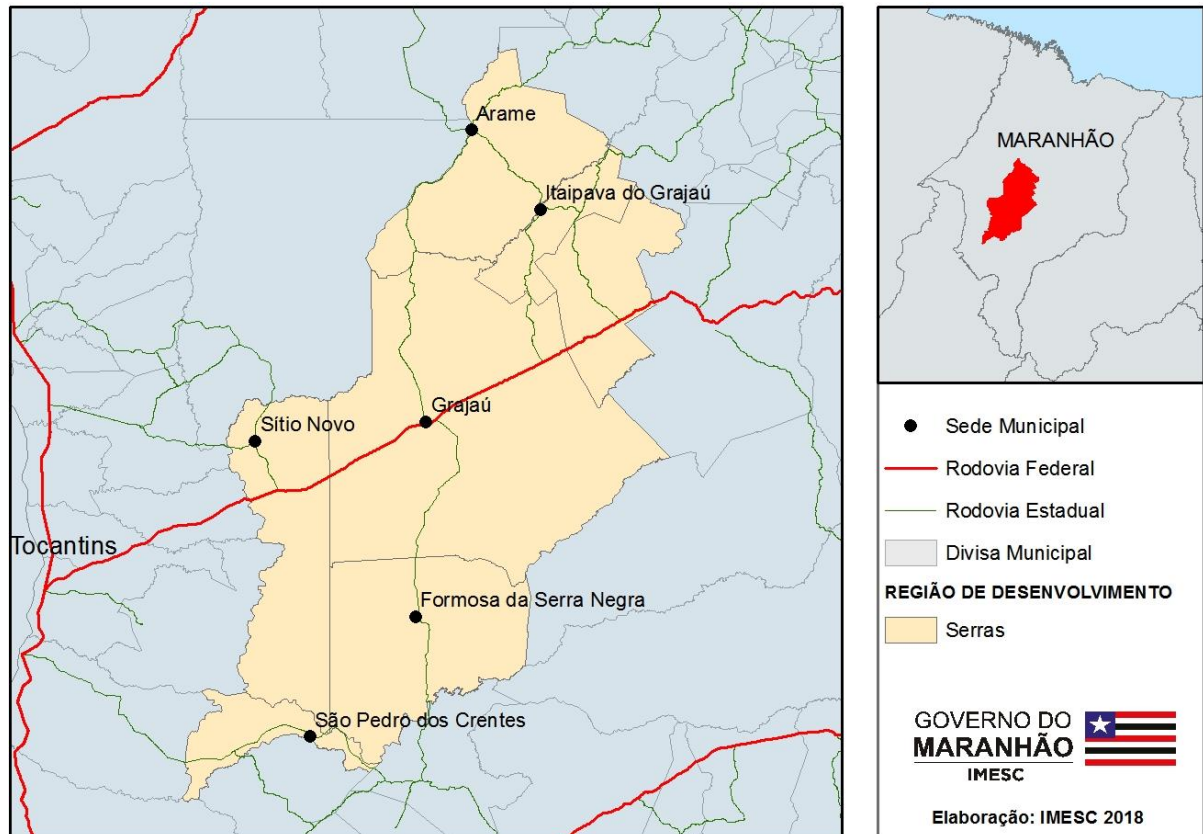
A ocupação do espaço é resultado do avanço no século XVIII, das frentes pecuaristas baiana e pernambucana que, atravessando o Vale do Parnaíba, alcançou o sertão maranhense, implantando fazendas que deram origem a extensos municípios que só a partir da década de 1960 redistribuíram seus territórios, dando origem a outros municípios.

A principal atividade econômica é a agropecuária. Embora não tenha influência turística, tem, no entanto, um significativo potencial se considerarmos as serras e os vales existentes na região, assim como a herança arquitetônica, principalmente Grajaú, cuja cidade de ruas estreitas e cheias de ladeiras, dão-lhes um bucólico especial, enquanto na área rural observam-se várias cachoeiras e corredeiras.

O polo regional é o município de Grajaú, que é o primeiro classificado em extensão territorial, população e PIB, e o terceiro em densidade demográfica.

A região é servida pela BR - 226 e pelas MAs 006, 008, 122, 138, 275, 380, 328, 329, 379, 380, 384 e pela Ferrovia Norte Sul.

Mapa 15 - Região de Desenvolvimento das Serras



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- A Incidência de serras, resultado da ramificação da Serra Negra.

Localização:

- Centro Oeste do planalto maranhense.

Potencialidade:

- Agricultura
- Leite
- Pecuária
- Agroindústria
- Turismo
- Extrativismo mineral e vegetal
- Plantas medicinais

Principais Demandas:

- Proteger a micro bacia do rio Grajaú.
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Desenvolver polo gesseiro.
- Incrementar o turismo rural e cultural.
- Incentivar a implantação e implementação de agroindústrias.
- Incentivar as indústrias de laticínio.
- Proteger e assistir as áreas indígenas.
- Ampliação da oferta de cursos de nível superior.
- Proteger as nascentes dos mananciais.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Implantar hospital de média complexidade.
- Implantar o beneficiamento e industrialização do gesso.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 6 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Serras

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Serras	20.863,64	67.379	79.897	168.139,64	158.835	7,61	1.056.608
Arame	2.976,04	12.551	19.151	31.702	32.145	10,80	180.643
Formosa da Serra Negra	3.690,61	5.915	11.842	17.757	18.997	5,15	112.522
Grajaú	8.863,57	37.041	25.052	62.093	69.232	7,81	531.363
Itaipava do Grajaú	1.238,91	4.296	10.001	14.297	16.009	12,92	67.742
São Pedro dos Crentes	979,631	2.437	1.988	4.425	4.601	4,70	46.863
Sítio Novo	3.114,87	5.139	11.863	17. 002	17.851	5,73	117.475

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

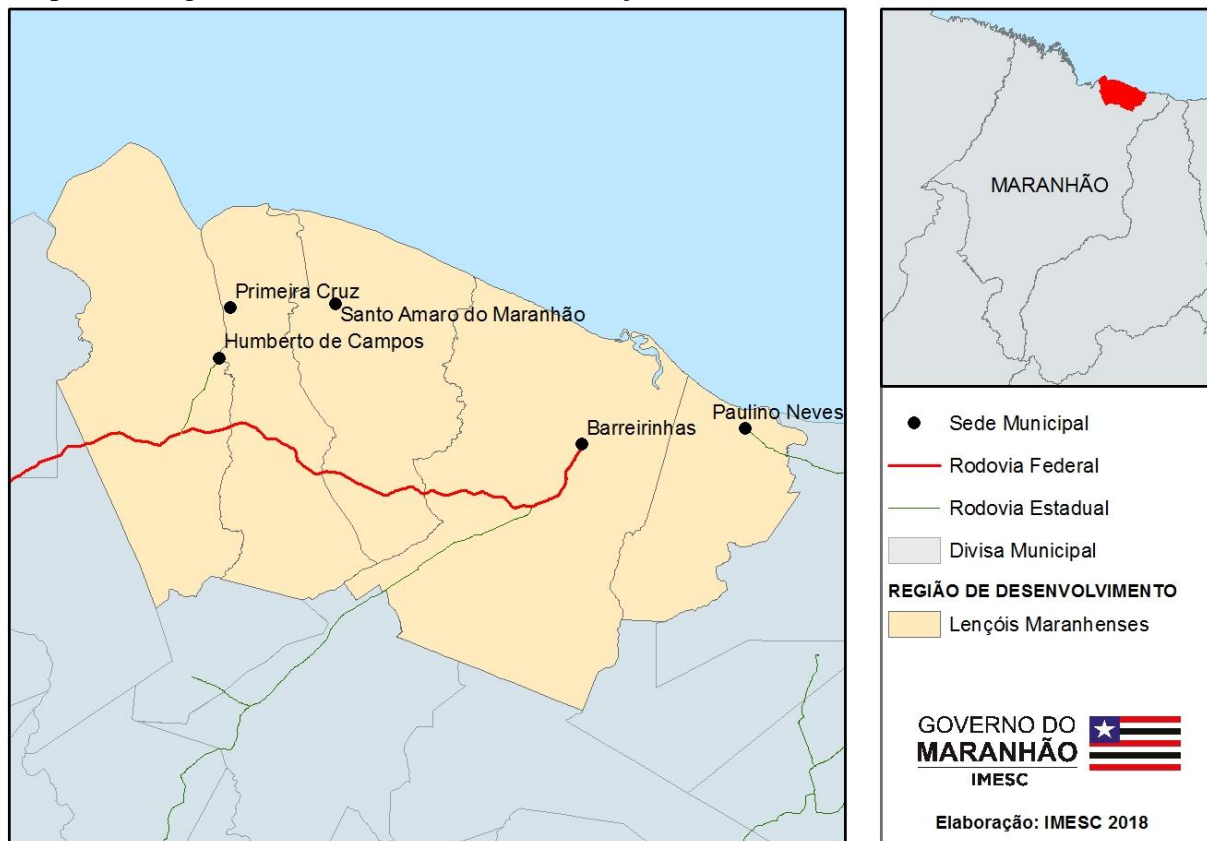
3.4.6 Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses

Inserida no Litoral Oriental do Maranhão e constituída por faixa litorânea retilínea, com solos pobres e arenosos e pouco adaptáveis a agricultura. Nesta região estão cinco municípios (Mapa 16) com uma área total de 9.105,82 km². Sua população estimada em 2017 era de 137.964 habitantes (Tabela 7), com densidade demográfica de 15,15 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 714.275,00 (IMESC, 2017).

Todos os municípios desta área formam uma unidade homogênea de grande planície costeira, com longo estirâncio, coberto de sucessivas dunas, intercaladas de lagoas

sazonais e perenes, dotando-a de um grande potencial turístico, conhecido e visitado praticamente por pessoas de todos os continentes. Além do turismo, a área é de grande produção pesqueira e a única exportadora de castanha de caju; também destaca-se a produção de artesanato oriundo das folhas do buritizeiro. A população está concentrada principalmente nas margens dos rios, enquanto a área de dunas é um grande vazio demográfico. É cortada pela BR 402 e MAs 225, 311, 102, 320 e 382. Por ser o município, cuja sede tem a melhor infraestrutura, Barreirinhas foi escolhido para município polo, ocupando o primeiro lugar em área, população, densidade demográfica e PIB.

Mapa 16 - Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia: A predominância de dunas e lagos que integram o ecossistema homônimo.

Localização: Entre o litoral oriental e a planície costeira adjacente.

Potencialidades:

- Agricultura
- Caprinocultura
- Pesca

- Artesanato
- Turismo
- Pecuária
- Extrativismo animal e vegetal
- Fruticultura
- Gás Natural

Principais Demandas:

- Incentivar a pesca artesanal com sustentabilidade.
- Incentivar a agricultura familiar (a cultura do caju e seu aproveitamento).
- Dinamizar o turismo.
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Capacitar, apoiar e financiar os artesões.
- Criar cursos profissionalizantes de nível médio e polos universitários.
- Preservar as áreas de dunas e lagos.
- Dotar os municípios de uma rede hoteleira de qualidade capaz de satisfazer a demanda.
- Evitar a erosão na bacia hidrográfica e assoreamento dos rios.
- Proteger a fauna, especialmente a alada.
- Adaptar transportes para a visitação do turismo nos lençóis.
- Retificar as divisas dos municípios.
- Implantar hospital de média e alta complexidade.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 7 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Lençóis Maranhenses

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Lençóis Maranhenses	9.105,82	45.132	78.280	123.412	137.964	15,15	714.275
Barreirinhas	3.026,54	22.053	32.877	54.930	62.458	20,64	390.773
Humberto de Campos	2.131,25	10.506	15.683	26.189	28.509	13,38	114.711
Paulino Neves	979,178	4.654	9.865	14.519	15.937	16,28	74.054
Primeira Cruz	1.367,68	4.289	9.665	13.954	15.207	11,12	68.629
Santo Amaro do Maranhão	1.601,18	3.630	10.190	13.820	15.853	9,90	66.108

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.7 Região de Desenvolvimento dos Timbiras

Referida região está localizada ao Leste do Estado, na planície fluvial drenada pelos rios das bacias hidrográficas do Munim, Parnaíba e Itapecuru.

Nesta região estão inseridos cinco municípios (Mapa 17), com área total de 9.870,42 km². A população estimada em 2017 foi de 267.353 habitantes (Tabela 8), com densidade demográfica de 27,09 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 2.156.828,00 (IMESC, 2017).

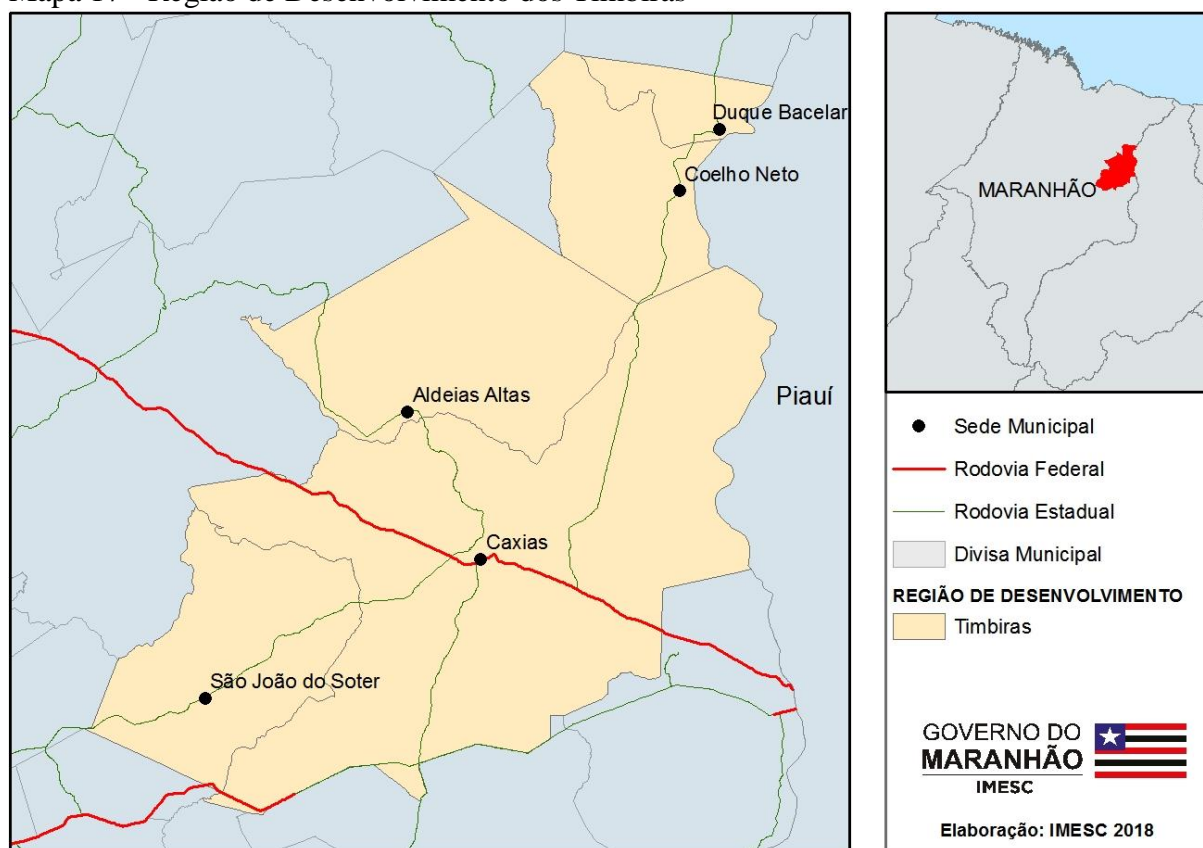
A ocupação do espaço se processou principalmente através do Rio Itapecuru que exerceu papel importante na economia, quando a mesma esteve centrada principalmente na cotonicultura e produtos têxteis.

Dispõe de diversificados elementos que podem ser explorados turisticamente como as ruínas das fábricas de tecidos, igrejas, rios, corredeiras e o bucolismo urbano, principalmente das cidades ribeirinhas, com suas heranças étnicas e socioculturais.

Atualmente a agropecuária e a agroindústria são as atividades ao lado da prestação de serviços, principais responsáveis pela economia regional. Caxias, polo regional, está em primeiro lugar em área, população, densidade demográfica e PIB (Tabela 8).

É bem servida de transportes, graças as rodovias que passam pelo seu território: BRs: 226 e 316. Mas: 034, 127 e 349, além da Estrada de Ferro Transnordestina.

Mapa 17 - Região de Desenvolvimento dos Timbiras



Toponímia: Homenagem às tribos indígenas que predominaram na região.

Localização: Leste e Nordeste do Estado, na planície fluvial.

Potencialidades:

- Silvicultura
- Agroindústria
- Agricultura
- Pecuária
- Ovinocaprinocultura
- Indústria
- Extrativismo vegetal e mineral

Principais Demandas:

- Revitalizar o parque industrial de Coelho Neto.
- Erradicar a prostituição infantil.
- Recuperar a rede ferroviária.
- Proteger as bacias hidrográficas dos rios Itapecuru, Munim e Parnaíba.
- Incrementar o turismo cultural e o ecoturismo.
- Assistir as micro e médias empresas.
- Desenvolver projetos de educação ambiental.
- Fomentar o associativismo e o cooperativismo.
- Criar museu ou parque cultural capaz de retratar o período têxtil e a rede ferroviária.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Arborizar a área urbana e melhorar a infraestrutura das sedes municipais.
- Revitalizar a fonte hidrotermal de Veneza (Caxias).
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 8 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Timbiras

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Timbiras	9.870,42	182.883	70.835	253.718	267.353	27,09	2.156.828
Aldeias Altas	1.942,12	13.634	10.318	23.952	26.387	13,59	209.153
Caxias	5.196,77	118.534	36.595	155.129	162.657	31,30	1.454.671
Coelho Neto	975,543	38.729	8.021	46.750	48.756	49,98	351.878
Duque Bacelar	317,921	5.340	5.309	10.649	11.208	35,25	61.073
São João do Soter	1.438,07	6.646	10.592	17.238	18.345	12,76	80.053

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.8 Região de Desenvolvimento dos Cocais

Localizada no Centro-Leste do Estado, esta região é caracterizada pela predominância da Mata de Cocais, inserida na bacia do Rio Itapecuru. Nela estão quatro municípios (Mapa 18) com uma área total de 8.963,42 km². Sua população estimada em 2017 era de 236.867 habitantes (Tabela 9), com densidade demográfica de 26,51 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.502.781,00 (IMESC, 2017).

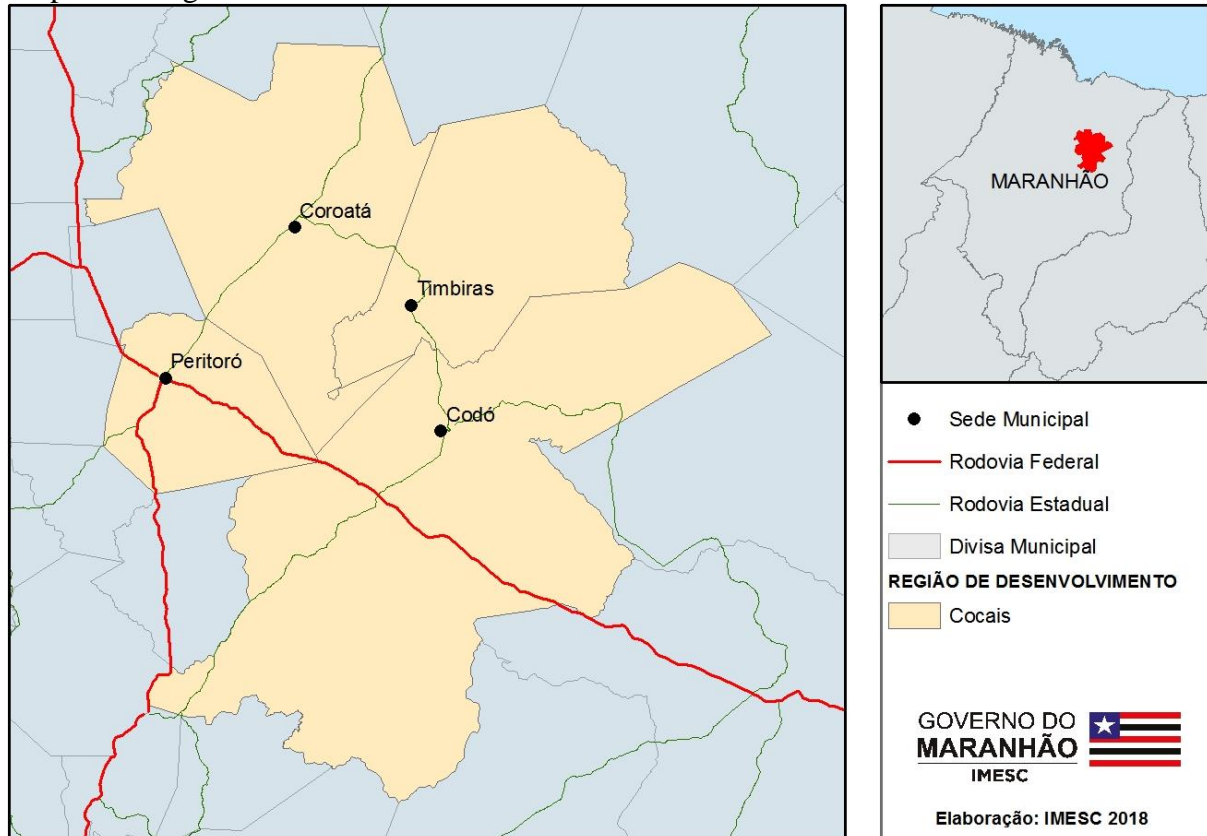
Área de ocupação antiga, atualmente tem posição de destaque pela lavoura de arroz e do cultivo da cana-de-açúcar, esta última decorrente da implantação de projetos agroindustriais. A região, também agrega projetos agropastoris, definidos pelo cultivo de arroz e a criação do gado bovino. O extrativismo vegetal também se destaca, com elevados valores de produção, especialmente para a coleta do babaçu.

O município de Codó, constitui um dos núcleos urbanos mais importantes da região, com destacada função comercial graças a sua posição como ponto de partida das ligações entre os vales do Itapecuru e Mearim, apresentando setor industrial expressivo, principalmente quanto a indústria do cimento. Por estas qualidades este município é polo da referida região.

Vele ressaltar a importância do potencial turístico religioso de origem africana, em virtude dos diversos terreiros de candomblé.

A região é servida pelas BRs 135 e 316 e pelas MAs 020, 026, 235 e 332 e pela Ferrovia Transnordestina.

Mapa 18 - Região de Desenvolvimento dos Cocais



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia: Predominância da mata dos cocais.

Localização: Centro Leste do Estado na planície fluvial.

Potencialidades:

- Babaçu
- Indústria
- Pesca
- Pecuária
- Piscicultura
- Agricultura
- Turismo
- Extrativismo mineral

Principais Demandas:

- Incentivar a agroindústria (babaçu e cerâmica).
- Conservar rodovias e melhorar a ferrovia.
- Recuperar a bacia do Itapecuru.
- Fortalecer a cadeia de produção artesanal.
- Construir postos de saúde nos territórios quilombolas.
- Instalar usina de reciclagem de resíduos sólidos.

- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Arborizar e dotar de melhor infraestrutura as áreas urbanas.
- Implementar políticas de inclusão social dos afrodescendentes.
- Criar polos universitários.
- Criar cursos profissionalizantes de nível médio.
- Instituir um museu voltado para o acesso da economia têxtil e da rede ferroviária.
- Elaborar projeto para delimitar e tomba a área de arquitetura colonial.
- Implantar hospital de alta complexidade.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 9 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Cocais

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Cocais	8.936,43	149.325	79.636	228.961	236.867	26,51	1.502.781
Codó	4.361,34	81.045	36.993	118.038	120.810	27,70	882.523
Coroatá	2.263,77	43.057	18.668	61.725	64.403	28,45	352.584
Peritoró	824,725	7.752	13.449	21.201	23.019	27,91	140.896
Timbiras	1.486,58	17.471	10.526	27.997	28.635	19,26	126.778

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.9 Região de Desenvolvimento do Alpercatas

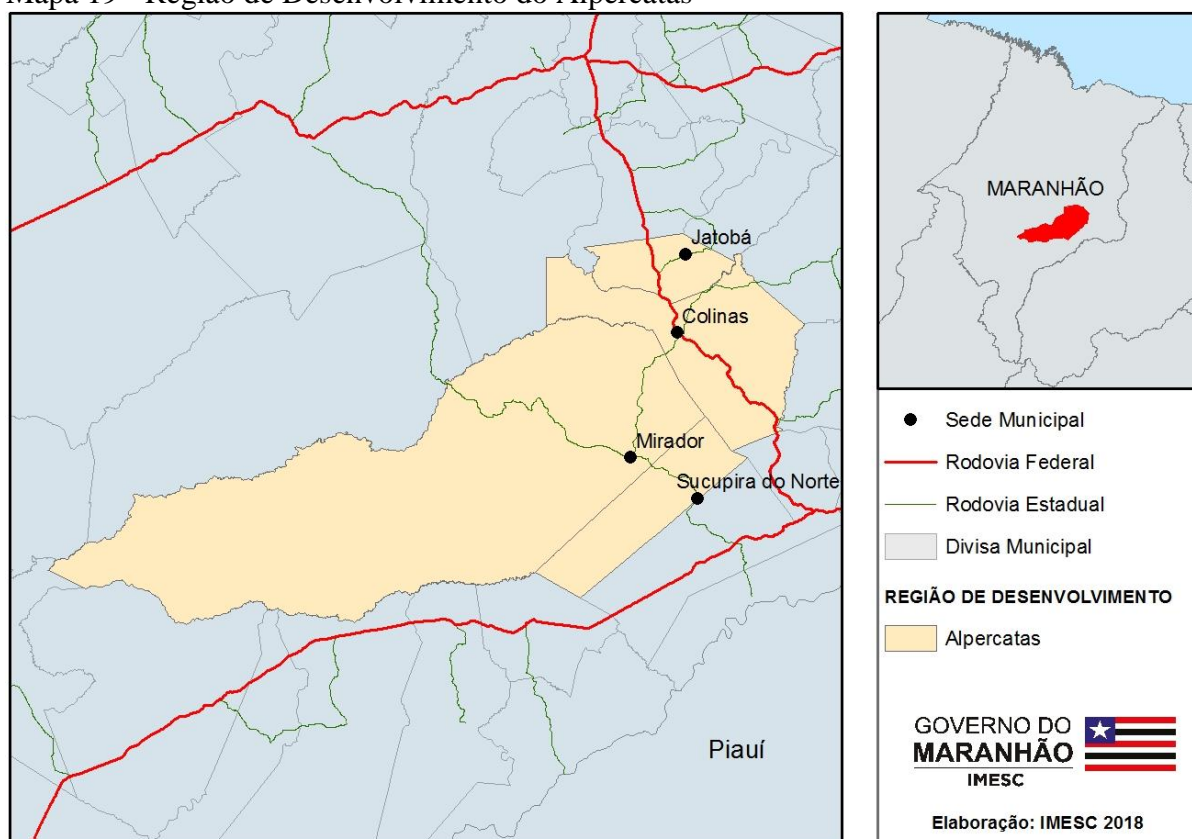
Ocupa parte do planalto do Sudeste maranhense, entre as serras das Alpercatas e do Itapecuru, rio que, assim como seu afluente Alpercatas, determina a identidade geográfica da região.

Caracteriza-se por apresentar solos arenosos, recoberto de campos cerrados, e próximo às margens dos rios a mata ciliar em forma de cerradão; nessa região está o Parque Estadual do Mirador, uma reserva ambiental com aproximadamente 5.000 km²; o que colabora para a apresentação de um grande vazio demográfico, em que pese ser uma região de povoamento antigo, resultado da penetração da frente pastoril da Bahia que colaborou para a sua principal atividade econômica seja a pecuária extensiva, desenvolvendo-se principalmente nas partes mais elevadas e arenosas das chapadas, onde aproveitou o cerrado como pastagem natural. Como meio de comunicação utilizam as BRs 135 e 203 e as MAs 034, 036 e 371.

Esta região é composta por quatro municípios (Mapa 19), com área total de 12.167,45 km². Em 2017 sua população estimada era de 81.825 habitantes (Tabela 10), com densidade demográfica de 6,72 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 575.646,00.

Colinas é o município polo por apresentar melhor infraestrutura das cidades da região, além de ocupar o primeiro lugar em população, densidade demográfica e PIB e a segunda em área.

Mapa 19 - Região de Desenvolvimento do Alpercatas



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Influência da microbacia do Rio Alpercatas.

Localização:

- Sudoeste do Estado nas chapadas das serras das Alpercatas e do Itapecuru.

Potencialidade:

- Agricultura
- Pecuária
- Agroindústria
- Turismo

- Comércio
- Extrativismo vegetal

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Implantar programas para desenvolver o turismo.
- Intensificar a assistência à agricultura e a pecuária.
- Criar cursos profissionalizantes e expandir as ofertas de cursos universitários
- Incentivar a participação de cursos superiores pelas universidades públicas.
- Conservação do Parque Estadual do Mirador.
- Proteger as nascentes dos mananciais.
- Retificar as divisas dos municípios.
- Controlar a poluição e desassorear rios, protegendo as suas nascentes.
- Controlar o desmatamento.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 10 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Alpercatas

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Alpercatas	12.167,45	43.632	34.922	78.554	81.825	6,72	575.646
Colinas	1.980,55	25.575	13.557	39.132	40.575	20,49	304.954
Jatobá	591,384	3.740	4.786	8.526	10.221	17,28	49.033
Mirador	8.521,08	9.373	11.079	20.452	20.613	2,42	156.568
Sucupira do Norte	1.074,44	4.944	5.500	10.444	10.416	9,69	65.091

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.10 Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhense

A região em apreço corresponde a parte do Litoral Ocidental, compreendida entre os municípios de Guimarães e Apicum-Açu, banhados pelo Oceano Atlântico. Caracteriza-se por duas paisagens físicas: a continental, distribuída no extremo Norte entre reentrâncias e a parte insular, representada por dois arquipélagos, o Maiaú e o Cabelo de Velha.

Nesse conjunto regional estão nove municípios (Mapa 20) distribuídos numa área de 5.675,661 km². Ali residiam 128.951 habitantes (Tabela 11), com densidade demográfica de 22,72 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 680.561,00 (IMESC, 2017).

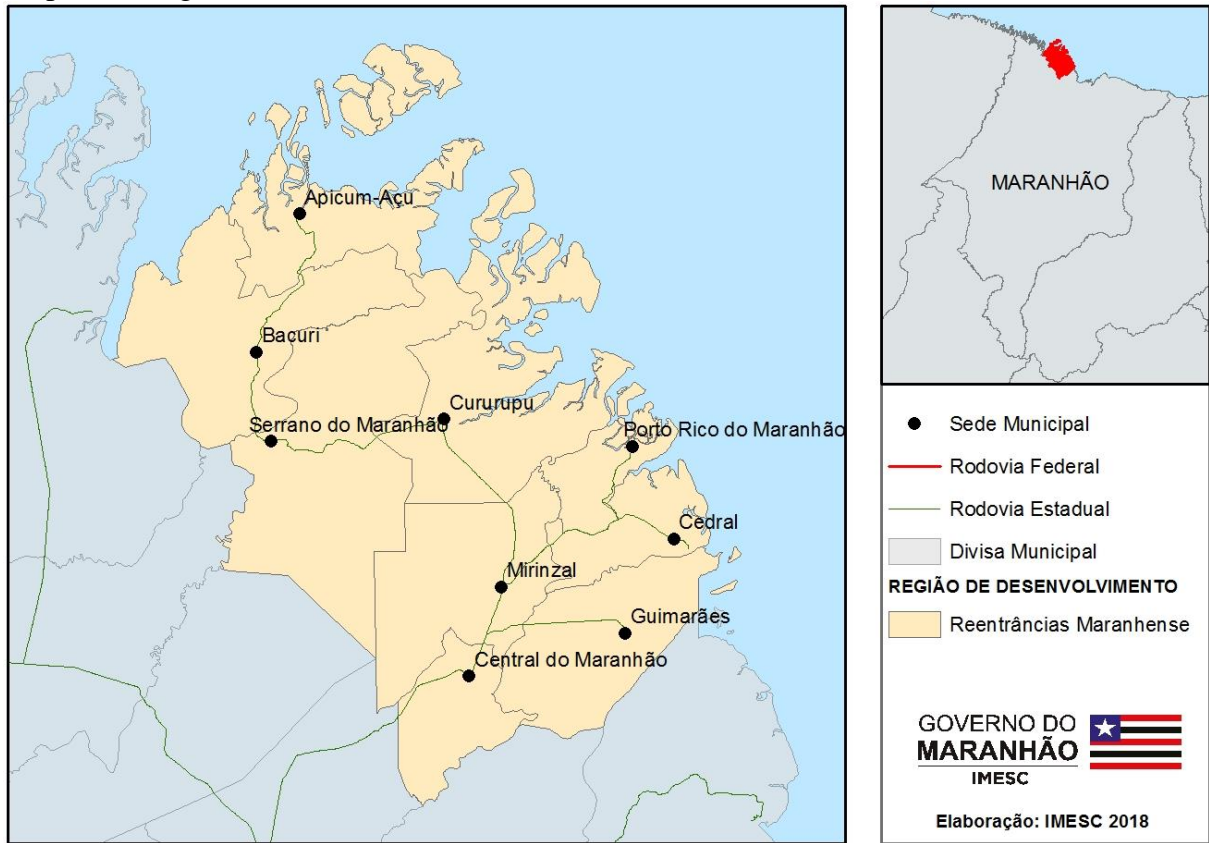
A ocupação do território acentua-se principalmente nas proximidades da orla marítima, começando a partir do século XVIII, por portugueses, seus descendentes e africanos, fixando-se inicialmente em Guimarães e depois em Cururupu; destes dois municípios, desmembraram-se direta ou indiretamente os outros sete municípios.

A economia está baseada na pesca artesanal e na agricultura familiar, principalmente da mandioca; entretanto, o turismo começa a se manifestar graças a área ambiental denominada Floresta dos Guarás, onde o pássaro homônimo dá um colorido especial a paisagem, além de outros e também nas ilhas, graças a sucessão de dunas e lagoas intermitentes, sendo a mais conhecida a Ilha de Lençóis; embora, as outras detenham o mesmo potencial. Na área urbana, o conjunto arquitetônico de Guimarães e Cururupu, com grandes áreas de prédios coloniais são um atrativo, sem contar a riqueza folclórica conservada graças à resistência dos afrodescendentes em manter rica a tradição. Se difundido e dotado de regular infraestrutura.

Cururupu, escolhido como polo regional destaca-se na região em primeiro lugar em população e PIB; em segundo lugar: em área, e em terceiro lugar: em densidade demográfica.

A região é servida pelas rodovias: MAs: 006, 106, 302, 303, 304, 305, pela BR – 308 e pelo transporte marítimo, único para os arquipélagos.

Mapa 20 - Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- A influência do litoral ocidental na paisagem ambiental.

Localização:

- Entre o litoral ocidental e a planície costeira adjacentes.

Potencialidade:

- Agricultura
- Pesca
- Cultura
- Culinária
- Extrativismo mineral e vegetal
- Construção naval
- Áreas quilombolas
- Turismo e ecoturismo
- Pecuária

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Elaborar e executar programas de conservação ambiental.

- Implementar políticas de inclusão social dos afrodescendentes.
- Qualificar mão-de-obra para agricultura e a pesca.
- Criar polo industrial.
- Construir aterros sanitários.
- Criar escola naval.
- Conservar os manguezais e apicuns.
- Incentivar implantação de polos universitários agropesca.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Criar casa de cultura e museu.
- Arborizar as áreas urbanas e dota-las de melhor infraestrutura.
- Proteger a cultura dos afrodescendentes.
- Demarcar e certificar as áreas das comunidades quilombolas
- Tombar o patrimônio arquitetônico colonial incentivar o turismo rural nos fogos mortos (engenhos em ruínas e desativados).
- Criar escola naval, capaz de profissionalizar jovens nessa atividade.
- Instalar hospital de alta complexidade.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 11 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Reentrâncias Maranhenses

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Reentrâncias Maranhenses	5675,651	69.179	56.489	125.668	128.951	22,72	680.561
Apicum -Açu	488,806	9.162	5.797	14.959	18.374	37,59	91.160
Bacuri	823,723	8.686	7.918	16.604	17.435	21,17	84.749
Cedral	283,186	2.397	7.900	10.297	10.490	37,04	54.556
Central do Maranhão	319,053	4.086	3.801	7.887	8.615	27,00	35.954
Cururupu	1.093,06	22.270	10.382	32.652	30.706	28,09	184.320
Guimarães	595,382	6.909	5.172	12.081	11.728	19,70	62.419
Mirinzal	687,748	9.031	5.187	14.218	14.744	21,44	77.511
Porto Rico do Maranhão	218,831	2.411	3.619	6.030	5.819	26,59	34.073
Serrano do Maranhão	1.165,86	4.227	6.713	10.940	11.040	9,47	55.819

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.11 Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense

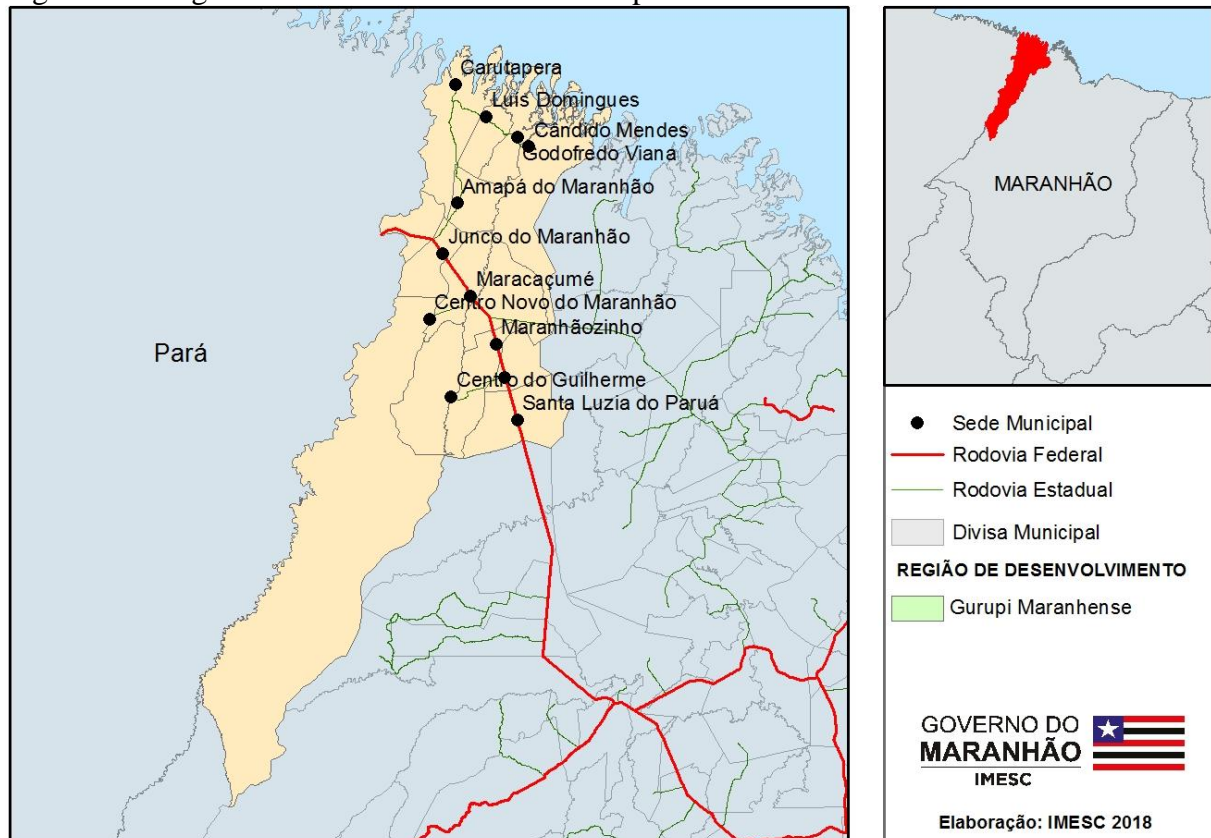
Localizada no Noroeste Maranhense, tem seu território inserido na floresta amazônica. Nela estão 14 municípios (Mapa 21), com área total de 18.884,883 km². Sua

população em 2017 era de 211.352 habitantes (Tabela 12), com densidade demográfica de 11,19 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.346.744,00 (IMESC, 2017).

Na região destacam-se as atividades econômicas ligadas ao extrativismo vegetal, rizicultura e a mandioca, além da pesca desenvolvida nas reentrâncias. A exploração de reservas auríferas é destaque em alguns municípios. Pela sua posição geográfica sofre influências marcantes socioculturalmente e economicamente do Estado do Para, para onde vai o excedente da produção agrícola e pesqueira.

O município-polo da região, em decorrência à sua posição geográfica, e por ocupar a primeira posição em população e PIB, é Governador Nunes Freire (Tabela 12). As principais vias de acesso à região são as BRs 308 e 316 e as MAs 206, 101, 333, 106, 306 e 307.

Figura 21 - Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Influência que a bacia do Rio Gurupi exerce na região.

Localização:

- A Nordeste do Estado, no litoral e na planície costeira.

Potencialidade:

- Agricultura
- Madeira
- Apicultura
- Turismo
- Pesca
- Extrativismo vegetal e mineral
- Crustáceo
- Plantas aromáticas

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Implantar rede de comercialização da pesca.
- Fomentar o turismo cultural.
- Implantar e fomentar o desenvolvimento e industrialização do açai.
- Apoiar a apicultura.
- Conservar manguezais e apicuns.
- Controlar o desmatamento e desenvolver projetos de reflorestamento.
- Criar polos universitários e cursos médios profissionalizantes.
- Dotar a área urbana de melhor infraestrutura.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Arborizar e ajardinar a área urbana.
- Implantar hospital e média complexidade.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 12 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Gurupi Maranhense

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Gurupi Maranhense	18884,883	123.523	70.359	193.882	211.352	11,19	1.346.744
Amapá do Maranhão	502,402	4.841	1.590	6.431	6.895	13,72	39.247
Boa Vista do Gurupi	403,46	5.619	2.330	7.949	9.320	23,10	53.618
Cândido Mendes	1.640,76	11.911	6.594	18.505	19.943	12,15	104.044
Carutapera	1.232,08	16.224	5.782	22.006	23.576	19,14	142.521
Centro do Guilherme	1.167,85	7.072	5.493	12.565	13.555	11,61	62.393
Centro Novo do Maranhão	8.369,79	5.522	12.100	17.622	21.565	2,58	114.499
Godofredo Viana	667,325	6.723	3.912	10.635	11.830	17,73	122.429
Governador Nunes Freire	1.037,13	15.945	9.456	25.401	24.991	24,10	168.669
Junco do Maranhão	555,088	2.819	1.201	4.020	3.237	5,83	33.244
Luís Domingues	464,06	5.503	1.007	6.510	6.867	14,80	35.442
Maracaçumé	635,824	15.829	3.326	19.155	21.293	33,49	136.866
Maranhãozinho	760,947	9.020	5.045	14.065	16.366	21,51	81.855
Presidente Medici	437,687	3.904	2.470	6.374	6.968	15,92	40.916
Santa Luzia do Paruá	1.010,48	12.591	10.053	22.644	24.946	24,69	211.001

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.12 Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense

A região distribui-se, entre o vale do Rio Tocantins e as últimas ramificações da Serra da Menina, ramificações essas que dão origem a serras, intercaladas de vales.

Ocupa uma área total de 25.916,60 km², composta por 17 municípios (Mapa 22) com uma população de 534.414 habitantes (Tabela 13) e densidade demográfica de 20,62 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 9.115.956,00 (IMESC, 2017).

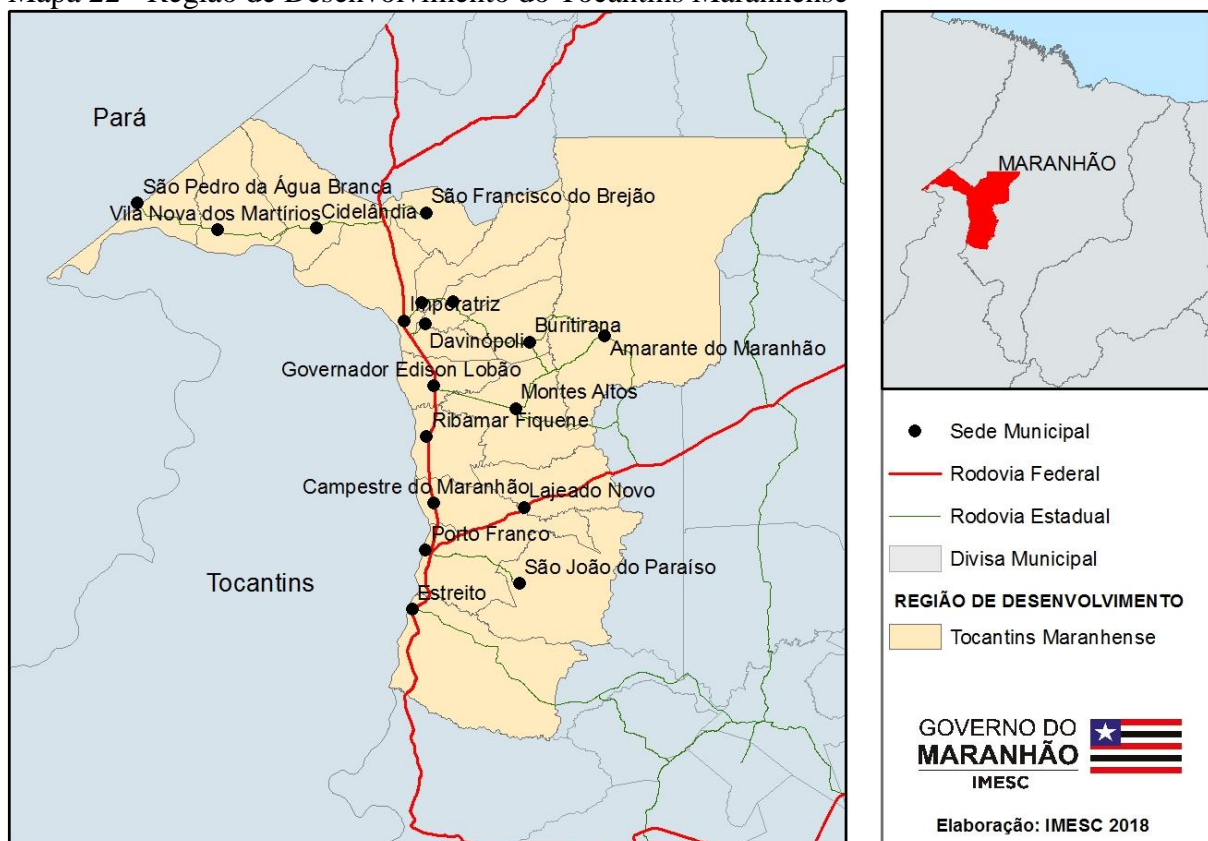
Imperatriz é considerado como marco de ocupação do espaço; fundado por determinação do Governo do Estado do Pará, quando no século XIX ordenou ao Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, criasse um povoamento à margem do rio Tocantins (IBGE, 1959). Disso resultou um povoado que, até a década de 1950 serpenteava às margens do referido rio. Com o surgimento da BR - 010 (Belém - Brasília) cuja construção utilizou a cidade de Imperatriz como ponto de repouso para alcançar a floresta, aumentou a sua população. A exploração madeireira acelerou a ocupação colaborando para que a área urbana se expandisse,

diversificasse a economia, surgindo assim um polo econômico dos mais promissores do Estado, do qual se emanciparam direta ou diretamente vários municípios da região.

Por ser Imperatriz o município mais desenvolvido da região, destacando-se em primeiro lugar em área urbana, população, densidade demográfica e PIB, além de ser centro educacional, comercial e de saúde este foi escolhido como município polo. Resta lembrar que, a sua classificação territorial política no sétimo lugar, é resultado da redistribuição da área com a criação dos municípios aos quais deu origem.

Pela região passam as seguintes vias de comunicação: BR - 010 e MA's: 122, 275; 280 e as estradas de Ferro Norte – Sul e Carajás.

Mapa 22 - Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia: Influência do médio vale do Rio Tocantins no Estado

Localização: Oeste do Estado no Planalto Maranhense

Potencialidades:

- Extrativismo Vegetal
- Madeira
- Agricultura
- Silvicultura

- Indústria
- Horticultura
- Pecuária
- Avicultura
- Cerâmica
- Pesca
- Turismo
- Piscicultura
- Agronegócio
- Centro universitário
- Laticínios

Principais Demandas:

- Incentivar a coleta e o aproveitamento integral do babaçu.
- Desenvolver a agricultura familiar.
- Melhorar a infraestrutura econômica e social.
- Conservar o meio ambiente.
- Incentivar o reflorestamento.
- Construir escolas nas áreas indígenas e de assentamentos.
- Incentivar o turismo.
- Proteger a vegetação ciliar, os cerrados e a fauna da região.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Arborizar e dotar de melhor infraestrutura as áreas urbanas.
- Implementar políticas de inclusão social dos gentios.
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária.
- Ampliar o aeroporto de Imperatriz.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 13 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Tocantins Maranhense

Região /Municípios	Área (km ² 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Tocantins Maranhense	25.916,60	388.690	120.553	509.243	534.414	20,62	9.115.956
Amarante do Maranhão	7.438,22	15.004	22.928	37.932	41.106	5,53	252.247
Buritirana	818,424	4.146	10.638	14.784	15.180	18,55	76.124
Campestre do Maranhão	615,384	10.621	2.748	13.369	14.219	23,11	134.080
Cidelândia	1.464,03	6.036	7.645	13.681	14.539	9,93	129.832
Davinópolis	335,767	10.487	2.092	12.579	12.659	37,70	418.372
Estreito	2.718,98	25.778	10.057	35.835	42.110	15,49	689.658
Governador Edison Lobão	615,86	6.957	8.938	15.895	18.316	29,74	272.702
Imperatriz	1.368,99	234.547	12.958	247.505	254.569	185,95	5.964.890
João Lisboa	1.135,21	15.336	5.045	20.381	23.042	20,30	180.492
Lajeado Novo	1.064,46	3.194	3.729	6.923	7.489	7,04	53.589
Montes Altos	1.488,34	5.126	4.287	9.413	8.889	5,97	55.001
Porto Franco	1.417,49	16.866	4.664	21.530	23.760	16,76	421.641
Ribamar Fiquene	733,83	3.677	3.641	7.318	7.691	10,48	66.375
São João do Paraíso	2.053,84	5.276	5.538	10.814	10.977	5,34	105.784
São Pedro da Água Branca	720,452	10.712	1.316	12.028	12.511	17,37	76.230
Senador La Rocque	738,548	8.739	9.259	17.998	13.877	18,79	127.851
Vila Nova dos Martírios	1.188,78	6.188	5.070	11.258	13.480	11,34	91.088

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

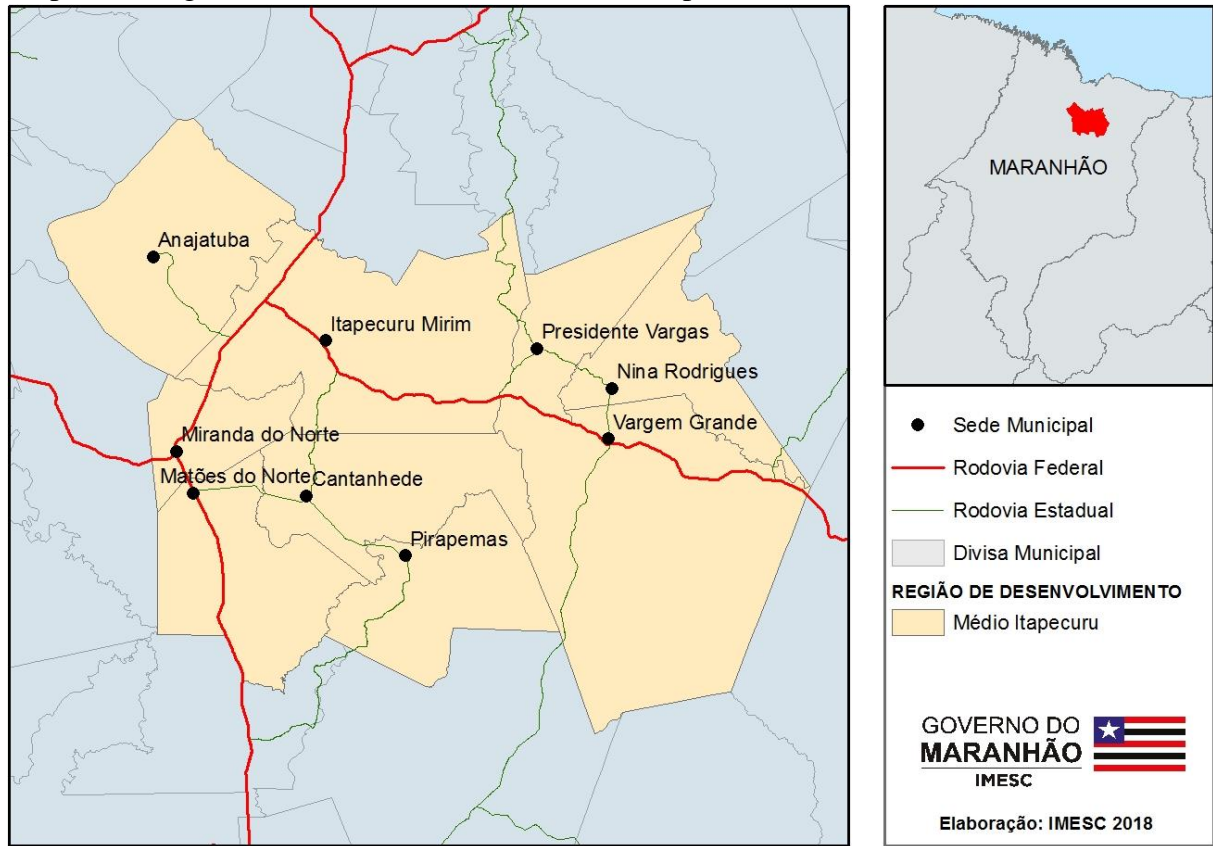
3.4.13 Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru

Localizada no Norte do Estado, inserida nos vales dos rios Itapecuru e Munim, tem como base econômica a silvicultura, a pesca e o cultivo da mandioca, além da implantação de projetos agroindustriais. Nela estão incluídos nove municípios (Mapa 23) com uma área total de 8.069,74 km². Sua população em 2017 era de 263.088 habitantes (Tabela 14), com densidade demográfica de 32,60 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.724.023, 00 (IMESC, 2017).

Em sua totalidade esse segmento espacial é servido por vias de comunicação, a exemplo das BRs 135 e 222, que favoreceram um expressivo adensamento populacional e intensificação dos relacionamentos com a capital do Estado (São Luís).

Itapecuru-Mirim é o principal centro urbano da região, por apresentar melhor infraestrutura e ocupar o primeiro lugar em população e PIB e o segundo lugar em área e densidade demográfica, exercendo assim, a função de município polo.

Mapa 23 - Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Predominância ambiental das bacias hidrográficas dos vales dos rios Itapecuru e Munim.

Localização:

- Norte do Estado em partes da planície fluvial e da Baixada Maranhense.

Potencialidade:

- Pecuária
- Pesca
- Leite
- Turismo
- Extrativismo vegetal
- Áreas quilombolas
- Avicultura
- Agricultura
- Cerâmica
- Piscicultura
- Artesanato

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Recuperar o sistema ferroviário.
- Elaborar e executar projetos agrícolas.
- Recuperar e revitalizar a bacia do Rio Itapecuru.
- Proteger áreas de babaquais, mata ciliar e o leito dos rios.
- Ampliação de vagas no ensino superior e a criação de cursos de nível médio profissionalizante.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Dinamizar o turismo cultura e religioso
- Incentivar o aproveitamento integral do babaçu.
- Arborizar e ajardinar a área urbana e dota-la de melhor infraestrutura.
- Desenvolver programas sociais e econômicos nas áreas quilombolas e assentamentos.
- Dinamizar a herança folclórica.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 14 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Itapecuru

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab/Km2) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Médio Itapecuru	8.069,74	125.693	110.351	236.044	263.088	32,60	1.724.023
Anajatuba	1.011,14	7.015	18.276	25.291	27.352	27,05	141.217
Cantanhede	773,01	12.959	7.489	20.448	21.759	28,15	110.309
Itapecuru Mirim	1.471,44	34.668	27.442	62.110	67.726	46,03	483.373
Matões do Norte	794,651	4.679	9.115	13.794	16.908	21,28	69.226
Miranda do Norte	341,107	19.519	4.908	24.427	28.456	83,42	464.378
Nina Rodrigues	572,507	4.439	8.025	12.464	14.489	25,31	50.419
Pirapemas	688,761	11.146	6.235	17.381	18.413	26,73	93.144
Presidente Vargas	459,38	4.581	6.136	10.717	11.474	24,98	55.314
Vargem Grande	1.957,75	26.687	22.725	49.412	56.511	28,87	256.643

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.14 Região de Desenvolvimento do Médio Mearim

A região em questão faz parte da planície fluvial do centro do Estado caracterizando-se fisiograficamente pela bacia hidrográfica do Rio Mearim, com cobertura florística primitiva em forma de florestas e matas. Referida cobertura vegetal foi destruída e modificada, a partir da sua substituição pela agricultura itinerante, principalmente de arroz. O

que se observa atualmente é uma mata secundária, arbustiva ou arbórea, com a presença marcante do babaçu (*Orbygnia martiniana*).

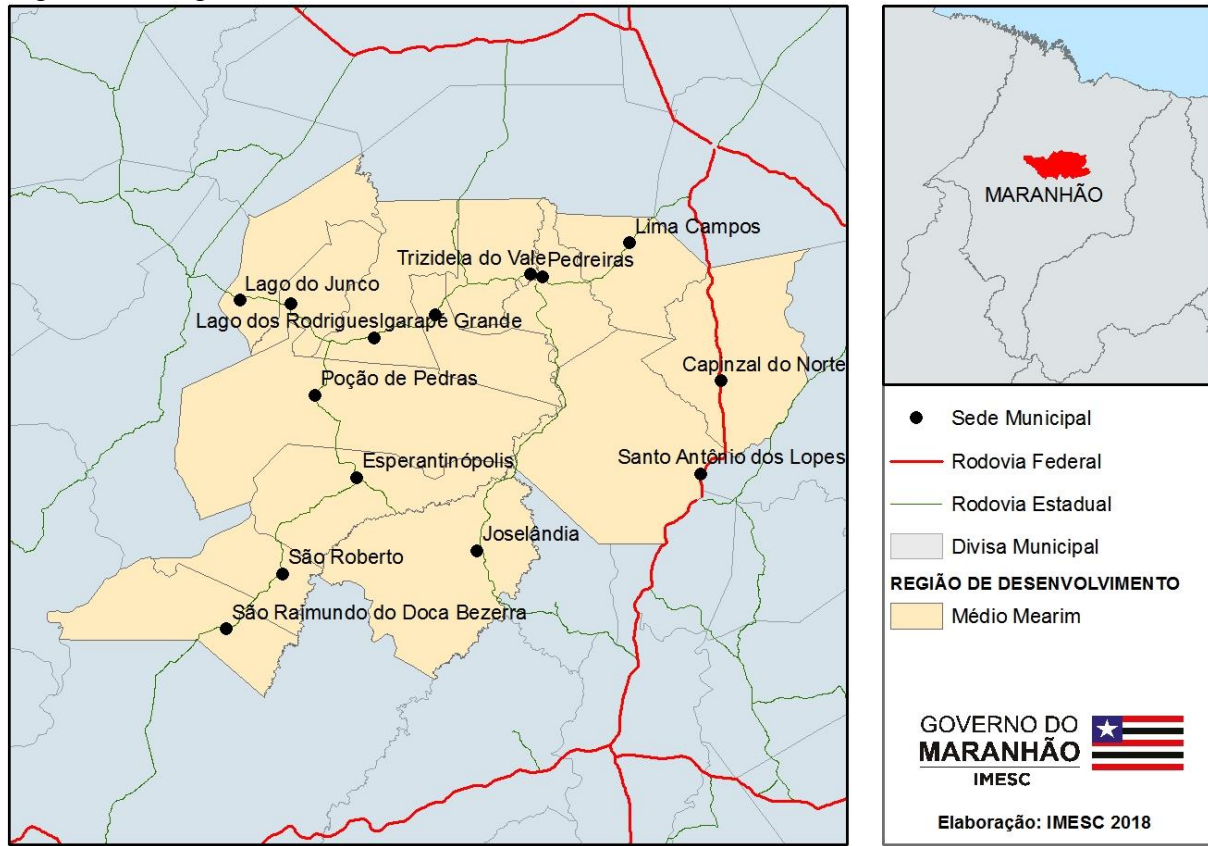
A região ocupa uma área total de 6.172,945 km², distribuída em quatorze municípios (Mapa 24), com população total de 194.476 habitantes (Tabela 15), densidade demográfica de 31,50 ha/km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 2.368.959,00.

Referida região, até o início da década de 1960, era ocupada principalmente na proximidade dos rios, os quais foram importantes como portos de escoamento da produção agrícola, principalmente Pedreiras, município mais antigo da região. A migração de nordestinos modificou o processo de ocupação, cujos participantes derrubaram a mata, plantaram arroz, cultivo que provocou o avanço da fronteira agrícola, dando origem a povoados que mais tarde transformaram-se em sedes municipais de todos os novos municípios que compõem a região. Atualmente a exploração de gás natural, traz uma nova dinamização na economia da região.

Pedreiras, município mais antigo da região e que, por sucessivos desmembramentos teve a sua extensão territorial bastante diminuída, tem, entretanto, a maior população, densidade demográfica e é a cidade com melhor infraestrutura, elementos que contribuíram para que referido município tenha sido escolhido para polo regional.

Como meios de comunicação estão disponíveis as seguintes rodovias: BR - 135 e MAs - 012, 020, 026, 119, 122, 245, 247, 256, 259, 323, 336, 352 e 381.

Figura 24 - Região de Desenvolvimento do Médio Mearim



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Concentração dos municípios no médio vale do Rio Mearim.

Localização:

- Planície fluvial, no Centro do Estado.

Potencialidade:

- Agricultura
- Pecuária
- Pesca
- Extrativismo vegetal e mineral
- Piscicultura
- Leite
- Centro universitário
- Turismo
- Fruticultura
- Horticultura
- Cerâmica
- Laticínios caseiros
- Gás Natural

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Incentivar o agronegócio.
- Desenvolver o arranjo produtivo do babaçu.
- Incentivar o turismo.
- Criar centro de comercialização de artesanato.
- Incrementar o laticínio.
- Expansão e ampliação de cursos universitários e cursos médios profissionalizantes.
- Proteger a vegetação ciliar e o leito dos rios.
- Implantar políticas de inclusão social dos afrodescendentes.
- Retificar as divisas dos municípios.
- Arborizar as áreas urbanas e dota-las de melhor infraestrutura.
- Proteger e revitalizar a barragem do Rio Flores.
- Elaborar e executar projetos para dinamizar a agricultura familiar.
- Melhorar a infraestrutura urbana.
- Construir aterros sanitários.
- Dinamizar políticas públicas e certificar as comunidades remanescentes de quilombolas.
- Implantar hospital de alta complexidade.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 15 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Mearim

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Médio Mearim	6172,945	113.941	82.069	196.010	194.476	31,50	2.368.959
Bernardo do Mearim	247,221	2.324	3.672	5.996	5.973	24,16	45.451
Capinzal do Norte	590,529	5.610	5.088	10.698	10.713	18,14	82.979
Esperantinópolis	452,439	10.035	8.417	18.452	16.653	36,81	120.239
Igarapé Grande	346,098	6.664	4.377	11.041	11.206	32,38	72.074
Joselândia	703,513	5.960	9.473	15.433	15.891	22,59	81.604
Lago do Junco	328,525	3.913	6.816	10.729	10.672	32,48	57.125
Lago dos Rodrigues	220,776	4.849	2.945	7.794	8.664	39,24	60.126
Lima Campos	321,932	6.793	4.630	11.423	11.695	36,33	156.292
Pedreiras	261,723	32.937	6.511	39.448	38.365	146,59	427.532
Poção de Pedras	990,415	8.378	11.330	19.708	17.023	17,19	119.205
Santo Antônio dos Lopes	770,923	5.732	8.556	14.288	14.222	18,45	933.361
São Raimundo do Doca Bezerra	419,352	1.731	4.359	6.090	4.946	11,79	30.607
São Roberto	227,463	2.845	3.112	5.957	6.704	29,47	34.496
Trizidela do Vale	292,036	16.170	2.783	18.953	21.749	74,47	147.868

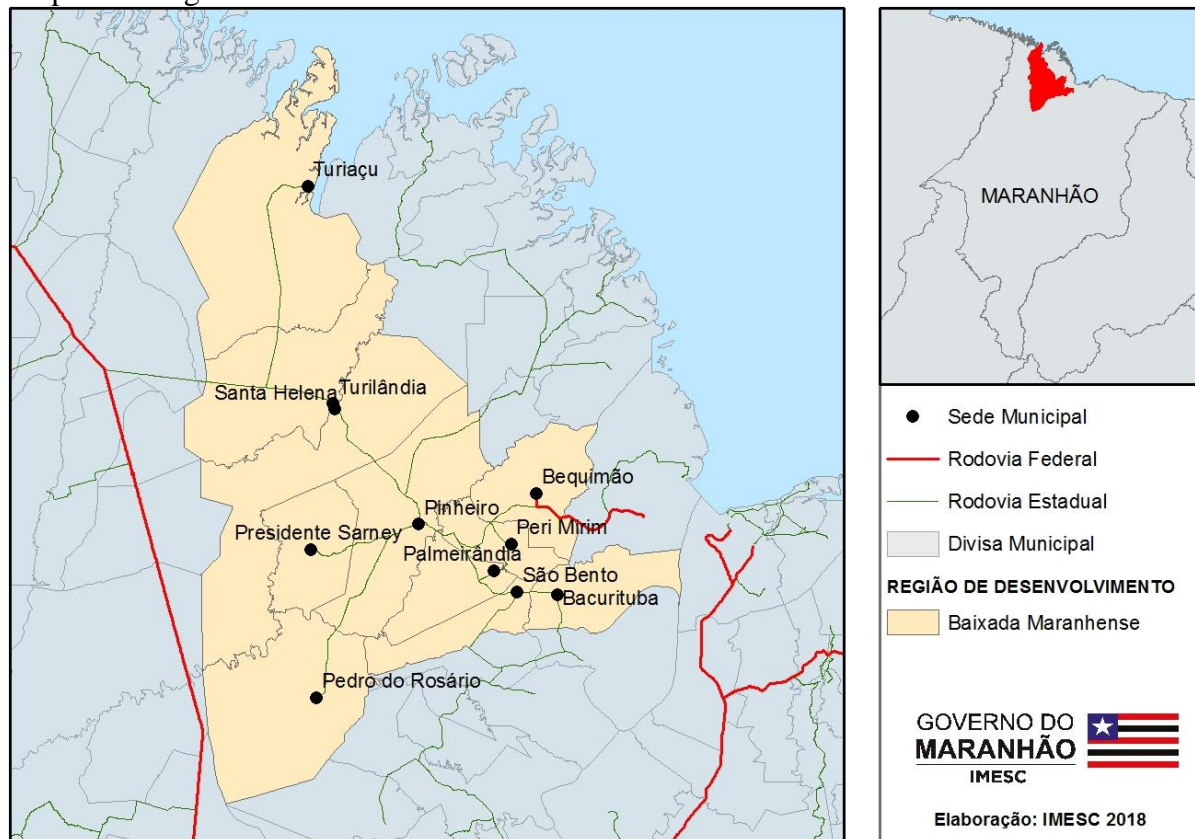
Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.15 Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense

A região está localizada na Baixada Maranhense, semi depressão inserida entre a planície fluvial, a planície costeira e o Golfão Maranhense. Nesta estão inseridas 11 municípios (Mapa 25) com uma área total de 13.144,22 km². Sua população em 2017 era de 334.650 habitantes (Tabela 16), com densidade demográfica de 25,46 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 2.073.507,00 (IMESC, 2017).

Esta região é caracterizada por ser uma área de campos alagáveis, tesos, lagos sazonais e perenes, com economia derivada da pecuária extensiva e da pesca principalmente. Pinheiro, município mais desenvolvido na região é o polo regional; é o quarto em extensão territorial, primeiro em: população e PIB e o segundo em densidade demográfica. A malha viária está distribuída entre as MAs 006, 014, 212, 214, 281, 337, 209 e as BRs 306 e 308.

Mapa 25 - Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Parte da unidade ambiental da Baixada Maranhense.

Localização:

- Parte da Baixada Maranhense e do Vale do Turiaçu, ao Norte do Estado.

Potencialidade:

- Pesca
- Pecuária
- Avicultura
- Laticínios
- Extrativismo vegetal e mineral
- Turismo
- Apicultura
- Piscicultura
- Artesanato
- Artesanato de redes

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Desenvolver a pesca e a avicultura.
- Incrementar o turismo.
- Criar escola naval.
- Criar polo industrial.
- Implantar programas de inclusão digital.
- Construir aterro sanitário.
- Criar e executar projetos para a conservação da fauna e da flora.
- Retificar as divisas dos municípios.
- Sensibilizar para a proteção e conservação da arquitetura colonial.
- Implantar políticas de inclusão social e econômica dos afrodescendentes.
- Arborizar as sedes municipais e dota-las de melhor infraestrutura.
- Incentivar a plantação e comercialização da juçara.
- Preservar e desenvolver a herança cultural dos afrodescendentes.
- Incentivar o turismo religioso.
- Proteger as nascentes dos rios e lagos
- Proteger o período das aves migratórias.
- Melhorar o sistema de segurança pública.
- Discriminar terras devolutas.
- Implantar sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterros sanitários).
- Dragar campos naturais e construir diques de produção e conservação.
- Facilitar a formação de arranjos produtivos locais.
- Incentivar o laticínio caseiro.
- Criar políticas capazes de melhorar os assentamentos rurais e áreas remanescentes de quilombolas.
- Determinar área específica para o desenvolvimento da bubalinocultura.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 16 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Baixada Maranhense

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017 Total	Densidade Demográfica (hab./km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Baixada Maranhense	13144,22	136.192	176.696	312.888	334.650	25,46	2.073.507
Bacurituba	674,512	1.424	3.869	5.293	5.574	8,26	28.796
Bequimão	797,716	6.606	13.738	20.344	20.881	26,18	99.147
Palmeirândia	532,163	3.459	15.305	18.764	19.424	36,50	109.086
Pedro do Rosário	1.749,89	5.890	16.842	22.732	25.000	14,29	125.141
Peri-Mirim	398,72	3.668	10.135	13.803	14.074	35,30	64.640
Pinheiro	1.512,97	46.487	31.675	78.162	82.374	54,45	682.309
Presidente Sarney	724,154	4.288	12.877	17.165	18.797	25,96	126.398
Santa Helena	2.194,86	19.578	19.532	39.110	41.891	19,09	223.580
São Bento	468,893	23.508	17.228	40.736	46.039	98,19	229.656
Turiaçu	2.578,50	10.931	23.002	33.933	35.063	13,60	253.740
Turilândia	1.511,86	10.353	12.493	22.846	25.533	16,89	131.014

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

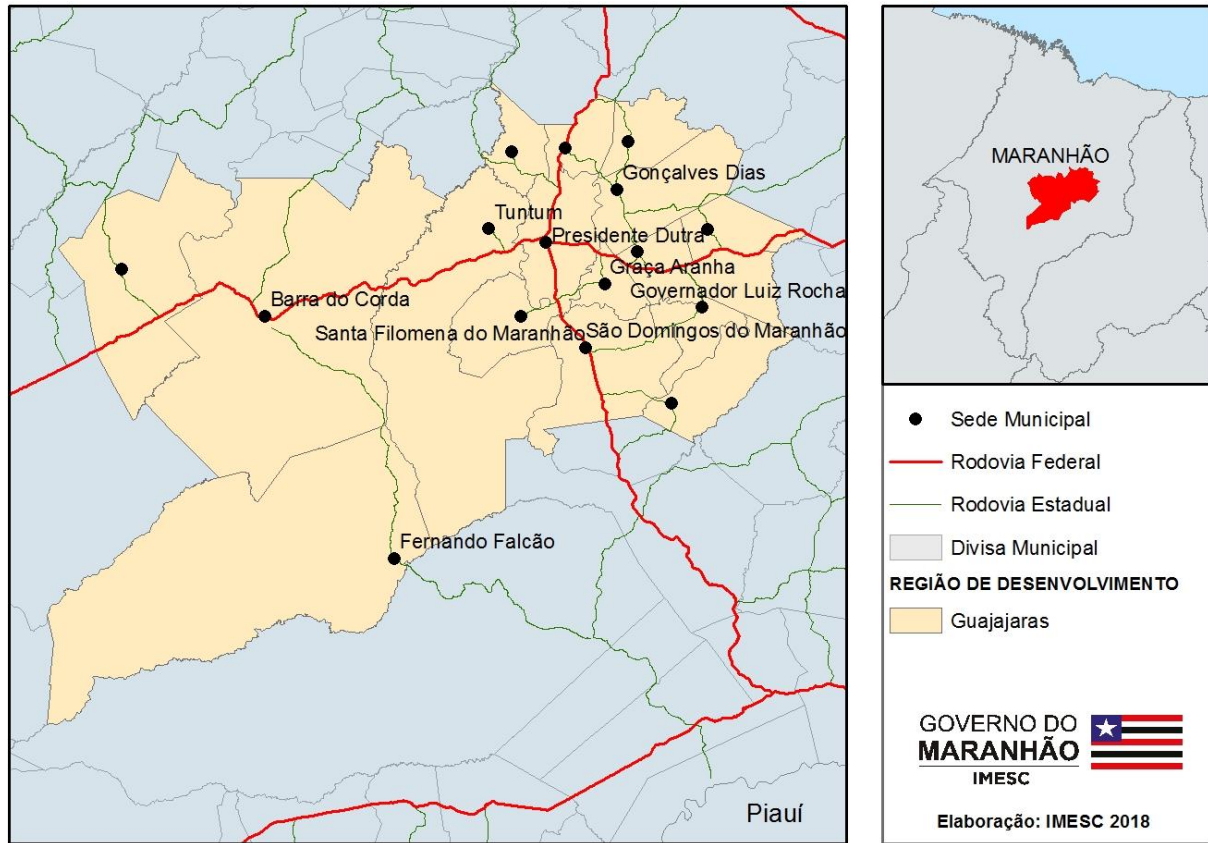
3.4.16 Região de Desenvolvimento dos Guajajaras

Localizada no Centro-Leste maranhense, a Região de Desenvolvimento dos Guajajaras é uma área de transição das planícies e baixos platôs para as terras mais elevadas do Sul do Maranhão. Nesta região estão inseridos 16 municípios (Mapa 26), com uma área total de 22.779,92 km². Sua população em 2017 era de 359.172 habitantes (Tabela 17), com densidade demográfica de 15,77 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 2.425.194,00 (IMESC, 2017).

A região caracteriza-se por ser de povoamento antigo, com ocupação ligada à pecuária e inúmeras estruturas baseadas nas atividades agrícolas, especialmente a rizicultura. Em período recente foi implantada uma agricultura moderna, com uso de fertilizantes e corretivos, direcionados a produção de hortaliças, onde a agricultura rivaliza com a pecuária.

O fator principal, para a escolha do município polo, foi o eixo viário que passa pela cidade de Presidente Dutra, onde cruzam-se as BRs 226 e 135 que interligam regiões maranhenses com Estados circunvizinhos, em que pese Barra do Corda ter maior população, PIB e área.

Mapa 26 - Região de Desenvolvimento dos Guajajaras



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Homenagem aos primitivos habitantes da região

Localização:

- Centro Leste do Estado ocupando áreas do planalto maranhense e da planície fluvial.

Potencialidade:

- Agricultura
- Fruticultura
- Pecuária
- Agroindústria
- Babaçu
- Piscicultura
- Artesanato
- Extrativismo vegetal
- Gás natural
- Turismo

Principais Demandas:

- Implantar escolas rurais agrícolas e outros cursos profissionalizantes.
- Incentivar a agricultura familiar.
- Regularizar as áreas rurais e assistir os assentamentos.
- Dinamizar o território especialmente rural.

- Instalar parque ecológico na serra Negra
- Implantar projetos para desenvolver o turismo
- Dinamizar a agroindústria
- Criar mecanismos legais que inibam a instalação de carvoarias
- Desenvolver projetos voltados para o incentivo e a comercialização do artesanato indígena
- Preservar o patrimônio arquitetônico colonial e a cultura indígena
- Incentivar a comercialização e socializar o artesanato indígena
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária.
- Construir aterro sanitário.
- Proteger as áreas de babaquais.
- Melhorar o sistema de segurança pública.
- Aproveitamento integral do coco babaçu.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Expandir o ensino superior.
- Proteger a mata ciliar, as nascentes e os leitos dos rios.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 17 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Guajajaras

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Guajajaras	22.779,92	186.330	158.449	344.779	359.172	15,77	2.425.194
Barra do Corda	5.190,34	51.648	31.182	82.830	87.135	16,79	552.419
Dom Pedro	358,493	15.261	7.420	22.681	22.912	63,91	206.779
Fernando Falcão	5.086,59	1.506	7.735	9.241	10.326	2,03	47.171
Fortuna	694,997	9.504	5.594	15.098	15.262	21,96	89.560
Gonçalves Dias	883,588	7.770	9.712	17.482	17.586	19,90	107.883
Governador Archer	445,856	6.630	3.575	10.205	10.700	24,00	64.495
Governador Eugênio Barros	816,99	4.690	11.301	15.991	16.582	20,30	80.857
Governador Luís Rocha	373,164	5.187	2.150	7.337	7.708	20,66	44.756
Graça Aranha	271,445	2.912	3.228	6.140	6.134	22,60	37.011
Jenipapo dos Vieiras	1.962,90	2.519	12.921	15.440	16.321	8,31	81.039
Presidente Dutra	771,574	32.000	12.731	44.731	47.239	61,22	453.363
Santa Filomena do Maranhão	623,214	2.293	4.768	7.061	7.708	12,37	40.297
São Domingos do Maranhão	1.151,98	17.313	16.294	33.607	33.691	29,25	268.083
São José dos Basílios	353,232	3.006	4.490	7.496	7.484	21,19	42.209
Senador Alexandre Costa	426,437	6.164	4.092	10.256	11.042	25,89	59.088
Tuntum	3.369,12	17.927	21.256	39.183	41.342	12,27	250.184

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.17 Região de Desenvolvimento do Pindaré

Esta região está localizada na planície maranhense, precisamente no médio Vale do Rio Pindaré, na região centro Oeste do Estado. Na parte Norte, naqueles municípios que tem parte do território na área de transição com a Baixada Maranhense, manifestam-se formações com influência marinha ou flúvio marinha, destacando-se campos inundáveis com cobertura herbácea (gramíneas). A hidrografia está representada pelos cursos médio e inferior do Rio Pindaré, além da presença de lagos no município de Monção.

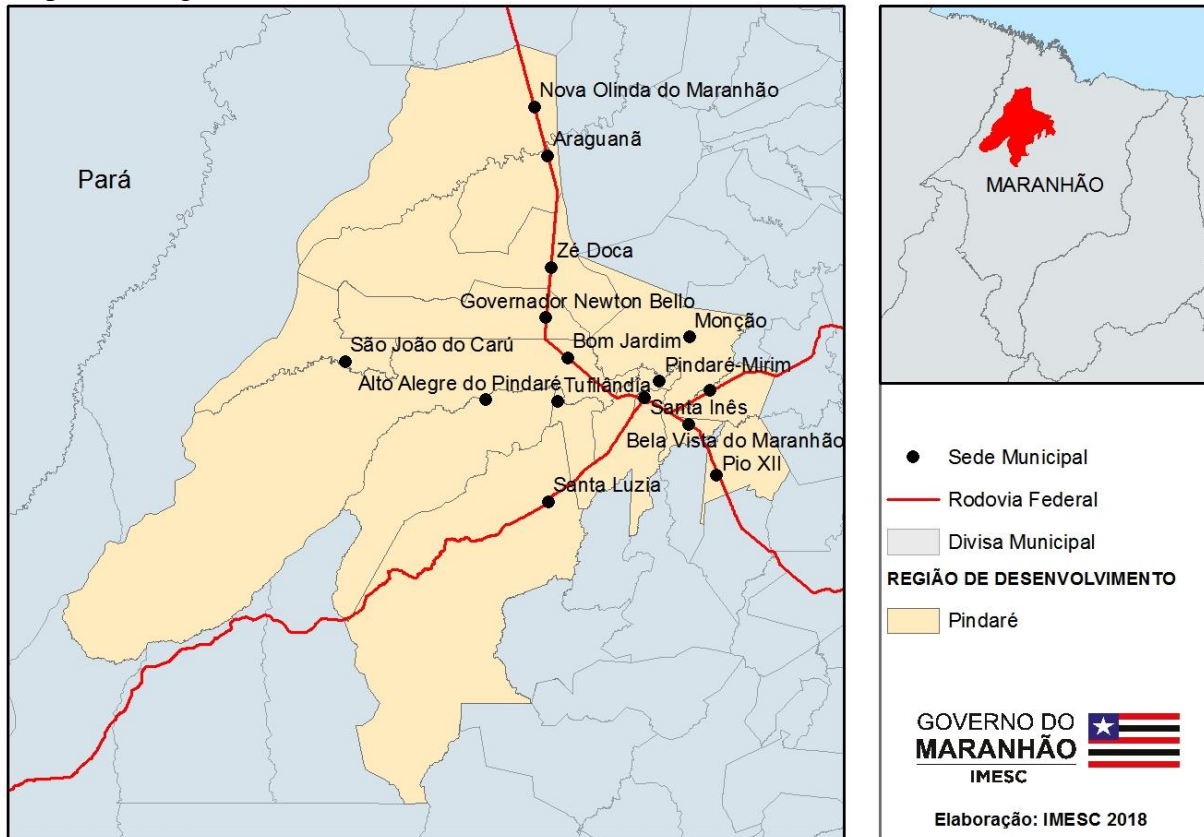
Distribuída em quinze municípios (Mapa 27), a região ocupa uma área total de 24.386,58 km². A população em 2017 era de 462.007 habitantes (Tabela 18), com densidade demográfica de 18,95 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 3.573.289,00.

A dinâmica da ocupação humana teve dois momentos: o primeiro, entre os séculos XVIII e XIX, época em que surgiram povoados à margem do Rio Pindaré (Monção e Pindaré Mirim) que deram origem a municípios antigos que se desenvolveram em função da navegação fluvial. O segundo momento tem relação direta à expansão da fronteira agrícola, marcada por grandes latifúndios; nessa ocasião surgiram entre 1954 e 1966, três municípios. Os demais referem-se a desmembramentos, acontecimento que marcou o mês de novembro de 1994, época em que foram criados 81 novos municípios no Maranhão. Os dois municípios mais antigos têm características tipicamente maranhenses, especialmente porque vivenciaram o período escravocrata ligado à agroindústria açucareira. Os demais, por terem como atores migrantes dos estados nordestinos (exceto o Maranhão), trouxeram comportamentos socioculturais do semi-árido; entretanto, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura do arroz principalmente, que por sua vez concentrou em determinados lugares a produção para exportação por caminhões, lugares esses que deram origem a povoados prósperos que possibilitaram a emancipação de municípios, a exemplo de Santa Inês e Santa Luzia.

O município de Santa Inês, por ser o mais desenvolvido da região foi escolhido para polo regional. Embora seja o décimo município em extensão, classifica-se em primeiro lugar em: população e PIB e o segundo em densidade demográfica.

Os meios de comunicação estão centrados nas BRs. 222 e 316, MAs 006, 008, 119, 216, 318, 319, 320, 342 e pela Estrada de Ferro Carajás.

Mapa 27 - Região de Desenvolvimento do Pindaré



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia: Ocupação territorial regional do médio vale do Rio Pindaré.

Localização: Planície fluvial, ao Noroeste do Estado.

Potencialidades:

- Pesca
- Madeira
- Extrativismo vegetal
- Pecuária
- Agricultura
- Piscicultura
- Apicultura
- Turismo

Principais Demandas:

- Financiar e orientar a agricultura familiar.
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Melhorar a infraestrutura urbana.
- Proteger e orientar a pesca artesanal.

- Adequar o aeroporto para receber voos regionais e/ou nacionais.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Arborizar as sedes municipais e dotá-las de melhor infraestrutura.
- Ampliar oferta de cursos universitários e profissionalizantes de nível médio.
- Implantar sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterro sanitário).
- Criar um museu ou casa da cultura capaz de mostrar a influência social e econômica do gentio e dos migrantes nordestino.
- Incentivar o turismo cultural.
- Executar programas para a inclusão social das comunidades indígenas.
- Dinamizar o arranjo produtivo do mel.
- Proteger áreas de reservas indígenas.
- Proteger as áreas de babaçuais, mata ciliar e leitos dos rios.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 18 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Pindaré

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Pindaré	24.386,58	244.662	199.380	444.042	462.077	18,95	3.573.289
Alto Alegre do Pindaré	1.876,03	9.829	21.228	31.057	31.312	16,69	146.062
Araguanã	805,193	5.377	8.596	13.973	15.332	19,04	63.711
Bela Vista do Maranhão	147,954	5.170	6.879	12.049	11.103	75,04	61.494
Bom Jardim	6.590,53	16.386	22.663	39.049	41.120	6,24	245.863
Governador Newton Belo	1.144,07	4.291	7.630	11.921	9.921	8,67	47.272
Igarapé do Meio	368,685	6.207	6.343	12.550	14.147	38,37	120.191
Monção	1.239,91	11.759	19.979	31.738	33.156	26,74	169.023
Nova Olinda do Maranhão	2.452,62	11.862	7.272	19.134	20.768	8,47	127.041
Pindaré Mirim	273,526	22.417	8.735	31.152	32.488	118,77	373.289
Pio XII	545,14	12.459	9.557	22.016	20.861	38,27	135.991
Santa Inês	786,689	73.197	4.085	77.282	88.013	111,88	1.144.137
Santa Luzia	4.837,04	25.789	48.254	74.043	71.576	14,80	468.395
São João do Carú	908,077	6.323	5.986	12.309	15.450	17,01	80.135
Tufilândia	271,007	2.732	2864	5.596	5.746	21,20	37.639
Zé Doca	2.140,11	30.864	19.309	50.173	51.084	23,87	353.046

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

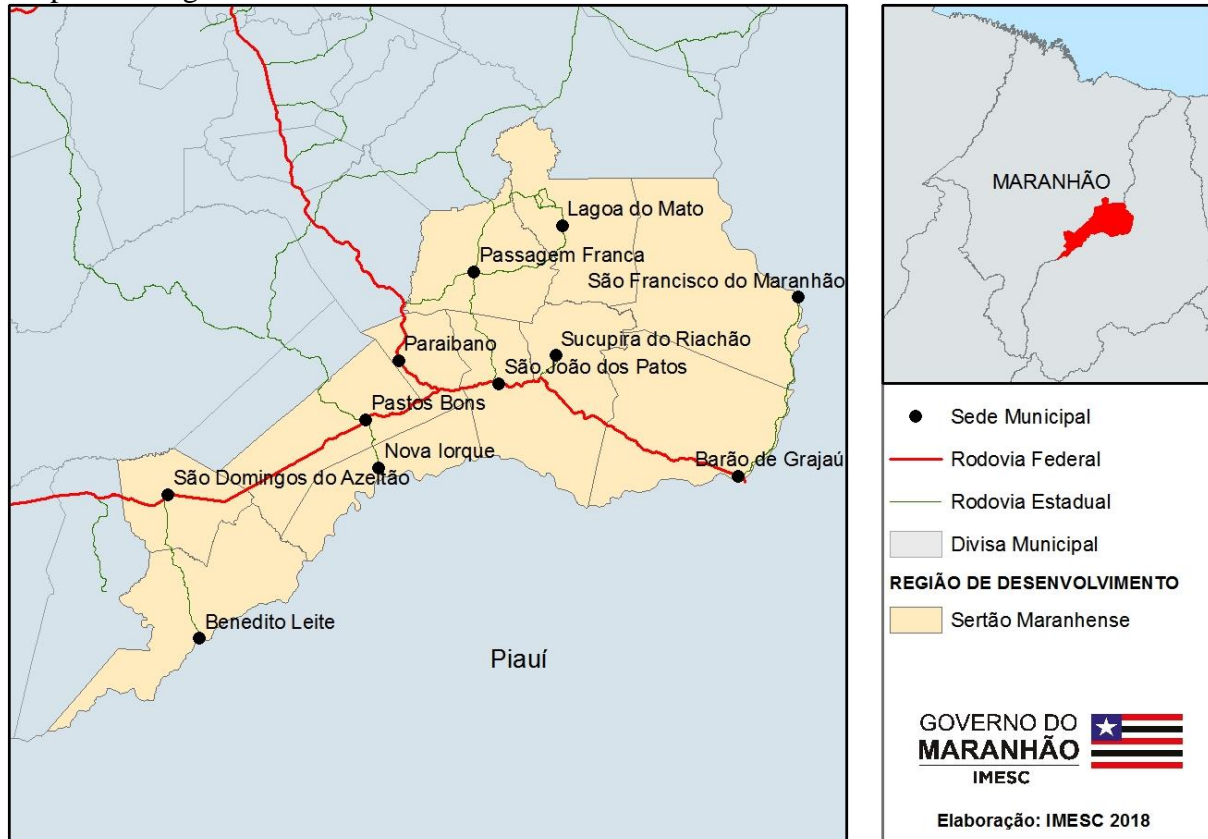
3.4.18 Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense

Localizada no Sudoeste do estado, esta região tem grande influência da pecuária e do Rio Parnaíba. Nela estão inserido onze municípios (Mapa 28) com uma área total de 15.591,79 km². Sua população em 2017 era de 149.365 habitantes (Tabela 19), com densidade demográfica de 9,58 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.176.922,00 (IMESC, 2017).

A região tem seu processo de ocupação ligado a corrente de povoamento dos criadores de gado, que penetraram nos sertões maranhenses, tendo como marco principal o gado. A partir do século XVIII, esta corrente penetrou em solo maranhense, nas terras de Pastos Bons. Além da expansão açucareira, a disponibilidade de terras desocupadas favoreceu a interiorização do rebanho que, pela própria dinâmica do pastoreio, carecia de extensas áreas, o que não faltava nos sertões maranhenses. A partir de 1730, vaqueiros e gado atravessaram o Rio Parnaíba, ocupando inicialmente as proximidades do rio, instalando as primeiras fazendas, fundando em 1740 o povoado de Pastos Bons, indispensável como ponto de apoio para o avanço da conquista. De Pastos Bons saíram expedições em todas as direções, que deram origem aos demais municípios que compõem a região.

São João dos Patos, por possuir a melhor infraestrutura da região e por ter a maior população e PIB, e segunda maior densidade demográfica foi escolhido como município-polo. Os meios de comunicação estão centrados nas BRs 135 e 230 e pelas MAs 282, 134, 036, 034, 026, 040, 364, 271, 270, 369, 368 e 371.

Mapa 28 - Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia: Identidade física, econômica e cultural com o sertão do Estado.

Localização: Sudeste do Estado, no planalto maranhense.

Potencialidades:

- Pecuária
- Agricultura
- Artesanato
- Agroindústria
- Turismo

Principais Demandas:

- Melhorar a infraestrutura urbana.
- Implantar sistemas de saneamento básico (água, esgoto e aterro sanitário).
- Incentivar e financiar o artesanato têxtil.
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária.
- Incrementar o turismo.
- Potencializar e incentivar ações voltadas para a piscicultura.
- Treinar multiplicadores voltados para o artesanato de redes e bordados.
- Retificar as divisas dos municípios.
- Arborizar as áreas urbanas e dotá-las de melhor infraestrutura.

- Ampliar a oferta de cursos universitários e profissionalizantes de nível médio.
- Criar um espaço cultural onde poder-se-á observar a riqueza da diversidade do artesanato de rendas, bordados e redes.
- Proteger a fauna e flora do cerrado, a vegetação ciliar, as nascentes e leitos dos rios.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 19 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Sertão Maranhense

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Sertão Maranhense	15.591,79	91.491	51.745	143.236	149.365	9,58	1.176.922
Barão de Grajaú	2.208,32	10.338	7.503	17.841	18.619	8,43	175.608
Benedito Leite	1.781,73	2.813	2.656	5.469	5.528	3,10	34.094
Lagoa do Mato	1.512,99	4.453	6.481	10.934	11.048	7,30	61.216
Nova Iorque	976,872	2.876	1.714	4.590	4.586	4,69	30.491
Paraibano	530,517	15.746	4.357	20.103	21.116	39,80	130.756
Passagem Franca	1.358,33	10.464	7.098	17.562	18.839	13,87	110.255
Pastos Bons	1.635,32	12.307	5.760	18.067	19.271	11,78	162.306
São Domingos do Azeitão	960,932	4.961	2.022	6.983	7.291	7,59	153.720
São Francisco do Maranhão	2.280,21	4.104	8.042	12.146	11.976	5,25	60.562
São João dos Patos	1.482,66	20.567	4.361	24.928	25.520	17,21	222.755
Sucupira do Riachão	863,908	2.862	1.751	4.613	5.571	6,45	35.159

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.19 Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense

A Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba está numa transição entre as últimas ramificações da Serra das Alpercatas, do Exu, da Taboca, Redonda, da Bandeira, de Santa Cruz e do Morcego e a Serra do Valentim nos municípios de Parnarama, Matões e Timon, além de outras em São Francisco do Maranhão e a planície fluvial, parte do Médio Vale do rio Parnaíba em território maranhense. A hidrografia está representada pelo médio curso do rio Parnaíba, incluindo os afluentes riachos; Corrente, Riachão, Samaria e o rio Balseiro, este afluente do rio Itapecuru.

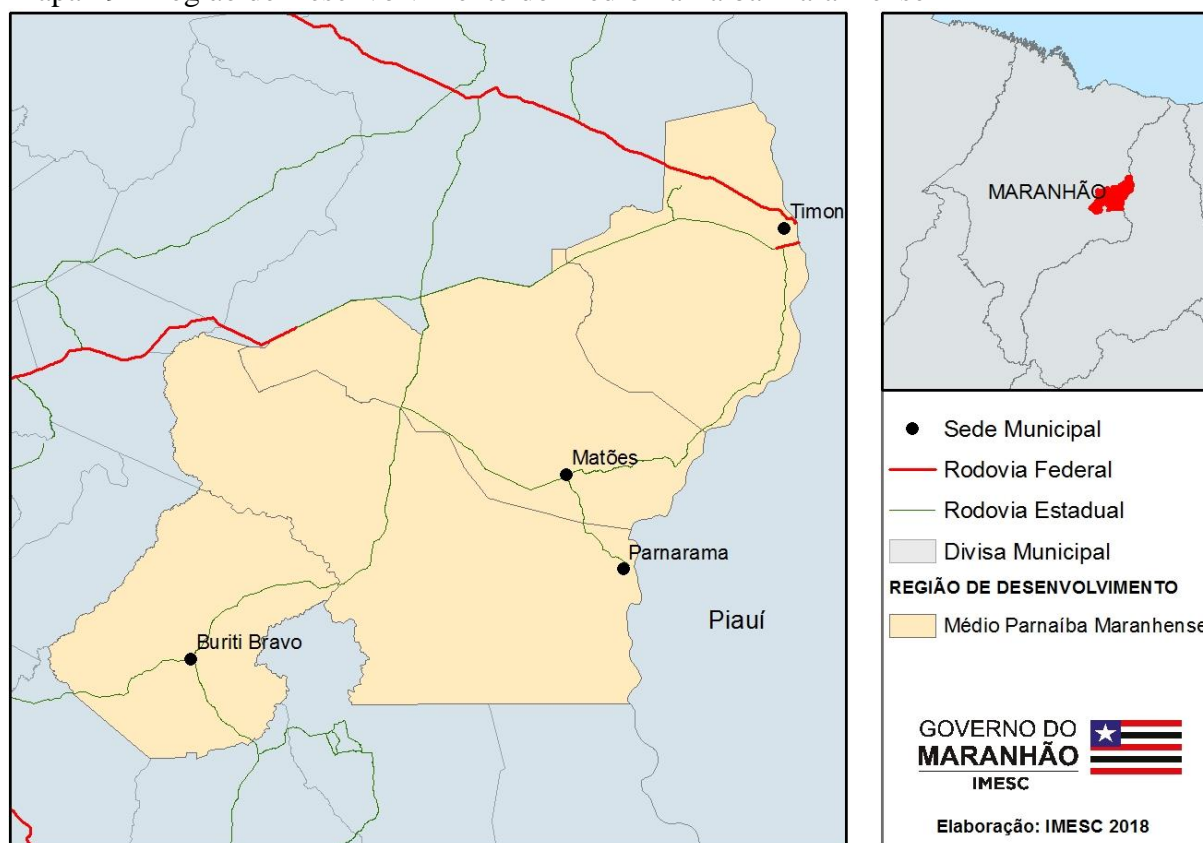
Os quatro municípios que formam (Mapa 29) esta região ocupam uma área total de 8.695,06 km². A população em 2017 era de 258.863 habitantes (Tabela 20), com densidade demográfica de 29,77 hab. Km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.811.610,00 (IMESC, 2017).

Referida área é de ocupação antiga cujo processo se desenvolveu em função da navegabilidade do rio Parnaíba e pela sua proximidade com o Estado do Piauí, do qual sofre influência social e econômica.

Timon, destaca-se em primeiro lugar em população, densidade demográfica e PIB. Sua relação com Teresina, capital do Piauí, e sua participação na Região Integrada de Desenvolvimento - RID de Teresina, são pontos primordiais para escolha deste município como polo da região.

O meio de transporte usado é principalmente o rodoviário, servido pelas rodovias MA: 034, 036, 040, 132, 262, 278, 363, BRS: 135, 226, 316 e a ferrovia Transnordestina. Esporadicamente usam o rio Parnaíba como meio de comunicação com o Piauí ou com a área rural dos próprios municípios maranhenses.

Mapa 29 - Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Concentração territorial regional no médio vale do Rio Parnaíba.

Localização:

- Planície fluvial, ao Leste do Estado.

Potencialidade:

- Agricultura
- Pesca
- Ovinocaprinocultura
- Pecuária
- Indústria
- Agroindústria
- Cerâmica

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Elaborar e executar programas sociais de geração de emprego e renda.
- Viabilizar a exploração do turismo sustentável.
- Elaborar e executar projetos de proteção ambiental
- Criar unidade regional do corpo de bombeiros.
- Construir pontes interligando municípios e povoados.
- Implantar sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterro sanitário).
- Desenvolver projetos de melhoria urbana (arborização e ajardinamento).
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Desenvolver projetos capazes de minimizar a dependência econômica e social com o Estado vizinho.
- Ampliar a oferta de cursos universitários e profissionalizantes de nível médio.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 20 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Parnaíba Maranhense

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./Km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Médio Parnaíba Maranhense	8.695,06	179.312	64.648	243.960	258.863	29,77	1.811.610
Buriti Bravo	1.582,55	17.014	5.885	22.899	23.495	14,85	130.377
Matões	2.107,40	13.635	17.380	31.015	33.374	15,84	140.446
Parnarama	3.240,49	13.530	21.056	34.586	34.375	10,61	196.511
Timon	1.764,61	135.133	20.327	155.460	167.619	94,99	1.344.276

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

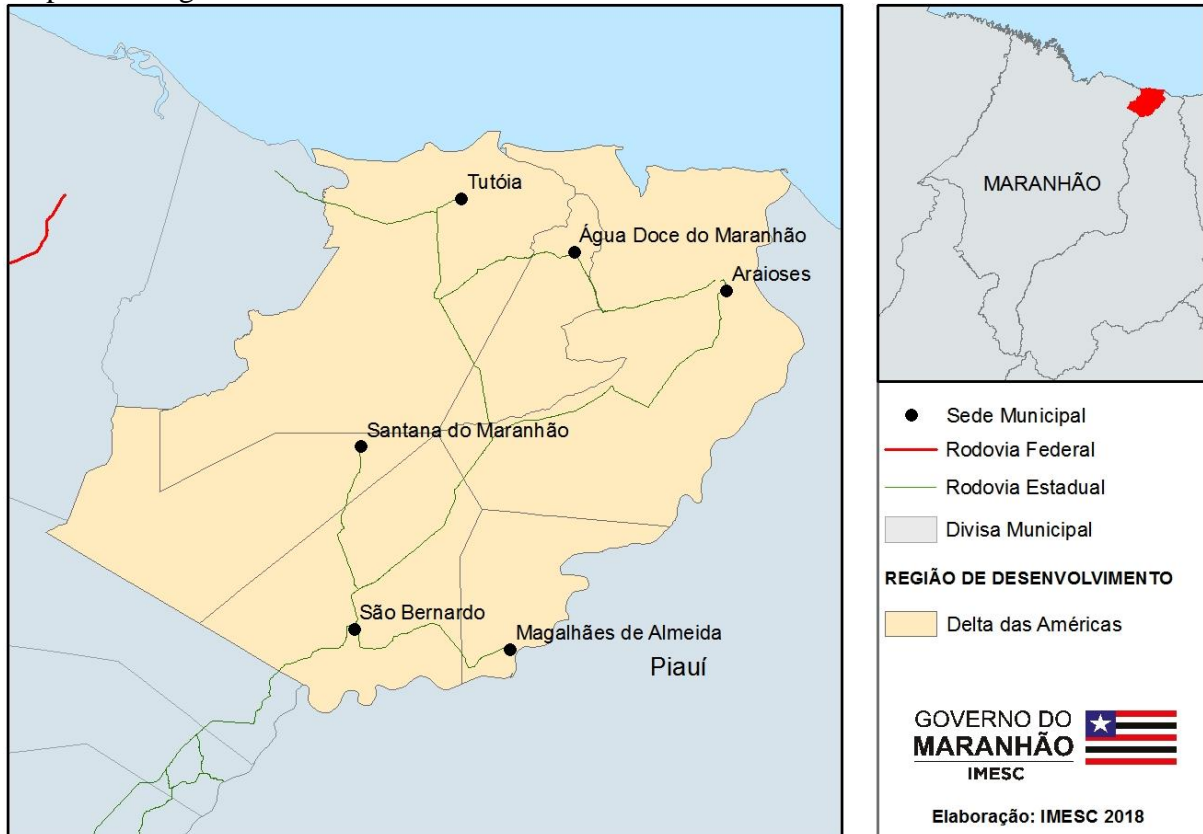
3.4.20 Região de Desenvolvimento do Delta das Américas

Localizada no Nordeste do Maranhão, na área costeira dominada pelo delta do Rio Parnaíba esta região é composta por seis municípios (Mapa 30) com uma área total de 6.249,608 km². Sua população em 2017 era de 178.518 habitantes (Tabela 21), com densidade demográfica de 28,56 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 977.766,00 (IMESC, 2017).

Como aspecto fisiográfico principal dessa região destaca-se o delta do Rio Parnaíba, composto por aproximadamente 70 ilhas que formam o arquipélago das Canárias. Dentre as maiores ilhas, destacam-se as do Paulino, Igoronhon, Canárias, Poltros e do Bagre Assado, delimitadas por um sistema de canais divagantes em que se destacam os rios Santa Rosa e Torto e os igarapés Timbó e Maria Engrácia. No aspecto econômico, é a região mais densamente explorada por empresas de turismo, em decorrência de suas belezas naturais. Destaca-se também a cata significativa do caranguejo uçá e da pesca artesanal.

Tutóia é o município-polo da região por concentrar a maior população, densidade demográfica e PIB da região, além de possuir a melhor infraestrutura regional. O meio de transporte principal é o rodoviário com destaque principalmente pelas rodovias MAs: 315, 102, 034, 312, 345, 346, 034, 327 e 110 e pela BR 402. Usa-se também o transporte fluvial, entre os diversos braços do delta como meio de comunicação com o Piauí e com as ilhas que formam o delta do Parnaíba.

Mapa 30 - Região de Desenvolvimento do Delta das Américas



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

- Influência ambiental natural e econômica do delta do Rio Parnaíba.

Localização:

- Nordeste do Estado, no litoral oriental e planície costeira.

Potencialidade:

- Agricultura
- Carcinicultura
- Pesca
- Crustáceo
- Caprinocultura
- Turismo
- Artesanato

Principais Demandas:

- Elaborar e executar projetos de conservação ambiental do delta do Parnaíba.
- Melhorar a infraestrutura.
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária.
- Arborizar e ajardinar a área urbana.

- Elaborar e executar projetos para dinamizar o turismo.
- Construir hospital regional de média e alta complexidade.
- Construir aterro sanitário.
- Proteger a fauna especialmente a alada.
- Criar casa de cultura e museu.
- Retificar limites e divisas municipais.
- Proteger o extrativismo de crustáceos.
- Controlar o assoreamento, a poluição dos rios.
- Revitalizar as salinas.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 21 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Delta das Américas

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Delta das Américas	6249,608	56.463	106.135	162.598	178.518	28,56	977.766
Água Doce do Maranhão	443,267	3.133	8.448	11.581	12.457	28,10	59.418
Araioses	1.782,60	12.045	30.460	42.505	46.074	25,85	217.759
Magalhães de Almeida	433,152	8.963	8.624	17.587	19.779	45,66	95.179
Santana do Maranhão	932,022	1.842	9.819	11.661	13.395	14,37	53.936
São Bernardo	1.006,92	11.800	14.676	26.476	28.208	28,01	230.478
Tutóia	1.651,65	18.680	34.108	52.788	58.605	35,48	320.996

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.21 Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos

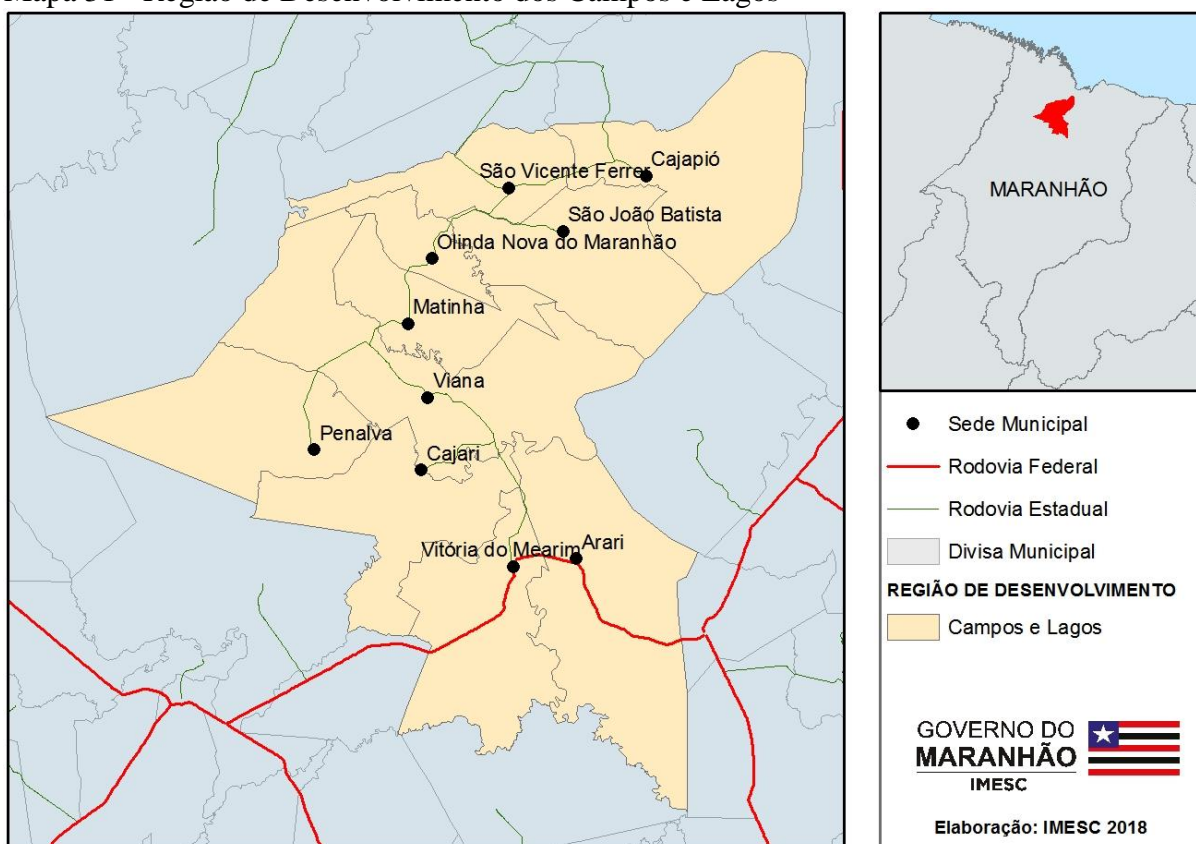
Inserida na Baixada Maranhense e drenada pelos baixos cursos dos rios Mearim, Pindaré e Grajaú, esta região é composta por dez municípios (Mapa 31), com área total de 7.034,61 km². Sua população em 2017 era de 260.564 habitantes (Tabela 22), com densidade demográfica de 37,04 hab./ km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.547.162,00 (IMESC, 2017).

A região dos campos e lagos é uma extensa área rebaixada que são alagadas durante o período chuvoso, dando origem a extensos lagos interligados por um sistema de drenagem com canais divagantes que servem como vias de comunicação entre as cidades e os povoados. Durante o período de estiagem, o cenário hídrico transforma-se em grandes extensões de campos e lagos perenes. Merecem destaque os lagos Açú, Cajari, Bacuri, Formoso e Viana.

As atividades econômicas apoiam-se principalmente nos recursos pesqueiros abundantes nos lagos e rios da região e na pecuária ainda praticada em emprego de técnicas rudimentares. A maior concentração de pessoas desenvolve atividades relacionadas com a produção e a circulação de pescado obtido nos lagos.

Escolhido como município-polo, Viana integra a melhor infraestrutura da região, além de possuir a maior área, população e PIB. As vias de comunicação rodoviárias que se destacam são as MA's 317, 014, 216, 214, 314, 313, e 310, além da BR 222.

Mapa 31 - Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia: A grande incidência de lagos e campos naturais no espaço regional.

Localização: Ao Norte, inserida numa porção da Baixada Maranhense.

Potencialidades:

- Pecuária
- Pesca
- Agricultura
- Extrativismo vegetal
- Suinocultura
- Agroindústria

- Laticínios
- Agroindústria
- Piscicultura
- Turismo
- Apicultura
- Caprinocultura
- Avicultura

Principais Demandas:

- Incentivar a agricultura familiar.
- Dinamizar a agroindústria.
- Proteger o meio ambiente.
- Explorar o potencial turístico.
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Incentivar os arranjos do mel e da piscicultura.
- Construir hospital regional de média e alta complexidade.
- Discriminar terras devolutas.
- Criar cursos profissionalizantes de nível médio.
- Elaborar projetos para o aproveitamento turístico dos lagos.
- Retificar as divisas dos municípios.
- Arborizar as áreas urbanas.
- Abrir poços artesianos na área rural.
- Preservar e socializar a herança social deixada pelos açorianos.
- Sanear a área rural, especialmente os campos.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.
- Criar aterro sanitário.

Tabela 22 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Campos e Lagos

Região /Municípios	Área (km²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km²) 2017	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Campos e Lagos	7.034,61	109.610	138.638	248.248	260.564	37,04	1.547.162
Arari	1.100,28	17.483	11.005	28.488	29.338	26,66	202.456
Cajapió	908,729	3.885	6.708	10.593	11.019	12,13	44.135
Cajari	662,065	4.284	14.054	18.338	19.110	28,86	89.702
Matinha	408,727	8.883	13.002	21.885	23.091	56,49	129.813
Olinda Nova do Maranhão	197,636	5.981	7.200	13.181	14.637	74,06	76.222
Penalva	800,308	16.593	17.674	34.267	38.144	47,66	154.173
São João Batista	690,683	5.344	14.576	19.920	20.307	29,40	102.851
São Vicente Ferrer	381,024	5.431	15.432	20.863	20.913	54,89	115.228
Viana	1.168,44	26.915	22.581	49.496	51.738	44,28	351.716

Vitória do Mearim	716,719	14.811	16.406	31.217	32.267	45,02	280.866
-------------------	---------	--------	--------	--------	--------	-------	---------

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.22 Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense

Como parte da planície fluvial no Nordeste maranhense, a Região do Baixo Parnaíba Maranhense ocupa parte dos vales das bacias hidrográficas do Alto Munim e principalmente do Baixo Parnaíba Maranhense.

Nesta região estão inseridos onze municípios (Mapa 32), numa área de 12.600,342 km². Em 2017 sua população era de 274.797 habitantes (Tabela 23), com densidade demográfica de 21,81 hab./km² (IBGE, 2017) e PIB de R\$ 1.622.885,00.

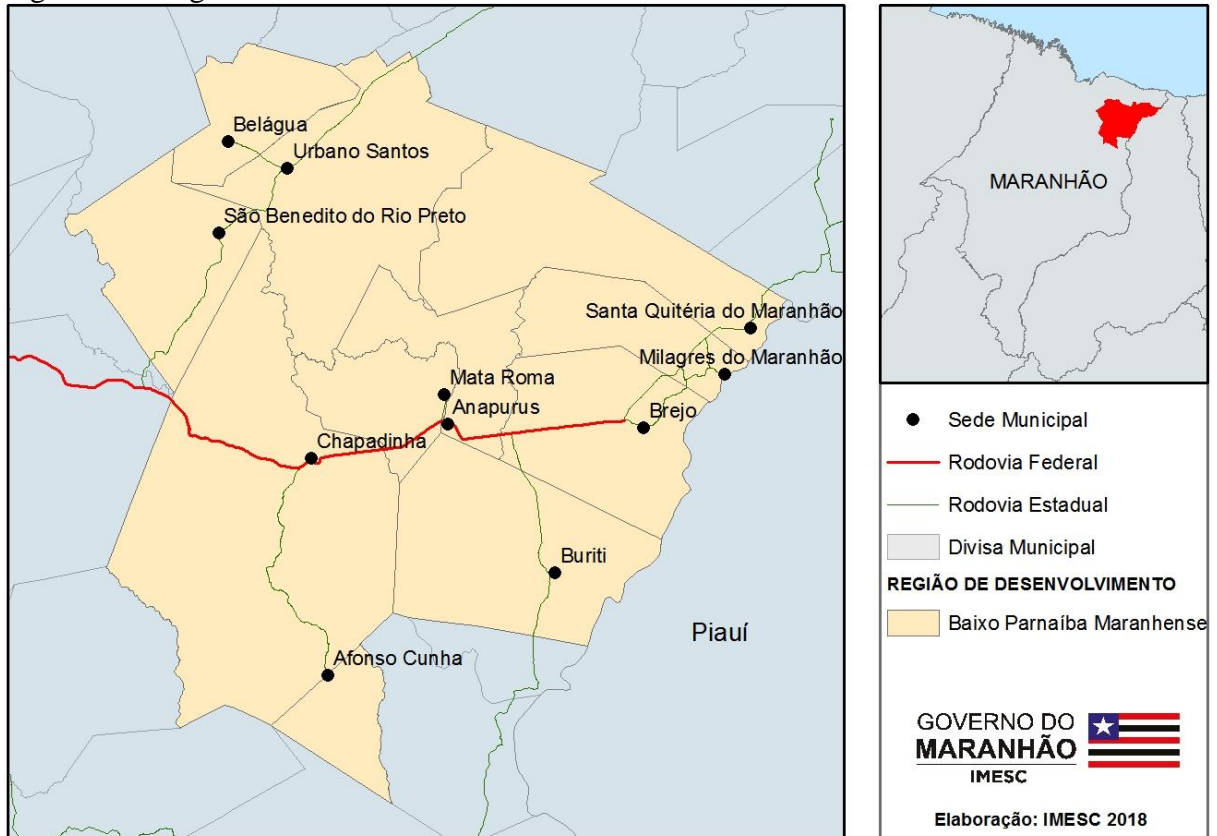
Sua estrutura produtiva se baseia na produção de alimentos básicos, destacando-se o cultivo do arroz e da mandioca. Na faixa flúvio-lacustre a pesca tem influência econômica significativa, responsável pelo abastecimento da população local, enquanto no interior desenvolve-se a pecuária bovina e suína.

Recentemente, em Chapadinha e municípios vizinhos está sendo implantada a sojicultura, direcionada para o agronegócio.

O Vale do Munim é importante no extrativismo de andiroba, fruto utilizado na fabricação de sabão, coleta da folha do jaborandi, exportada para fabricação de cosméticos, assim como a seiva extraída da maniçoba, do qual fazem bolas artesanais.

Escolhido para polo regional o município de Chapadinha destaca-se dentre os demais da região como polo universitário, e o primeiro em: extensão territorial, população e PIB (Tabela 4). A região é servida pelas rodovias MAs 024, 025, 224, 225, 228, 234 e BR 222.

Figura 32 - Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Toponímia:

Maior parte da área localizada entre o alto vale da bacia hidrográfica do Rio Munim e da bacia do baixo Parnaíba.

Localização:

Nordeste do Estado no espaço de planície levemente ondulada, drenada pelos rios que se desenvolvem na bacia do Alto Munim e do Parnaíba.

Potencialidade:

- Agricultura
- Agronegócio
- Fruticultura
- Ovinocaprinocultura
- Extrativismo vegetal
- Silvicultura
- Polo universitário

Principais Demandas:

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária.
- Implementar políticas de inclusão social.
- Implantar projetos para o desenvolvimento do turismo.
- Melhorar a infraestrutura urbana das sedes municipais.
- Construir aterros sanitários.
- Proteger as áreas de babaquais e incrementar o aproveitamento integral do fruto.
- Proteger a vegetação ciliar e o leito dos rios.
- Incentivar a criação de cursos de nível médio profissionalizante.
- Retificar os limites e divisas dos municípios.
- Proteger as nascentes dos mananciais.
- Montar projetos para o aproveitamento turístico.
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 23 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Baixo Parnaíba Maranhense

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	POPULAÇÃO 2010			População Estimada 2017	Densidade Demográfica (hab./km ²)	PIB 2015 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Baixo Parnaíba Maranhense	12600,342	138.738	116.183	254.921	274.797	21,81	1.622.885
Afonso Cunha	371,338	3.234	2.671	5.905	6.486	17,47	36.268
Anapurus	608,292	7.164	6.775	13.939	15.696	25,80	105.998
Belágua	569,428	3.263	3.261	6.524	7.422	13,03	36.434
Brejo	1.074,63	12.340	21.019	33.359	36.102	33,59	221.854
Buriti	1.473,96	8.399	18.614	27.013	28.306	19,20	147.951
Chapadinha	3.247,39	52.882	20.468	73.350	78.965	24,32	554.949
Mata Roma	548,414	7.132	8.018	15.150	16.745	30,53	103.993
Milagres do Maranhão	634,734	1.760	6.358	8.118	8.326	13,12	43.850
Santa Quitéria do Maranhão	1.434,90	14.141	15.050	29.191	25.334	17,66	139.641
São Benedito do Rio Preto	931,485	11.049	6.750	17.799	18.377	19,73	88.965
Urbano Santos	1.705,77	17.374	7.199	24.573	33.038	19,37	142.982

Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre uma proposta de uma nova regionalização iniciou no momento em que o Governo do Estado começou a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, quando foram definidos os investimentos públicos a serem aplicados em todo o território estadual.

Referida proposta apresentada ao Governo do Estado de uma nova divisão espacial regional permitirá que o procedimento para a tomada de ações parta das prioridades regionais, previamente elencadas conforme as políticas de cada uma das secretarias estaduais. A possibilidade de articulação interinstitucional dos planos e ações dos vários órgãos governamentais representará, também, a potencialização dos esforços e racionalidade nos investimentos, além de abrir condições concretas para o monitoramento e avaliação de forma conjunta, rompendo significativamente com as tradicionais intervenções fragmentadas que caracterizam a ação pública.

Neste sentido, a definição do quantitativo de 22 unidades regionais faz da proposta de Regionalização para o Desenvolvimento um poderoso instrumento de unificação, das metodologias de ação regional nas instâncias federal e estadual.

No âmbito da União, a possibilidade de adoção da regionalização proposta, já sinalizada tanto pelo IBGE, quanto pelo Colegiado dos Territórios da Cidadania, acena com a unificação de esforços até aqui não coincidentes o que muito poderá contribuir para o desenvolvimento do Maranhão. Em escala estadual, ao se assemelhar às 19 unidades de planejamento da Secretaria de Saúde e às 18 regiões de atuação da Secretaria de Educação, a proposta de Regiões de Desenvolvimento poderá incorporar duas das mais estratégicas políticas de desenvolvimento humano, nas quais o Estado sofre com os piores indicadores nacionais.

Entretanto, a história do planejamento regional recente do Maranhão ensina que a definição técnica de uma dada regionalização proposta, embora necessária, não é suficiente para, de fato, se tornar prática governamental e política pública efetiva. Há que creditar boa parte dos insucessos dos planos regionais maranhenses à pouca importância política dada ao tema, mas nesse processo também cabe responsabilidade ao encorpado hábito da atuação fragmentada, uma reconhecida característica das práticas de gestão pública no Brasil. Contra tais riscos, que podem ameaçar a proposta das Regiões de Desenvolvimento do Maranhão, há que reforçar o papel relevante que decisão e vontade políticas terão no processo de implementação e consolidação do planejamento regional entre nós. Relevância tanto para sua adoção e internalização por parte dos órgãos estaduais nos processos internos de planejamento,

quanto na construção de espaços interinstitucionais de elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas em favor do desenvolvimento de todo o Maranhão.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017.** Disponível em:<
ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_TCU_2017_20180824.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: 2015.** São Luís: IMESC, 2017.

_____. **Regiões de Desenvolvimento:** proposta de regionalização do Maranhão. São Luís: IMESC, 2015.

MARANHÃO. Lei estadual n. 7.356, de 29 de dez. 1998. **Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.** Disponível em:<
<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1520>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

_____. Lei estadual n. 8559, de 28 de dez. 2006. **Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.** Disponível em:<
<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3035>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Regiões de planejamento do estado do Maranhão.** São Luís: SEPLAN, 2008.